

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM BIOMEDICINA





Wellington Lins de Albuquerque



Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque



Wellington Lins de Albuquerque Júnior



Leandro Seffair Lins de Albuquerque

PRESIDENTE

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA

Dra. Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Dra. Cinara da Silva Cardoso

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Me. Wellington Lins de Albuquerque Junior

DIRETOR FINANCEIRO

Me. Leandro Seffair Lins de Albuquerque

PROCURADORA

INSTITUCIONAL

Dra. Alexandra Priscilla Tregue Costa

COORDENAÇÃO DE ENSINO

COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO 2023

Me. Luciano de Pinho Martins - Presidente

*Me. Valdir Pavanelo Junior - Representante
Docente*

*Meyer Alberto Abecassis Neto - Representante
Técnico Administrativo*

Dra. Kelen Priscila Oliveira

Buraslan Marcião

Esp. Diego Rafael Cunha

Cavalcante

*COORDENADORA DE
PESQUISA E EXTENSÃO*

*Me. Suelânia Cristina Gonzaga
de Figueiredo*

*COORDENADORA DE PÓS-
GRADUAÇÃO*

Esp. Sístina Souto

*COORDENADOR DO CURSO DE
BIOMEDICINA*

Me. Wellington Mota Gama

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1	Nome e Base legal da Mantenedora	17
1.2	Nome e Base legal da Mantida	17
1.3	Perfil e Missão da Mantida	18
1.4	Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região	18

2. SÍNTESE DA IES

2.1	Breve Histórico da Mantenedora e da primeira mantida	25
2.2	Breve Histórico da Mantida	37
2.3	Organograma	39

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1	Nome do Curso e Modalidade de Oferta	40
3.2	Relato do Processo de Construção/ Implantação /Consolidação do PPC	40
3.3	Endereço de Funcionamento do Curso	40
3.4	Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)	40
3.5	Conceitos do Curso (CC, CPC, ENADE)	41
3.6	Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamento	41
3.7	Carga Horária e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização	41
3.8	Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares, Termo de Supervisão	41
3.9	Perfil do Coordenador	41
	Formação, Titulação, Regime, Tempo de Experiência dentro e fora do	41 4

3.9.1 Magistério

Superior, Tempo de Gestão de Curso, Tempo de Experiência como Coordenador em Cursos EAD (para cursos EaD), Tempo de Experiência do Coordenador na Educação Básica (para licenciaturas)

3.10 Disciplinas em Língua Estrangeira 42

3.11 Convênios 42

3.12 Quantitativo Anual do Corpo Docente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados, concluintes, estrangeiros, matriculados em estágio supervisionado, matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano) 42

3.13 Justificativa para Criação do Curso e Número de IES que ofertam o curso no Município 42

3.13.1 Demandas de Natureza Econômica 44

3.13.2 Demandas de Natureza Social 46

3.13.3 Demandas Culturais 48

3.13.4 Demandas Políticas 50

3.13.5 Demandas de Natureza Ambiental 52

3.13.6 Número de IES que ofertam o curso no Município 53

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 56

1.1.1 Política de Ensino 56

1.1.2 Política de Pesquisa 72

1.1.3 Política de Extensão e Responsabilidade Social 76

1.1.4 Política Ambiental 80

1.1.5 Política de Direitos Humanos 83

1.1.6 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica 84

1.1.7	Políticas de Estímulo à Difusão de Produções Acadêmicas	86
1.1.8	Políticas de Estímulo à Participação em Eventos	86
1.1.9	Política de Acompanhamento a Egressos	87
1.1.9.1	Política de Acessibilidade	89
1.1.10	PAPEERI- Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social e Projetos no âmbito do Curso	94
1.1.10.1	Atividades do Curso relacionadas ao PAPEERI	96
1.1.10.2	Atividades Interdisciplinares do Curso	98
1.1.10.3	Atividades Transversais do Curso	99
1.1.10.4	Iniciação Científica e Tecnológica do Curso	101
1.1.10.5	Inovação Pedagógica do Curso	101
1.1.10.6	Extensão do Curso	101
1.1.10.7	Atividades Complementares do Curso	102
1.1.10.8	Atividades Extracurriculares do Curso	103
1.1.10.9	Atividades Artístico Culturais do Curso	104
1.1.10.10	Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso	104
1.2.	OBJETIVOS DO CURSO	105
1.2.1	Objetivo Geral	106
1.2.2	Objetivos Específicos	106
1.3	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	107
1.3.1	Perfil do egresso em consonância com as DCNs	107
1.3.2	Competências e Habilidades Gerais	107
1.3.3	Competências e Habilidades Específicas	108
1.3.4	Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho	110

1.4	ESTRUTURA CURRICULAR	112
1.4.1	Elementos Inovadores da Estrutura Curricular	115
1.4.1.1	Políticas de Ensino de Pós Graduação Lato Sensu	117
1.4.1.2	Políticas de Ensino de Pós Graduação Stricto Sensu	119
1.4.2	Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso	121
1.4.3	Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas (3 obras na básica e 5 obras na complementar)	123
1.5	CONTEÚDOS CURRICULARES	162
1.5.1	Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares exigidos nas DCNs	162
1.6	METODOLOGIA	165
1.6.1	Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade	165
1.6.2	Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias	169
1.6.3	Metodologia das Atividades Interdisciplinares	176
1.6.4	Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial	178
1.6.5	Metodologia da Educação para os Direitos Humanos	179
1.6.6	Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão	182
1.6.7	Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem	187
1.7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	190
1.7.1	Determinação das DCNs para o Estágio Supervisionado do Curso	190
1.7.2	Áreas de Estágio, Período, Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do Estágio.	190
1.7.3	Convênios para Estágio Supervisionado	191
1.7.4	Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientador do Estágio Supervisionado	191
1.7.5	Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado	191
1.7.6	Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado	191

1.7.7	Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho	
1.7.8	Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio	192
1.8	ESTÁGIO CURRICULAR-RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	206
1.9	ESTÁGIO CURRICULAR-RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	206
1.10	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	206
1.10.1	Carga Horária das Atividades Complementares	206
1.10.2	Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares	206
1.10.3	Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica	208
1.10.4	Mecanismos inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares	209
1.10.5	Regulamento das Atividades Complementares	210
1.11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	216
1.11.1	Determinação das DCNs para o Trabalho de Conclusão	216
1.11.2	Áreas, Período, Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do TCC	217
1.11.3	Forma de Apresentação do TCC	217
1.11.4	Forma de Orientação do TCC	217
1.11.5	Forma de Coordenação do TCC	217
1.11.6	Forma de Divulgação de Manuais de Apoio à Produção dos Trabalhos	218
1.11.7	Forma de Disponibilização dos TCC em Repositórios Institucionais	218
1.11.8	Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	219
1.12	APOIO AO DISCENTE	235
1.12.1	Funcionamento do Acolhimento ao Aluno	235
1.12.2	Funcionamento do Controle de Evasão	236
1.12.3	Acessibilidade Metodológica e Instrumental	236

1.12.4	Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório	238
1.12.5	Apoio Psicopedagógico e de Inclusão Social	239
1.12.6	Nivelamento	242
1.12.7	Representatividade Discente e Diretório Acadêmico	242
1.12.8	Internacionalização e Mobilidade acadêmica	242
1.12.9	Ações Inovadoras	243
1.12.9.1	Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores	243
1.12.9.2	Workshop de Empregabilidade	243
1.12.9.3	Monitoria	244
1.13	GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO	244
1.13.1	Objetivos do Processo de Auto avaliação Institucional e de Curso	245
1.13.2	Planejamento da Avaliação Institucional e de Curso	246
1.13.3	Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso	249
1.13.4	Plano Acadêmico Administrativo de Curso	250
1.13.5	Plano de Ação de Melhoria de Gestão	253
1.13.6	Divulgação dos Resultados para a Comunidade Acadêmica	254
1.14	ATIVIDADES DE TUTORIA	254
1.14.1	Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos On line	256
1.14.2	Mediação Pedagógica em Momentos Presenciais	257
1.14.3	Domínio do Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos	258
1.14.4	Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo	261
1.14.5	Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso para Aperfeiçoamento de Atividades Futuras	262
1.14.6	Atividades Presenciais Obrigatórias	263
1.15	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES	263
1.15.1	Alinhamento de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores ao	263

PPC e às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias previstas para o Curso	
1.15.2 Avaliações Periódicas da Necessidade de Capacitação dos Tutores	264
1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para a Permanência e Êxito dos Discentes	266
1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	266
1.16.1 TICs Planejadas para o Processo Ensino Aprendizagem	266
1.16.2 Viabilização da Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs	267
1.16.3 Interatividade entre Docentes, Discentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a qualquer hora e lugar	267
1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem baseadas no uso das TICs	268
1.17 AVA	268
1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes	268
1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional do AVA	271
1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua	272
1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	272
1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade, Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores	272
1.19 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO APRENDIZAGEM	274
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso	274
1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente	276
1.19.3 Avaliação Diagnóstica	277
1.19.4 Avaliação Formativa	277

1.19.5	Avaliação Somativa	278
1.19.6	Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem	279
1.19.7	Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem	280
1.20	NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	280
1.20.1	Número de Vagas Pleiteado	280
1.20.2	Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica	281
1.20.3	Formas de Acesso ao Curso	283
1.20.4	Do Processo Seletivo	283
1.20.5	Da Transferência Externa	284
1.20.6	Da Transferência Ex Offício	285
1.20.7	Do Portador de Diploma de Curso Superior	286
1.20.8	Da Reopção	286
1.20.9	Do ENEM	287
1.20.10	Matrícula	287
1.21	INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	288
1.21.1	Convênios e Integração com as Redes Públicas de Ensino	288
1.21.2	Desenvolvimento, Testagem, Execução e Avaliação de Estratégias Didático-Pedagógicas	288
1.21.3	Utilização de Tecnologias Educacionais	288
1.21.4	Documentação das Experiências proporcionadas pela Integração	288
1.21.5	Planejamento de Ações Inovadoras	288
1.22	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE –SUS	288
1.22.1	Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde	288

1.22.2	Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade	289
1.23	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE	291
1.23.1	Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs	292
1.23.2	Regulamentação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais	293
1.23.3	Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região	295
1.24	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS	295
1.24.1	Atividades Práticas de Ensino da Licenciatura com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da Área de Conhecimento da Licenciatura	295
1.24.2	Distribuição das Atividades de Teoria e Prática ao Longo do Curso	296

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

2.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	296
2.1.1	Composição do NDE	297
2.1.2	Atribuições do NDE	297
2.1.3	Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica do PPC pelo NDE	297
2.2	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	298
2.2.1	Equipe Multidisciplinar responsável pela Concepção, Produção e Disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais a distância	298
2.2.2	Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar e Processos de Trabalho Formalizados	300
2.3	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	301
2.3.1	Regime de Trabalho do Coordenador	301

2.3.2	Atribuições do Coordenador	
2.3.3	Relação do Coordenador com Docentes, Discentes e Tutores	302
2.3.4	Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores	303
2.3.5	Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso	303
2.3.6	Indicadores de Desempenho do Coordenador	306
2.3.7	Planejamento da Administração do Corpo Docente	308
2.4	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	308
2.4.1	Relação do Corpo Docente com a respectiva Titulação	309
2.4.2	Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da Titulação dos Docentes com seu Desempenho de Análise de conteúdos curriculares, Fomento do raciocínio crítico, Estímulo ao acesso à pesquisas de ponta e a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação	309
2.5	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	310
2.5.1	Relação do Corpo Docente com o respectivo Regime de Trabalho Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições	310
2.5.2	Individuais considerando a Carga Horária por Atividade	310
2.6.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	310
2.6.1	Relação do Corpo Docente com as respectivas Experiências Profissionais	310
2.6.2	Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da Experiência do Corpo Docente previsto e seu Desempenho para Contextualização, Aplicação da teoria em relação à prática profissional, Promoção da interdisciplinaridade, Análise de competências do perfil do egresso e Atualização contínua	310
2.7	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciaturas)	310
2.7.1	Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente previsto e seu Desempenho na Exposição de Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos das Disciplinas, Elaboração de Atividades para Alunos com Dificuldades, Avaliação Diagnóstica, Somativa e Formativa, Liderança e Produção reconhecida	310
2.8	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	310
2.8.1	Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência Superior do Corpo Docente e seu Desempenho	310

na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida

2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	311
2.9.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida	311
2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	311
Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância do Corpo Tutorial e seu Desempenho no Fornecimento de Suporte às Atividades Docentes,	
2.10.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes, Relacionamento com Estudantes, Incremento de Processos de Ensino Aprendizagem, Orientação dos Alunos para Atividades e Leituras Complementares	311
2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	311
2.11.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões	312
2.11.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução	313
2.11.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão	313
2.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES	314
2.12.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria	314
2.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES	314
2.13.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras	314
2.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES	314
2.14.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores	315
2.14.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores	316
2.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU	317

TECNOLÓGICA

2.15.1	Relação da Quantidade de Produções do Colegiado do Curso	317
--------	--	-----

DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA

3.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	318
3.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	318
3.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	318
3.4	SALAS DE AULA	318
3.5	ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	318
3.6	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR	319
3.7	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	319
3.8	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	321
3.8.1	Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano	322
3.8.2	Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança	323
3.9	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	328
3.9.1	Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano	328
3.9.2	Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança	329
3.10	LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE	335
3.10.1	Laboratórios Específicos e Multidisciplinares em conformidade com as DCNs	335
3.11	LABORATÓRIOS DE HABILIDADES	336
3.11.1	Laboratórios de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde	336
3.11.2	Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso	337
	UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL	337
3.12	CONVENIADO	
3.12.1	Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação	337

dos Estudantes	
3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência	337
3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde	339
3.13 BIOTÉRIOS	340
3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	340
3.14.1 Formalização do Processo	340
3.14.2 Atendimento à Demanda	340
3.14.3 Plano de Contingência para a Garantia de Continuidade de Funcionamento	342
3.14.4 Sistema Informatizado de Gerenciamento do Processo e Uso de Indicadores	342
3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS	343
3.15.1 Regulamento	343
3.15.2 Práticas Jurídicas Simuladas, Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação	343
3.15.3 Atividades Jurídicas Reais	343
3.15.4 Visitas Orientadas	343
3.15.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais	343
3.15.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda	343
3.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO	343
3.16.1 Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso	343
3.16.2 Atendimento aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais	345
3.16.3 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem	345
3.16.4 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria	346

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

347

APÊNDICE I – INFRAESTRUTURA FÍSICA

347

APÊNDICE II – INFRAESTRUTURA

353

APÊNDICE III – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

355

APÊNDICE IV – PLANILHA DE DOCENTES DO CURSO DE BIOMEDICINA

356

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1. Nome e Base legal da Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Metropolitano de Ensino LTDA. **Código:** 1416

Endereço sede: Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Razão Social: Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

CNPJ: 03.817.341/0001-42

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)

Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos sociedade civil.

Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Código da Mantenedora no e-MEC: 1416

Atos legais:

Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U nº 84, seção 1, 03/05/2002.

Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017

Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, Publicação no D.O.U. 29/12/2017, válida por 4 anos.

1.2. Nome e Base legal da Mantida

a) Nome da Mantida:

Centro Universitário CEUNI-FAMETRO

Código da Mantida: 2147

b) Base legal da IES:

Atos legais:

Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U.nº 84, seção 1, 03/05/2002

Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017

Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017. Publicação no D.O.U. 29/12/2017

Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Endereço Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4:Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69050001

Endereço da Unidade Zona Sul: Rua Professor Ernani Simão, n.1160, Bairro Cachoeirinha. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69065-060

Endereço da Unidade Zona Leste: Av. Autaz Mirim, 8565, Bairro Novo Aleixo. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69099-045

Endereço da Unidade Zona Norte: Av. Margarita, nº5, Conjunto Nova Cidade, Bairro Cidade Nova, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69097-207

E suas mantidas nos seguintes endereços: Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n.84, Centro, Itacoatiara/AM, CEP: 69100-042, Rua Gonçalves Ledo, n.345, Bairro Centro, Coari/AM, CEP 69460-000, Travessa Monteiro Lobato, n.67, Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-085, Rua Paraíba, n.3468, Bairro Itauna I, Parintins/AM, CEP 69152-010.

1.3. Perfil e Missão da Mantida

Missão: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos e humanísticos, comprometidos com o desenvolvimento regional e social.

Valores: Excelência, ética, profissionalismo e Inclusão social.

Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio educacional.

1.4. Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região

O CEUNI-FAMETRO está situado em plena Amazônia brasileira, a maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo, que enfrenta uma série de ameaças. Dentre elas, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da Mata Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2):

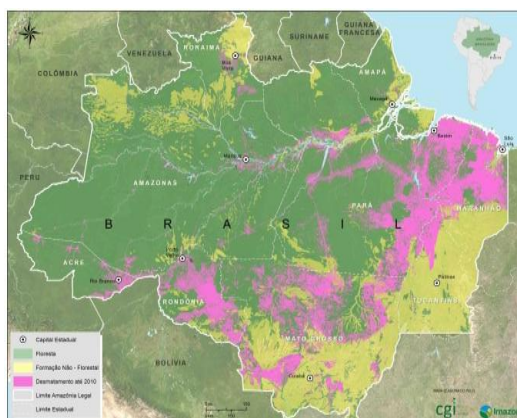


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010.

(Fonte:<<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso

cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013).

Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são centrais e devem ser debatidas pelas Instituições de Educação. É nesse contexto que se insere a política ambiental do CEUNI-FAMETRO.

Ademais, segundo o último censo do IBGE, o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020.

A capital Manaus concentra em torno de 60% dessa população, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km², com 23,7% da população ocupada com um salário médio dos trabalhadores formais de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população com renda per capita de ½ salário mínimo (2017), 108.182 matrículas no ensino médio (2018), IDH alto de 0,737 e um PIB per capita de 34.362,71 (2017).

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7^a cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 7^a mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país.

A Zona Franca de Manaus é um modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos.

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, o Polo Industrial de Manaus- PIM contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Sobre o Curso de Biomedicina, a profissão Biomédica e a educação do local

Apesar da recessão econômica que o nosso país e o mundo atravessam, o cenário de crise é bem menos impactante para a área da Biomedicina. Afinal, a saúde é sempre prioridade para as pessoas, bem como para o poder público.

A contribuição do biomédico vem se tornando cada vez mais imprescindível no mundo atual, pois são profissionais que têm familiaridade com métodos científicos e que podem, através desse conhecimento, desenvolver planos de pesquisa dentro da área saúde.

O curso assegura a formação de profissionais com competências e habilidades para acompanhar a profunda revolução biológica dos últimos decênios.

O mercado de trabalho para o Biomédico permite o exercício de sua atividade tanto no setor privado — na indústria de produção de soros e vacinas, em laboratórios de Patologia Clínica onde realiza os exames, interpreta e emite laudos e pareceres responsabilizando-se tecnicamente pelas análises clínico-laboratoriais — no setor público, onde contribui para a manutenção da saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas, família e comunidade, na docência, para a área da saúde, gerando e transmitindo novos conhecimentos para a formação de novos profissionais.

Existem diversas áreas que o biomédico pode atuar, incluindo a pesquisa básica (como biofísica, bioquímica, biologia molecular parasitologia e imunologia) ou em pesquisa aplicada à clínica (como reprodução humana, análises clínicas, análises de imagens, análises bromatológicas e análises hematológicas), necessárias em um país de grande extensão como o nosso e carente no sistema de saúde.

A Biomedicina é uma carreira ampla e com mercado de trabalho diversificado: possui mais de 35 áreas de atuação autorizadas, está em ampliação constante, sendo que as duas principais são docência/pesquisa e os laboratórios de análises Clínicas – que concentram cerca de 63% dos profissionais formados. Outras áreas de atuação são: banco de sangue,

onde o biomédico realiza todas as tarefas, com exceção da transfusão; análises ambientais, onde ele faz as análises físico-químicas e microbiológicas para o saneamento do meio ambiente; indústrias, para trabalhar com soros, vacinas e reagentes; imagenologia, onde o profissional atua na área de raio-x, ultrassonografia, tomografia, ressonância magnética; DNA, na qual realiza exames laboratoriais, assumindo responsabilidade técnica.

O mercado para biomédicos no Brasil é favorável e está em expansão. Em todo o país, vem crescendo a atuação de biomédicos na área de Criminalística e também de Biomedicina Estética. O mercado abrange diversas atividades e exige o conhecimento multidisciplinar e sempre atualizado. O profissional de Biomedicina pode optar por atuar nas seguintes habilitações: Acupuntura, Análise Ambiental, Análises Bromatológicas, Auditoria, Banco de Sangue, Biofísica, Biologia Molecular, Biomedicina Estética, Bioquímica, Citologia Oncótica, Embriologia, Farmacologia, Fisiologia, Fisiologia Geral, Fisiologia Humana, Genética, Hematologia, Histologia Humana, Histotecnologia Clínica, Imagenologia, Imunologia, Informática de Saúde, Microbiologia, Microbiologia de Alimentos, Parasitologia, Patologia, Patologia Clínica (Análises Clínicas), Perfusão Extracorpórea, Psicobiologia, Radiologia, Reprodução Humana, Sanitarista, Saúde Pública, Toxicologia e Virologia.

Segundo o Conselho Federal de Biomedicina, a área da saúde sempre mostrou oportunidades de trabalho no Brasil. As explicações para esse cenário envolvem fatores como o crescimento da expectativa de vida no país e a preocupação das pessoas com o bem-estar físico e emocional.

Considerando o contexto apresentado a Faculdade pretende contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região ofertando uma graduação fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas necessidades regionais, com princípios éticos, humanísticos e ambientais.

Em relação a educação no Estado do Amazonas, dados do IBGE (2019) apontam de acordo com o índice IDEB valor 6,0 Manaus aos anos iniciais de ensino fundamental na rede pública e 3,4 nos anos finais. Em 2019 Manaus apresentava 769 escolas públicas.

Com base no dados no E-MEC (2021), o Estado do Amazonas (Manaus) conta com 05 faculdades, centro universitários e universidades que oferecem o Curso de Biomedicina no modelo presencial.

Segundo informações recolhidas no Cadastro das Instituições de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, foram registrados, a maior parte dos cursos de Biomedicina estão na Região Sudeste, com 57,3%. A Região Sul contou com 14,7%, a Região Nordeste com 13,1%, a Região Centro-Oeste com 9,8% e a Região Norte com apenas 4,9%. Diante do exposto, pode se constatar que a Região Norte tem os

menores percentuais referentes à concentração de cursos de Biomedicina e profissionais egressos.

Planos de ação da IES

Vale destacar os **Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho pretendidos pela IES**: a política de recursos humanos da IES prevê como descrita no PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a instituição terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

Quanto aos Processos de Gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: não se aplica em atos de credenciamento em trâmite. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

Em relação a Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A IES respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira: A IES ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular em língua estrangeira a disciplina de Inglês e de Direitos Humanos.

Existência de Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil e Número de Beneficiados: Não se aplica em aos atos de credenciamento em trâmite. Em processo de autorização em trâmite.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável e uma Política de Educação Ambiental.

ACÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE DEVERÃO SER REALIZADAS:

- Implantar a Política de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnicos administrativos) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável;
- Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas;
- Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem contínua e permanente a partir de um enfoque transversal;
- Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula.

AÇÕES DE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL PARA A ACESSIBILIDADE DEVERÃO SER REALIZADAS:

- A manutenção da adequação da rede física sem barreiras arquitetônicas, do mobiliário e dos equipamentos para atender a nova proposta; A promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas dos novos alunos. Criação de um núcleo de apoio com sede na Instituição;
- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as necessidades educativas do aluno;
- Capacitação permanente para professores e técnicos administrativos para a acessibilidade atitudinal. Sensibilização da comunidade interna acerca dos direitos e deveres das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das necessidades específicas nas salas de apoio e as devidas adaptações curriculares;
- Ofertar serviço de Saúde, de Psicologia, de Psicopedagogia quando necessário, atendimento individualizado;
- Realização de um trabalho conjunto com os professores para encaminhar o educando ao mundo do trabalho através do banco de dados mantido no núcleo;
- Oferta de formação inicial e continuada, visando à inserção dessas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho. Acesso a níveis elevados de ensino e pesquisa e atividades artísticas de acordo com a capacidade de cada um.
- Flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento, num tempo determinado;

- Acomodação, ou seja, considerar que o planejamento de atividades para uma turma deve levar em conta a presença de alunos com necessidades especiais e, portanto, contemplá-los na programação;
- Trabalho simultâneo, cooperativo e participativo, entendido como a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente com a mesma ação ou grau de abstração.

Para o desenvolvimento de ações no campo da diversidade cultural, pretende:

- Desenvolver um programa de Inclusão e Apoio a Diversidade por meio do planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;
- Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral.

A implantação de uma IES privada contribuirá via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica e socioambiental da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

2. SÍNTESE DA IES

2.1. Breve histórico da Mantenedora

Mantenedora: IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001, com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos-sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

Histórico, Perfil e Missão da IES: O CEUNI-FAMETRO tem 18 anos de existência e em 2019 possui 77 cursos de graduação presencial e 21 cursos de graduação em EAD, nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde, possui 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. E um corpo docente de 382 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo de 286 profissionais das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que o CEUNI-FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando **CI 4, CI EAD 5, IGC 4**, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado.

Sua **missão institucional** é a de “Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte”. O CEUNI-FAMETRO participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES. No que compete à estrutura física, possui um espaço de 426 salas de aula, 04 auditórios somando 1100 lugares, 07 áreas de convivência, biblioteca e mais de 30 laboratórios, estacionamento com vagas para 2000 carros, Wi Fii, 87 gabinetes para professores integrais nos 03 turnos, espaço de trabalho para a coordenação de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e os espaço da funcionária, sala de

professores equipadas, sala de reunião de NDE, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 carrinhos móveis com laptops para cada unidade.

Dados socioeconômicos da Região: segundo o último censo do IBGE o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020. A capital Manaus concentra em torno de 60% dessa população, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km², com 23,7% da população ocupada com um salário médio dos trabalhadores formais de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população com renda per capita de ½ salário mínimo (2017), 108.182 matrículas no ensino médio (2018), IDH alto de 0,737 e um PIB per capita de 34.362,71 (2017). Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7^a cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 7^a mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país.

A Zona Franca de Manaus é um modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Dados socioambientais: Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, Patrimônio da Humanidade e a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade e neste contexto o

CEUNI-FAMETRO entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais e que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. E diante deste cenário que se insere a Política Ambiental da Instituição, inclusive definindo as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional do Amazonas.

2.2. Breve Histórico da Mantida

A mantida, Centro Universitário CEUNI FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-000, instituição ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando há 18 anos no segmento educacional e que iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, Publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos. E demais endereços:

Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4:Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69050001

Endereço da Unidade Zona Sul: Rua Professor Ernani Simão, n.1160, Bairro Cachoeirinha. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69065-060

Endereço da Unidade Zona Leste: Av. Autaz Mirim, 8565, Bairro Novo Aleixo. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69099-045

Endereço da Unidade Zona Norte: Av. Margarita, nº5, Conjunto Nova Cidade, Bairro Cidade Nova, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69097-207

E suas mantidas nos seguintes endereços: Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n.84, Centro, Itacoatiara/AM, CEP: 69100-042, Rua Gonçalves Ledo, n.345, Bairro Centro, Coari/AM, CEP 69460-000, Travessa Monteiro Lobato, n.67, Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-085, Rua Paraíba, n.3468, Bairro Itauna I, Parintins/AM, CEP 69152-010.

No ato do credenciamento da primeira mantida foram autorizados 2 cursos: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria nº 1.338, de 02/05/2002) e Turismo (Portaria nº. 1.339, de 02/05/2002). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria nº. 3.003, de 24/10/2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria nº. 724, de 03/03/2005), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria nº 648, de 01/03/2005) e Serviço Social (Portaria nº 647, de 01/03/2005). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria nº 405, de 25/07/2006) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria nº 233, de 07/06/2006).

Entre 2006 e 2014, o portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada da IES, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância. E em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28/12/2017, e inclusive, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC, conforme Portaria MEC nº1.228 de 28 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. em 29/11/2017.

Em 2018 o CEUNI FAMETRO possuía 65 cursos, sendo 62 em funcionamento e um corpo de 319 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 238 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado.

Atualmente oferta 86 cursos de graduação, sendo 77 em funcionamento, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, agrárias, sociais e humanas e da saúde, 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas.

O Centro Universitário CEUNI FAMETRO possui CI 4, CI EAD 5 e IGC 4, atualmente é maior IGC do Estado do Amazonas e entre 2014 e 2019, obteve CC final 4 e 5, nas avaliações in loco dos cursos de graduação.

Esta qualidade é mantida na evolução do CI e do IGC contínuo, consolidando a IES como instituição de reconhecida qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela 1.

Tabela 1 - Evolução do IGC Contínuo da IES:

2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
IGCCont.	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont.	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa
1,74	2	2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,88	3	2,98	4	2,99	4	2,93	3	3,02	4

Fonte: MEC/INEP (2008-2019)

O CEUNI-FAMETRO em 2015 foi 1^a no ranking do IGC, em 2016 foi a única instituição IGC 4 no Estado do Amazonas dentre as públicas e privadas. E em 2017 com IGC 3 o CEUNI FAMETRO continuou sendo a IES primeiro colocada no ranking do IGC das IES do Estado, e em 2018 pela 4^a vez consecutiva 1^a do ranking com o IGC 4, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 2- Ranking do IGC 2018:

N.	IES	SIGLA	IGC Faixa	IGC Contínuo
1º	Centro Universitário CEUNI FAMETRO	FAMETRO	4	3,0205
2º	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	4	2,9531
3º	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	3	2,8880
4º	Instituto Fed. de Ed., Ciência e Tec. do AM	IFAM	3	2,7875
5º	Faculdade Boas Novas	FBNCTSB	3	2,7450
6º	Centro Universitário do Norte	UNINORTE	3	2,7211
7º	Martha Falcão Wyden	MF	3	2,7017
8º	Instituto de Ensino Superior FUCAPI	FUCAPI	3	2,6711
9º	Universidade Nassau	UNINASSAU	3	2,6488
10º	Faculdade La Salle	LA SALLE	3	2,4763
11º	Centro Universitário Luterano de Manaus	ULBRA	3	2,4655
12º	Centro Un. de Ensino Superior do Amazonas	CIESA	3	2,4412
13º	Faculdade SENAC Amazonas	SENAC	3	2,3468
14º	Escola Superior Batista do Amazonas	ESBAM	3	2,3246
15º	Faculdade Estácio do Amazonas	ESTÁCIO	3	2,2584

N.	IES	SIGLA	IGC Faixa	IGC Contínuo
		AMAZONAS		
16º	Universidade Nilton Lins	UNINILTONLINS	3	2,2050
17º	Faculdade Salesiana Dom Bosco	FSDB	3	2,1331
18º	Instituto de Ensino Superior Materdei	MATERDEI	3	2,0481
19º	Faculdade do Amazonas	IAES	3	1,9918
20º	Faculdade de Odontologia de Manaus	FOM	1	0,6947

Fonte: MEC/INEP(2018)

O fato do CEUNI FAMETRO ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão sócio educacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a credibilidade da IES perante a sociedade amazonense conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3 - Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

PROGRAMAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa Universidade (com e sem compensação)	714	1599	1496	896	307	96
PROUNI (parcial e integral)	836	1970	2584	2264	2255	1372
FIES	370	2094	3712	3855	3424	3243
Quero Bolsa	-	-	436	1102	1577	
Educações	-	-	256	351	370	
Bolsa Legal	-	-	-	-	1706	

Fonte: Censo (2013-2018)

O CEUNI-FAMETRO foi avaliado em 1º lugar em qualidade de ensino no Amazonas segundo a Folha de São Paulo que avalia cursos de graduação das universidades brasileiras, por meio do RUF- Ranking Universitário Folha. Portanto, a credibilidade da IES, a alta demanda por seus cursos em função da sua política de inclusão sócio educacional e da qualidade de ensino permitiram à IES uma trajetória que já completou 17 anos em Manaus.

A IES tem se destacado em qualidade de ensino inclusive na avaliação do Guia do Estudante conforme demonstrado a seguir:

**A FAMETRO TEM 12 CURSOS DE GRADUAÇÃO
AVALIADOS PELO GUIA DO ESTUDANTE 2017**



No que compete a avaliação *in loco*, a IES também vem demonstrando evolução de seus indicadores de qualidade de ensino nos últimos 07 anos, vide a tabela a seguir de Conceito de Cursos (CC):

Tabela 4- Conceito das avaliações *in loco* nos últimos 7 anos:

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC
1304677	Farmácia	Bacharelado	4	2019
1285113	Radiologia	Tecnológico	4	2019
1162836	Engenharia da Produção	Bacharelado	4	2019
201601189	Credenciamento EAD		5	2018
1148864	Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	4	2018
1385538	Medicina	Bacharelado	5	2017
1366242	Educação Física	Bacharelado	4	2017
1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	4	2017
1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	4	2017
1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	4	2017
1259775	Educação Física	Licenciatura	4	2017
1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	4	2016
1206130	Marketing	Tecnológico	4	2016
102056	Direito	Bacharelado	4	2015

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC
1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	4	2015
1149905	Logística	Tecnológico	5	2015
1151561	Design Gráfico	Tecnológico	5	2015
54605	Turismo	Bacharelado	5	2014
1151741	Gastronomia	Tecnológico	4	2014
1152558	Gestão de Produção Industrial	Tecnológico	4	2014
1204410	Construção de Edifícios	Tecnológico	4	2014
82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	2014
1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	4	2014
1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	4	2014
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	3	2014
1043904	Química	Licenciatura	4	2013

Fonte: MEC/INEP (2013-2019)

A IES por meio do reconhecimento da sociedade amazonense e investindo cada vez mais na educação superior, e em 2019 oferta 77 cursos superiores nas diversas áreas e modalidade conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5: Cursos de graduação presenciais

Q D	CEUNI	CÓDIGO DE CURSO	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA MEC ATUAL	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA) ATUAL	ATO EM 2019.2
1	SEDE	54602	Administração	Bacharelado	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Reconhecimento
2	ZL	1453382	Administração	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
3	ZS	1484201	Administração	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
4	SEDE	1458188	Análise e Des. de Sistemas	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
5	SEDE	99519	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
6	ZS	1484202	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
7	SEDE	1043865	Biomedicina	Bacharelado	Nº 134 de 01/03/2018 DOU 02/03/18		Renovação de Reconhecimento
8	ZL	1453383	Biomedicina	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
9	ZS	1484215	Biomedicina	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
10	SEDE	82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Reconhecimento

11	ZL	1453384	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
12	ZS	1484217	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
13	SEDE	1458136	Comunicação Social- Publicidade e Propaganda	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
14	SEDE	1151561	Design Gráfico	Tecnológico	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Reconhecimento
15	SEDE	102056	Direito	Bacharelado	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Reconhecimento
16	SEDE	1259775	Educação Física	Licenciatura	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
17	SEDE	1366242	Educação Física	Bacharelado	Nº 1021 de 27/09/2017 DOU 28/09/17		Autorização
18	ZS	1484218	Educação Física	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
19	SEDE	104478	Enfermagem	Bacharelado	Nº 821 de 30/12/2014 DOU 02/01/15		Renovação de Reconhecimento
20	SEDE	1156975	Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis	Bacharelado	Nº 340 de 18/05/2018 DOU 21/05/18		Reconhecimento
21	SEDE	1148864	Engenharia Civil	Bacharelado	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
22	ZS	1484220	Engenharia Civil	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
23	SEDE	1458139	Engenharia de Computação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
24	SEDE	1458137	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
25	ZS	1458194	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
26	SEDE	1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	Nº 459 de 09/10/2019		Reconhecimento
27	ZS	1484204	Engenharia de Produção	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
28	SEDE	1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Nº 938 de 24/08/2017 DOU 28/08/17		Reconhecimento
29	SEDE	1458138	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
30	ZS	1458193	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
31	SEDE	1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	Nº 1011 de 25/09/2017 DOU 25/09/17		Reconhecimento
32	ZL	1453385	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
33	ZS	1484221	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
34	SEDE	1304677	Farmácia	Bacharelado	Nº 266 de 27/03/2015 DOU 30/03/2015		Autorização
35	ZL	1458195	Farmácia	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
36	SEDE	98746	Fisioterapia	Bacharelado	Nº 134 de 01/03/2018 DOU 02/03/18		Renovação de Reconhecimento

37	ZS	1484206	Fisioterapia	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
38	SEDE	1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	Nº 745 de 14/07/2017 DOU 17/07/17		Renhecimento
39	SEDE	1151741	Gastronomia	Tecnológico	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Renhecimento
40	SEDE	1458189	Gestão Comercial	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
41	SEDE	1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Renhecimento
42	ZS	1484230	Gestão da Qualidade	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
43	SEDE	1152558	Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Renhecimento
44	SEDE	1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Nº 247 de 30/06/2016 DOU 01/07/16		Renhecimento
45	ZL	1453386	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
46	ZS	1484234	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
47	SEDE	1458190	Gestão Financeira	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
48	SEDE	1458192	Gestão Pública	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
49	SEDE	1304682	Jornalismo	Bacharelado	Nº 217 de 13/05/2019 DOU 14/05/15		Renhecimento
50	SEDE	1149905	Logística	Tecnológico	Nº 269 de 03/04/2017 DOU 04/04/17		Renovação de Renhecimento
51	ZL	1453387	Logística	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
52	ZS	1484231	Logística	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
53	SEDE	1206130	Marketing	Tecnológico	Nº 249 de 30/06/2016 DOU 01/07/16		Renhecimento
54	ZS	1484232	Marketing	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
55	SEDE	1385538	Medicina	Bacharelado	Nº1228 de 28/11/2017 DOU 29/11/17		Autorização
56	SEDE	1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	Nº 1041 de 23/12/2015 DOU 23/12/15		Autorização
57	ZS	1484207	Medicina Veterinária	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
58	SEDE	104480	Nutrição	Bacharelado	Nº 821 de 30/12/2014 DOU 02/01/15		Renovação de Renhecimento
59	SEDE	1158378	Odontologia	Bacharelado	Nº 806 de 16/12/2016 DOU 19/12/16		Autorização
60	SEDE	99818	Pedagogia	Licenciatura	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Renhecimento
61	ZL	1453388	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
62	ZS	1484233	Pedagogia	Licenciatura		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização

63	ZN	1486415	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 10/06/2019	Autorização
64	SEDE	1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	Nº 65 de 28/01/2015 DOU 30/01/15		Reconhecimento
65	SEDE	1458191	Processos Gerenciais	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
66	SEDE	99652	Psicologia	Bacharelado	Nº 269 de 03/04/ 2017 DOU 04/04/17		Renovação de Reconhecimento
67	SEDE	1043904	Química	Licenciatura	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
68	SEDE	1285113	Radiologia	Tecnológico	Nº 401 de 29/05/2015 DOU 01/06/15		Autorização
69	ZS	1484208	Radiologia	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
70	SEDE	1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	Nº 66 de 28/01/2015 DOU 30/01/15		Reconhecimento
71	ZS	1484235	Segurança no Trabalho	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
72	SEDE	82664	Serviço Social	Bacharelado	Nº 134 de 01/03/2018 DOU 02/03/18		Renovação de Reconhecimento
73	ZS	1484210	Serviço Social	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
74	SEDE	98595	Sistemas de Informação	Bacharelado	Nº 914 de 27/12/2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
75	ZL	1453389	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
76	ZS	1484236	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
77	SEDE	54605	Turismo	Bacharelado	Nº 269 de 03/04/ 2017 DOU 04/04/17		Renovação de Reconhecimento

Fonte: MEC/INEP (2019.1)

E o CEUNI FAMETRO oferta 22 cursos de graduação EAD.

Tabela 6: Cursos de graduação EAD

Q D	POLO CEUNI	CÓDIGO DE CURSO	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA MEC	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA)	ATO
1	SEDE	1478302	Administração	Bacharelado		Res.nº1 de 12/02/2019	Autorização
2	Parintins	1487768	Administração	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
3	Itacoatiara	1487858	Administração	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
4	Tefé	1487859	Administração	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
5	Parintins	1517445	Arquitetura	Bacharelado		Res.nº 23 de 11/11/2019	Autorização
6	Parintins	1487769	Ciências Contábeis	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
7	Tefé	1487860	Ciências Contábeis	Bacharelado		Res.nº 15 de	Autorização

						20/08/2019	
8	Parintins	1487772	Engenharia Civil	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
9	Tefé	1487855	Engenharia Civil	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
10	Parintins	1487771	Eng.Elétrica	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
11	Tefé	1487854	Eng.Elétrica	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
12	Parintins	1487776	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
13	Tefé	1487852	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
14	Itacoatiara	1487856	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
15	SEDE	1351279 CC -5(2017) CPC - ENADE -	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria provisória nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva nº 137 de 21/03/19 e D.O.U. 22/03/19		Autorização
16	SEDE	1351278 CC -4(2016) CPC - ENADE -	Logística	Tecnológico	Portaria provisória nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva nº 137 de 21/03/19 e D.O.U. 22/03/19		Autorização
17	Parintins	1487777	Nutrição	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
18	Tefé	1487853	Nutrição	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
19	Itacoatiara	1487857	Nutrição	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
20	Parintins	1487790	Pedagogia	Licenciatura		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
21	Parintins	1487785	Serviço Social	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
22	Tefé	1487861	Serviço Social	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização

Fonte: MEC, 2019

Ressaltamos que a IES também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2019 tem em seu portfólio 87 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento.

Tabela 6 - Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E NEGÓCIOS	
1	Administração Pública e Processo Legislativo
2	Administração Pública
3	Auditoria e Perícia contábil
4	Assistência Social e Família
5	Contabilidade, Auditoria e Controladoria
6	Gestão de Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
7	Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco
8	Gestão Comercial e Marketing de Negócios
9	Gestão Organizacional e Recursos Humanos
10	Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes
11	Gestão de Compras e Suprimentos
12	Gerontologia e Família
13	Gestão em Políticas Públicas
14	Gestão Estratégica de Serviços e Clientes
15	Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo
16	Logística empresarial
17	Logística Estratégica e Sistemas de Transporte
18	Logística e Cadeia de Suprimentos
19	Patrimônio Cultural em Centros Urbanos
20	Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas
DIREITO	
21	Ciências Criminais
22	Direito Tributário
23	Direito Processual Civil
24	Direito Educacional
25	Segurança Pública e Direitos Humanos
26	Psicologia Jurídica
SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	
27	Audiologia Clínica e Ocupacional
28	Análises Clínicas
29	Obesidade e Emagrecimento
30	Bioquímica
31	Doenças Tropicais e Infecciosas
32	Enfermagem do Trabalho
33	Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica
34	Enfermagem em Urgência e Emergência
35	Enfermagem em Urologia

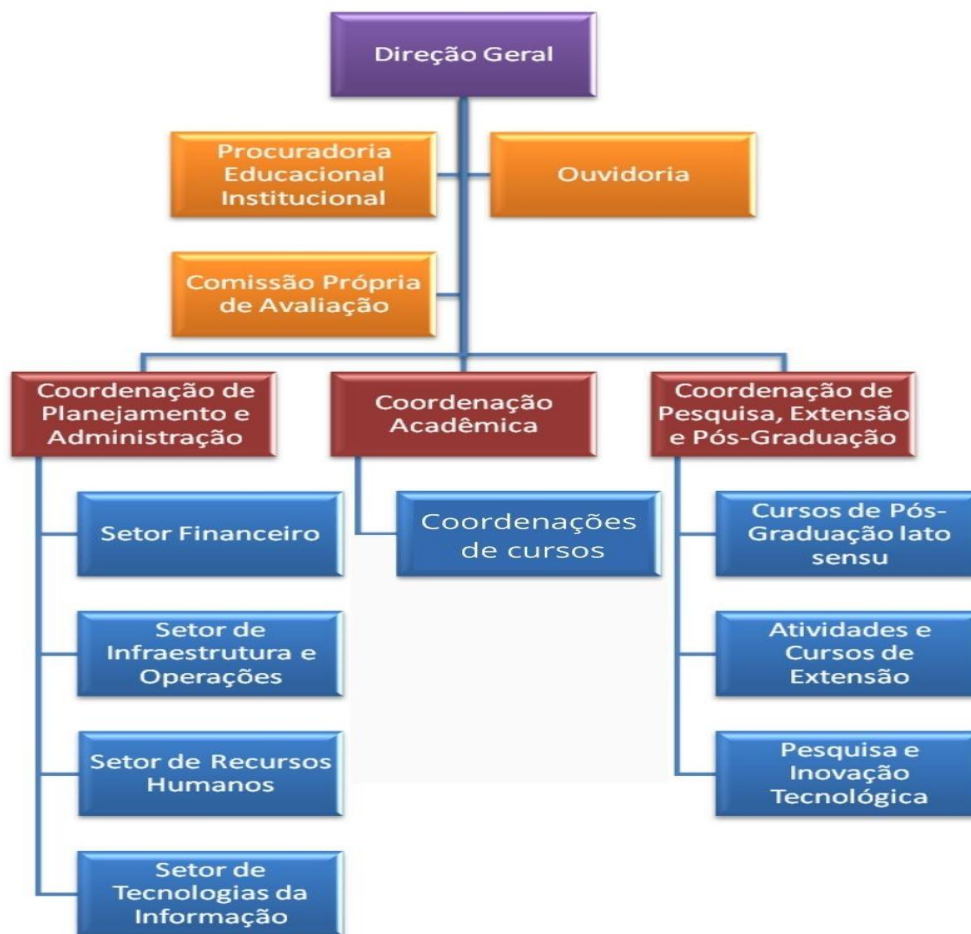
36	Enfermagem em UTI
37	Enfermagem Geriátrica-Gerontologia
38	Enfermagem Obstétrica
39	Gastronomia Funcional
40	Gestão em Políticas Públicas de Saúde
41	Microbiologia e Imunologia
42	Neuropsicologia
43	Nutrição Clínica
44	Parasitologia e Urinálise
45	Psicologia Hospitalar
46	Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva
47	Saúde Coletiva
ARQUITETURA, ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONTRUÇÃO	
48	Arquitetura e Design de Interiores
49	Engenharia de Petróleo e Gás Natural
50	Engenharia de Segurança do Trabalho
51	Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos
52	Gestão da Construção Civil
53	Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil
54	Gestão Industrial e Processos Produtivos
55	Gestão da Produção e Qualidade
56	Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura
57	Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis
58	Perícia, Auditoria e Gestão ambiental
59	Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia
EDUCAÇÃO	
60	Docência Universitária
61	Docência da Educação Básica
62	Gestão de Ensino a Distância (EAD)
63	Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional
64	Metodologia do Ensino à Docência Superior
65	Psicopedagogia e Educação inclusiva
66	Psicopedagogia Clínica e Institucional
CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO	
67	Banco de Dados
68	Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB
69	Redes de Computadores
70	Segurança e Auditoria em Informática

MBA	
71	MBA em Direito Empresarial
72	MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade
73	MBA em Gestão de Pessoas e Coaching
74	MBA em Estratégia do Negócio e Competitividade de Mercado
75	MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados
76	MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios
77	MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva
78	MBA em Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria
79	MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional
80	MBA em Gestão Hospitalar
81	MBA em Gestão de Finanças e Tributos da Zona Franca de Manaus
82	MBA em Licitações e Contratos Administrativos
83	MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados
84	MBA em <i>Supply Chain e Management</i>
85	MBA em Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital
86	MBA em <i>Lean Manufacturing</i> e Logística
87	MBA em Gestão De Comercio Exterior e Negócios Internacionais

Fonte: MEC/INEP(2019)

A IES em seu projeto pedagógico da instituição, que contem, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão com cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, previsão de abertura de campus fora de sede (o campus fora de sede integrará a instituição) e de polos de educação a distância.

2.3 Organograma



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Nome do Curso e Modalidade de Oferta

Curso superior de graduação em: Biomedicina

Modalidade: Presencial

3.2 Relato do Processo de Construção/ Implantação /Consolidação do PPC

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Biomedicina, a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do Biomédico.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

3.3. Endereço de Funcionamento do Curso

Endereço Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

3.4. Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/ Reconhecimento/ Renovação)

Atos legais do curso: Portaria Nº 389, de 23/09/2011

3.5. Conceitos do Curso (CC, CPC, ENADE)

Conceito preliminar de Curso-CPC: 4

Conceito de Curso-CC: 4

Resultado do ENADE no último triênio: 2

3.6. Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamento

200 vagas anuais - sendo: 100 no noturno e 100 no matutino.

3.7. Carga Horária Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização

Carga horária: 3212h

Tempo mínimo de integralização: 08 semestres.

Tempo máximo de integralização: 16 semestres.

3.8. Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares, Termo de Supervisão:

Não se aplica

3.9. Perfil do Coordenador

3.9.1 Formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério superior e tempo de gestão de curso

- a) **Nome:** Wellington Mota Gama
- b) **Formação:** Biomédico
- c) **Titulação:** Mestre em Imunologia Básica e Aplicada pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM
- d) **Experiência dentro do magistério superior:** 03 anos e 08 meses
- e) **Experiência fora do magistério superior:** 04 anos
- f) **Tempo de gestão de curso de graduação:** 01 ano e 05 meses

3.10. Disciplinas em Língua Estrangeira

A matriz do curso possui as disciplinas de Inglês (English for the Job Market) e de Educação em Direitos Humanos (Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil) que serão ofertadas em língua inglesa, além disso a IES mantém convênio

com Centro de idiomas oferecem descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado de diferentes idiomas.

3.11. Convênios

Além dos convênios com empresas para Estágios Supervisionados a IES possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países e com a PUC/Minas para o DINTER em Direito.

3.12. Quantitativo Anual do Corpo Discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados, concluintes, estrangeiros, matriculados em estágio supervisionado, matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano

Não se aplica

3.13. Justificativa para Criação do Curso e Número de IES que ofertam o curso no Município

As mudanças operadas na política de saúde do país em atenção ao perfil epidemiológico e as diretrizes do SUS têm levado a criação de novos atores e ampliação de papéis dos profissionais que já estão na área. A compreensão da situação de saúde do povo brasileiro e a localização desses problemas têm conduzido o setor saúde a estabelecer novas prioridades.

Nesta perspectiva, a formação do Biomédico deve estar pautada em uma prática social que se qualifica como concreta possibilidade de cooperação no processo de mudança e transformação da sociedade, com iniciativas pontuais e continuadas, nas diversas etapas da formação discente, buscando discutir a biodiversidade na Amazônia no campo da educação, saúde, ambiente e tecnologia.

A concepção da saúde como um direito universal, igualitário e equânime, o reconhecimento da participação da população como uma forma de controle social exige novas posturas dos profissionais e novos reordenamentos na operacionalização das políticas de saúde. Neste processo, o biomédico tem sido identificado como um profissional capaz de contribuir para a efetivação desta política.

Neste contexto, a garantia da integralidade da assistência, o avanço tecnológico que garante novas descobertas e gera novos procedimentos tem exigido da academia um investimento maior no processo de formação, com vistas a preparar o futuro profissional para a assistência nos diversos níveis de complexidade.

Assim, a demanda da sociedade e mercado de trabalho, as condições geográficas e as necessidades técnicas do desenvolvimento respondem, afirmativamente, à necessidade social de cursos de Biomedicina no Estado, em específico no interior, como instrumento de democratização do acesso à educação superior pela sociedade.

Desta forma, o curso de Bacharelado em Biomedicina da Centro Universitário – CEUINI - Fametro está imbuído no compromisso de formar profissionais biomédicos, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Capacitado ao exercício de atividades referentes às análises clínicas, citologia oncótica, análises hematológicas, análises moleculares, produção e análise de bioderivados, análises bromatológicas, análises ambientais, bioengenharia e análise por imagem, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial, em Manaus, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

De acordo com o Conselho Regional de Biomedicina da 4ª região, localizado Pará, atendendo toda a região Norte, em maio de 2021, o estado do Amazonas apresenta cerca de 854 biomédicos inscritos no respectivo conselho, para atender todo o estado. Para uma população de cerca de 4,2 milhões de habitantes no Estado e 2,2 milhões habitando a capital Manaus, faz-se a necessidade de mais profissionais biomédicos atendendo nas UBSs, hospitais públicos, CAPS, UPAs e Policlínicas além da demanda do setor privado, como clínicas, laboratórios de análises clínicas, hospitais e centro de imagens.

3.13.1 Demandas de Natureza Econômica

O Amazonas, maior extensão territorial do Brasil, possui o maior PIB da região norte e nordeste, atingindo cerca de R\$ 98,754 bilhões em 2019. De acordo com os estudos da SEDECTI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o setor da Indústria totalizou um montante de R\$ 29 bilhões, o Setor de Serviços totalizou um valor de R\$ 48 bilhões, e o setor agropecuário contribuiu com R\$ 6,5 bilhões no quarto trimestre de 2019.

A capital do Estado é a cidade de Manaus, que tem uma contribuição expressiva na região com um PIB de R\$ 73 bilhões de reais, com participação de 78,54% do PIB do estado em 2019. O município de Manaus corresponde a 94,54% da Indústria do Estado. O polo agropecuário abriga projetos relacionados à produção de alimentos, piscicultura, beneficiamento, dentre outros. O setor terciário, conhecido por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia brasileira e não é diferente em Manaus, onde o setor é composto de: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Transportes e armazenagem e correio; Serviços de alojamento e alimentação; Atividades imobiliárias e aluguel; Serviços prestados às empresas; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Administração, saúde e educação públicas; Saúde e educação mercantis; Serviços domésticos.

O segmento de comércio teve seu grande destaque na década de 80 com o modelo de economia fechada. Atualmente o setor de comércio e serviços possui grande relevância, pois representa 51,92% da participação do PIB da região. E a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas - CDL regulamenta a atividade mercantil realizada pela cidade através da prestação de serviços e comércio. O apoio aos profissionais ativistas no comércio local oportuniza soluções e suporte ao desenvolvimento das atividades comerciais, orientando e defendendo os interesses dos comerciantes e prestadores de serviços.

A Junta Comercial do Estado do Amazonas- JUCEA registrou, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2019, 1.310 novas empresas no Amazonas, um crescimento de 5,3% em comparação a mesma data em 2018. O balanço, ainda, aponta que a maioria das novas constituições, mais precisamente 668 registros, são do tipo Empresa Individual (EI), empreendedor que atua como o único titular de seu negócio, sendo este uma pessoa física e sem a presença de outros sócios, não se enquadrando como Microempreendedor individual (MEI).

Outro dado interessante é que no segundo semestre de 2019, cerca de 90 lojas de diversos segmentos foram inauguradas em todo o Estado. E comparando o resultado estimado para 2019 de alguns segmentos do varejo com o apurado em 2018, os setores de

bens duráveis são os que mais se destacaram, com crescimento de 8%; os semi e não duráveis cresceram em um patamar de 5%, em média. As lojas de móveis e decoração, de materiais de construção, de autopeças e acessórios e as farmácias e perfumarias registraram dois dígitos de aumento nas vendas em comparação a 2018.

A indústria é a base da sustentação da Zona Franca de Manaus, modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Nesta região encontra-se o maior hospital estadual, O Pronto Socorro João Lúcio Machado, que atende as principais urgências do Amazonas. Assim como também o Pronto Socorro Platão Araújo, Fundação de Medicina Tropical Drº Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD), Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas, além da maior maternidade da Região Norte do Brasil, a Maternidade Ana Braga e Redes Privadas.

Sendo assim, a formação de novos biomédicos atende a demanda de um mercado em constante crescimento e evolução. É fundamental que cada vez mais se invista na formação de novos profissionais biomédicos para o mercado de trabalho.

3.13.2 Demandas de Natureza Social

O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE).

A capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km². A taxa da população ocupada é de 23,7%, o salário médio dos trabalhadores formais é de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população possui renda per capita de ½ salário mínimo (2017).

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados

da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 7ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país.

O IDH de Manaus é considerado alto de 0,737, entretanto, o mesmo não ocorre na Região Metropolitana de Manaus, também conhecida como Grande Manaus, criada pela Lei Complementar Estadual n.52 de 30 de maio de 2007, que é formada por 13 municípios, em sua maioria, com um IDH abaixo da média nacional, conforme se observa na tabela do IBGE.

Tabela 8: Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação ^[60]	Área territorial (km ²) ^[61]	População (2019) ^[62]	PIB (2016) ^[13]	IDH-M (2010) ^[63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R\$ 287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R\$ 241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R\$ 295,1 milhões	0,568 baixo
Irlanduba	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R\$ 636 milhões	0,613 médio
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R\$ 2 bilhões	0,644 médio
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R\$ 100,5 milhões	0,654 médio
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R\$ 1,2 bilhão	0,614 médio
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R\$ 249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R\$ 70,2 bilhões	0,737 alto
Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R\$ 120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R\$ 546,2 milhões	0,647 médio

Município	Legislação ^[60]	Área territorial (km ²) ^[61]	População (2019) ^[62]	PIB (2016) ^[13]	IDH-M (2010) ^[63]
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R\$ 445,1 milhões	0,611 médio
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R\$ 97,9 milhões	0,632 médio
Total		127.287,789	2.676.936	R\$ 76,6 bilhões	0,720 alto

Fonte: IBGE

De acordo como Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, no campo da saúde, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no Estado é de 17,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2018, e 14, 52 em Manaus, sendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas é que a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil e a expectativa de vida aumentou de 76 para 76,3 anos de idade.

Apesar da diminuição da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida ao nascer no estado, a projeção 2018 revela que o Amazonas ocupa a 6ª posição entre as unidades da Federação com maior número de mortalidade infantil. Também possui a 6ª pior expectativa de vida ao nascer dentre as unidades da Federação.

De acordo com pesquisa realizada por Barbosa (2004), as cinco principais causas de mortalidade geral mantiveram-se relativamente estáveis nos últimos seis anos na capital Manaus e descreve que o primeiro lugar corresponde a sinais e sintomas anormais com 18,98 %, o que mostra a deficiente qualidade do registro e a sub-notificação de óbitos. Concorre para essa situação a inexistência do Serviço Municipal de Verificação de Óbito, especificamente de óbitos domiciliares, exigido por lei municipal desde julho de 1994 mas nunca implantado.

Em segundo lugar figuram as doenças do aparelho circulatório com 15,17%. Neste grupo, a principal causa deve-se às doenças do aparelho circulatório propriamente dito, seguido das doenças cérebro vasculares e outras. A mudança no modo de vida e trabalho da população manauense, oriunda em sua grande maioria da zona rural amazônica e inserida num ritmo de vida característico de um grande centro municipal, contribuiu com a ascensão dessa causa.

Em terceiro lugar, aparecem as neoplasias com 13,94% confirmando a necessidade de extensão de cuidados pelo sistema aos doentes com afecções crônico-degenerativas, demanda esperada com base no aumento da população idosa evidenciada pelo indicador demográfico (incremento de 40% na década 1991 – 2000).

No quarto lugar em 2000, figuram os óbitos por causas externas, com 13,8%, principalmente por homicídios. Estes respondem por 32,44%, das mortes, superior aos 19,66% apresentados pelo Amazonas no mesmo ano. Os óbitos por homicídios estão estreitamente vinculados às situações de desigualdade sociais já assinaladas. Os agravos e mortes causados pela violência e acidentes, revelam a necessidade de contar com serviços de urgência e emergência bem estruturados, além da assistência hospitalar com suporte adequado de leitos para retaguarda, que deverão ser complementados com projetos sociais que objetivem diminuir as tensões geradoras da violência urbana entre os jovens e prevenir os atropelamentos entre os idosos, pois a vulnerabilidade deste grupo tende a aumentar com o crescimento da longevidade.

Em quinto lugar, encontram-se as afecções no período perinatal com 13,12%, sendo os transtornos respiratórios e cardiovasculares os mais frequentes. Essas causas estão relacionadas à precariedade do acompanhamento perinatal e da atenção ao parto, ainda que em Manaus a cobertura de consultas de pré-natal (acima de 4 consultas por gestante) na atenção básica, tenha sido de 85% em 2003. No entanto quando se considera a consulta de puerpério totalizando mais de 6 consultas por gestantes, esse percentual reduz para 30% no mesmo ano (SMS, 2004).

Vale destacar a situação especial da gravidez na adolescência que tem despertado o interesse e a preocupação de pesquisadores e profissionais de saúde como um fator determinante para baixo peso ao nascer e prematuridade, além de estarem frequentemente associadas à baixa escolaridade, pobreza e mortalidade infantil, o que indica a necessidade de se viabilizar políticas adequadas de atendimento a essas mulheres que estão engravidando em condições de vida desfavorável.

Quanto às morbidades predominantes no município de Manaus em 2003, do ponto de vista epidemiológico, dentre as doenças e agravos notificados pelo Sistema de Informação de Notificação de Agravos e Morbidade (SINAM), sobressaem: Malária, Dengue, Hanseníase, Tuberculose, Hepatite Viral e AIDS (SMS, 2003).

O quadro da saúde no Estado do Amazonas é agravado pela falta de médicos. quadro de desigualdade na distribuição geográfica medido também entre os estados, as

capitais e os municípios do interior. O Sudeste é a região com maior densidade médica por habitante (razão de 2,81) contra 1,16, no Norte.

O Amazonas possui, atualmente, 4.844 médicos, o que representa 1,2 profissional para cada mil habitantes, número abaixo da média brasileira, hoje em 2 médicos para cada mil residentes no País e abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2,5 médicos para cada mil habitantes, dados do estudo Demografia Médica no Brasil elaborado pelos Conselhos Federal de Medicina (CFM) e Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp).

Do total de 4.844 médicos do Amazonas, 4.508 estão na capital e 336 (6,9%) atendem em 62 municípios, espalhados por uma área de 1,57 milhão de km². Tal contexto demonstra necessidades a serem atendidas na área da saúde.

Na área educacional apesar dos números promissores, ainda há muito que ser feito pela educação superior brasileira e principalmente no Amazonas.

Relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o *“Education at a Glance”* avaliou as 45 nações membros ou parceiras da organização. Segundo o estudo, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo. Enquanto, a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%.

Para melhorar este cenário, é preciso fortalecer as instituições de ensino superior no Brasil. Ou seja, é necessário investir maciçamente nos professores, na melhoria da qualidade do ensino, no desenvolvimento de pesquisas e em tecnologia.

Com 41,9% da população brasileira, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região Sudeste domina o ranking. No total, 04 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) possuem 1.157 instituições de ensino superior no Brasil, segundo indicadores do Inep.

Na segunda colocação está a região Nordeste, com 432. Em seguida, vem o Sul do país que soma 389 instituições de ensino superior no Brasil. O Centro-Oeste com 235 e por último, o Norte com apenas 152 instituições.

Dados do Mapa do Ensino Superior (2019) dão conta que o estado do Amazonas possui taxa de escolarização líquida de 15,0%, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à história tardia do ensino superior privado no Estado do Amazonas tendo iniciado pelos idos da década de 1990, portanto existe uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior.

O estado é formado por quatro mesorregiões (totalizando 62 municípios) e concentra, em suas 21 instituições de ensino superior, 2,1% das matrículas em cursos presenciais do país, ou seja, 140,1 mil estudantes.

A mesorregião do Centro Amazonense detém 94,6% dessas matrículas. Em 2017, na rede privada houve um pequeno aumento nas matrículas, que passaram de 89,6 mil para 90,1 mil. Na rede pública, o decréscimo foi de 2,6%, totalizando 50,0 mil contra 51,3 mil de 2016.

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais no estado do Amazonas apresentou queda de 5,6%, no período de 2016 a 2017 (44,0 mil para 41,5 mil). Os cursos à distância, no entanto, registraram crescimento de 44,5% no número de ingressantes no mesmo período (de 11,8 mil para 17,0 mil).

A procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação A Rede Estadual de Ensino responde por 93,2% da matrícula do Ensino Médio, são 163.682 alunos, sendo 103.777 na capital e 59.905 no interior do Estado. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos encontram-se matriculados 120.171 alunos, sendo 59.935 na esfera municipal, 59.795 estadual e 441 particular.

Porém, os dados críticos são os 23,2% de alunos que interromperam seus estudos na capital, e 20,1% abandonaram os estudos no interior, conforme dados de 2006. A educação brasileira e, em especial a do Amazonas, indica uma questão paradigmática que implica em mudanças e inserções de medidas corretivas ao fluxo escolar se reflete em todas as unidades federadas, qual seja, toda criança e todo jovem aprendendo, e o abandono escolar, que reflete pressões sociais que fazem com que crianças e jovens interrompam seus estudos.

A Educação Profissional representa 11.533 matrículas, sendo 7.282 na capital e 4.251 no interior, dessas 2.064 são na dependência administrativa federal, 5.813 estadual e 3.656 particulares. Constata-se um crescente aumento da oferta de profissionalização aos jovens do interior, considerando o aumento da oferta, porém é necessária que esta profissionalização esteja voltada para a especificidade do desenvolvimento sustentável dos municípios do interior.

A educação no Município de Manaus possui uma taxa de analfabetismo de 2,1%, menor que o nível nacional (6,8%). A taxa de analfabetismo no Amazonas foi a 8ª menor dentre as capitais. A maior foi em Rio Branco (7,5%) e a menor foi em Porto Alegre (1,2%), de acordo com os dados do IBGE em 2018. Sua taxa de escolarização de ensino médio de toda a sua população é de 52,7% e de ensino superior é de 14,8%, sendo a média brasileira de 16,5%.

O Amazonas foi a 26ª rede estadual no crescimento da nota da Prova Brasil de Língua Portuguesa e 23ª posição entre as redes estaduais no ranking da Prova Brasil de Matemática em 2017.

Os dados educacionais apresentados demonstram a relevância dos investimentos em educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano- IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Nesse sentido, observa-se diante de todos os dados apresentados que apesar de Manaus apresentar um IDH considerado alto, a maioria dos municípios da Região Metropolitana ainda carece de investimentos em educação, saúde e economia para que desenvolvam uma menor dependência da capital e melhoria da qualidade de vida para seus habitantes.

Ademais, o Amazonas terá de qualificar 142 mil trabalhadores em ocupações industriais nos níveis superior, técnico, qualificação e aperfeiçoamento entre 2019 e 2023 de acordo com dados do Mapa do Trabalho Industrial.

Em Manaus, apesar de a cidade possuir o maior crescimento populacional brasileiro, ainda enfrenta de forma mais severa o problema da escassez de profissionais, o Estado do Amazonas tem investido em média 25% de sua arrecadação, cumprindo sua obrigação como manda a Constituição, mas no ranking do investimento em educação ocupa as últimas posições quando se observa que estados como o Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Ceará e Sergipe investem em média 30% de sua arrecadação.

A capital Manaus foi preparada econômica e estruturalmente por meio de incentivos fiscais para receber empresas multinacionais, agora cabe a ela o constrangimento do não oferecimento de mão de obra especializada, variável importante na decisão baseada nos custos e benefícios dos investimentos iniciais no Brasil.

A necessidade em formar maior contingente de futuros profissionais de biomédicos para a região Norte se dá pela vulnerabilidade da população ribeirinha e indígena, pois a região do Amazonas é prevalente em doenças tropicais, a exemplo destas a malária que é endêmica na região.

Outro fator relevante são os indicadores de saneamento básico. Na capital amazonense, somente 10,18% do esgoto é coletado e apenas 23,80% é tratado. A maior parte do volume de esgoto é despejada diretamente nos igarapés, lagos e no Rio Negro. Questões sanitárias representam grande impacto sobre a saúde da população, pois atuam como veículos para agentes patogênicos.

3.13.3 Demandas culturais

Em referência aos aspectos culturais da cidade de Manaus temos uma grande contribuição de nossa população através da miscigenação dos índios com os nordestinos que migraram para o Amazonas durante o período do Ciclo da Borracha. Além desta herança, o período de extração da Borracha deixou ícones da nossa cultura que são conhecidos mundialmente e que geram um comércio expressivo de suvenires, lembranças e objetos locais que fazem referências aos principais atrativos turísticos como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Alfândega, dentre outros.

Observa-se também, outros pontos turísticos que ressaltam a riqueza os nossos rios como Encontro das Águas e o Parque Nacional de Anavilhanas e a Floresta Amazônica, considerada o pulmão do mundo e Patrimônio da Humanidade. Outros patrimônios sócios culturais do estado do Amazonas também merecem destaque são o Festival de Parintins, mundialmente conhecidos pela rivalidade de dois bois bumbas no município de Parintins, Festival da Canção de Itacoatiara, Festa do Cupuaçu, entre outros.

O Estado conta com as seguintes diretorias ligadas a Secretaria de Cultura: Administrativa e Financeira; Eventos; Teatro Amazonas; Museus; Centros Culturais; Corpos Artísticos; Parques e Praças Culturais; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro de Manaus; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro/Unidade Parintins; Patrimônio Histórico; Galeria do Largo; Departamento de Literatura; Bibliotecas.

E o resumo dos projetos/programas/serviços da SEC são: Programas: Liceu Manaus e Parintins - ações artísticas e culturais no ensino das artes: cursos regulares e livres nos segmentos da música popular e erudita, dança, teatro, artes plásticas, artes visuais, audiovisuais, cursos especiais e de aplicação pedagógica (orquestra e corais), Gestão de Educação a Distância: Plataforma Virtual de Arte e Cultura Amazônica, quanto a

gestão administrativa, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e logística das ações artístico-culturais, da Secretaria de Estado de Cultura.

Espaços públicos e Centros Culturais: Povos da Amazônia, Largo de São Sebastião, Palácio da Justiça, Palácio Rio Negro, Professor Gilberto Mestrinho/Sambódromo, Amazonino Mendes (Parintins), Usina Chaminé, Indígena Ajuricaba, Popular Galeria do Largo de São Sebastião Museus: Seringal Vila Paraíso e Casa Eduardo Ribeiro Palacete Provincial. Parques: Senador Jefferson Peres e Rio Negro. Praças: Antônio Bittencourt, Heliodoro Balbi. Teatros: Amazonas, Instalação. Biblioteca Pública

Corpos Artísticos: Bale Experimental do Corpo de Dança do Amazonas; Balé Folclórico do Amazonas; Coral do Amazonas; Corpo de Dança do Amazonas; Grupo Vocal dos Corpos Artísticos; Madrigal da Casa de Música Ivete Ibiapina; Orquestra Amazonas Band; Orquestra Amazonas Filarmônica; Orquestra de Câmara do Amazonas; Orquestra de Violões do Amazonas; Orquestra Experimental Amazonas Filarmônica.

Eventos: Carnaval e Carnaboi, Festival de Ópera, Festivais Folclóricos, Multieventos, Ações de Arte e Cultura, Atividades de Cultura Popular.

Quanto às tendências para acultura do Estado, uma visão sistêmica da cultura é necessária, buscando o diálogo e as parcerias entre as mais diversas secretarias de governo, como SEDUC, SEAS, SEJUSC, SEJEL, etc, com visão intersetorial das ações e desenvolvendo projetos em conjunto. Outro grande desafio de uma nova gestão cultural para o Estado, gira em torno da popularização e interiorização da cultura de uma forma geral.

A necessidade de ampliar os equipamentos e a utilização dos aparelhos culturais nos bairros de Manaus e nos municípios mais distantes da capital, valorizando e incentivando a produção e a divulgação da cultura popular, indígena e afro amazônica. Além de apoio e incentivo para organização de grupos de cultura popular nos bairros e municípios, e respeito ao protagonismo dos grupos e organizações já existentes nessas localidades.

A população amazonense tem uma cultura vasta e rica, uma das festas principais do Estado é a do boi-bumbá, onde até o carnaval se mistura. No entanto, durante os períodos festivos faltam prevenções sexuais, a população ainda é resistente ao uso de preservativos, e hoje o Estado está em terceiro lugar na incidência de HIV/AIDS, além do aumento nos casos de sífilis.

Portanto, o desafio do Curso de Biomedicina é de todos nós ao passo que ao ampliarmos o conhecimento sobre as especificidades culturais, das etnias que compõem o

país, sobretudo do estado, trazendo o multiculturalismo como tema transversal na formação dos biomédicos, as políticas públicas de atenção à saúde das populações indígena e outras que anseiam por uma construção pautada pela autonomia dos povos, a abertura para o diálogo e a composição de saberes, abandonando as práticas tutelares a que historicamente foram submetidas às populações excluídas.

3.13.4 Demandas políticas

O Estado ocupa em 2019 a 26ª posição no ranking de competitividade, Pilar Infraestrutura, com nota 11, 2 pontos, numa escala que a pontuação vai até 100. Assim, o Plano Plurianual do Estado do Amazonas- PAA 2020-2023 tem como diretriz a Modernização da Gestão Pública com as seguintes ações por áreas:

Saneamento- acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis; reduzir o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo; ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades relacionadas à água, saneamento, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes; alcançar o acesso universal e equitativo a água potável; reduzir a poluição; implantar a gestão integrada dos recursos hídricos.

Urbanismo- administrar e gerenciar recursos públicos destinados as despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia.

Desburocratização e Governo Digital- contratar consultorias especializadas; planejar e gerir políticas públicas, modernizar estruturas organizacionais e processos administrativos; fortalecer mecanismos de transparência; modernizar a gestão de informações e integrar sistemas de tecnologia da informação; metrologia e qualidade industrial.

Infraestrutura e Logística de Integração- promover o desenvolvimento sustentável; pavimentar rodovias (07 projetos para execução com meta de 400 km de ramais a serem pavimentados); duplicar a rodovia AM-070; modernizar a rodovia AM 010; disponibilizar casas populares à população de baixa renda; reduzir riscos de desastres; urbanizar as favelas; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável; garantir que pobres e vulneráveis tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos e micro-finanças.

Transportes- expandir a interligação logística de modais de transporte entre municípios e comunidades do estado para alcançar aumento do escoamento da produção agrícola e promover maior acesso da população à educação e à saúde; melhorar a segurança e a acessibilidade dos transportes; implantar políticas de migração planejadas.

Infraestrutura- proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes; facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.

Energia- modernizar e fortalecer o sistema de iluminação pública; aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Quanto à moradia, a Superintendência Estadual de Habitação- SUHAB é responsável pelo planejamento, desenvolvimento e execução da Política Estadual de Habitação – PEH e tem como objetivos elaborar programas e projetos referentes ao setor habitacional de interesse social; construir habitações de interesse social por conta própria ou através de parcerias, intensificar o processo de desfavelamento, mediante o financiamento à construção e aquisição da casa própria, dentre outras.

Entre as ações, a SUAHA está desenvolvendo o programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 no interior do Estado. São 43 municípios do Amazonas, com até 50 mil habitantes, que estão aptos ao programa e trabalhando com a administração da carteira de mutuários, atualizando e realizando campanhas de regularização, como o Programa Casa Legal.

Programa CASA LEGAL: De acordo com a Lei n. 4.577, de 9 de abril de 2018, instituiu-se os Programas de Recuperação de Crédito – PRC e de Regularização de Titularidade dos Imóveis – PRTI, pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da SUHAB. Posteriormente houve a Portaria n. 89/2018, de 22/05/2018, que estabelece os procedimentos para as devidas regularizações de contratos com mutuários.

Continuação do PROSAMIM na capital e no interior, com as devidas correções das falhas socioambientais do programa, especialmente a insuficiência nas indenizações e a inexistência de tratamento de esgoto. Programa com propósito de ajudar na solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade e seus habitantes, especificamente aqueles que vivem abaixo da cota 30m de inundação, tomando como referência o nível do Rio.

O PROSAIMAUÉS também faz parte do rol de propostas apresentadas no Programa de Governo. O objetivo geral é contribuir para a solução dos problemas de

saneamento básico, urbanísticos e socioambientais que afetam a qualidade de vida da população e a sustentabilidade socioeconômica do Município de Maués.

Entretanto, não há uma política clara de habitação para o Amazonas. O estudo dos problemas de habitação de interesse social seguido do planejamento da execução de conjuntos habitacionais deveria proporcionar a elaboração de programas e projetos referentes à Política Estadual de Habitação. Porém isso não ocorre. A alienação de terrenos e glebas deve ser uma das áreas de atuação da Superintendência, pois mediante tal instituto as áreas são reservadas à construção de novas moradias de interesse social, uma vez que os beneficiários são em grande parte retirados de residências em situação crítica, localizadas às margens de igarapés, rios e lagoas. Ademais, o processo de desapropriação, desfavelamento e urbanização propicia a recuperação das áreas anteriormente atingidas por ocupação irregular.

De acordo com dados de 2015 do IBGE, o déficit habitacional em todo o Estado do Amazonas é de 128 mil unidades habitacionais. Sendo formado por quatro categorias: moradia de aluguel, áreas de risco, adensamento habitacional e coabitação familiar.

Já a SEINFRA, setor de infraestrutura no Estado do Amazonas precisa passar por uma reestruturação, de modo a sair do viés somente operacional, mas há grandes obras sendo executadas na região metropolitana de Manaus, cuja execução sofre entraves que ocasionam atrasos e prejuízos diversos, quais sejam dificuldades na desapropriação e realocação da rede elétrica. As obras são as seguintes: Obras do ANEL LESTE de Manaus; Obras do ANEL SUL de Manaus; Obras de Duplicação da Rodovia AM-070; Obras do Sistema Viário no Interior do Estado; Recuperação de Orlas no Interior do Estado.

Principais desafios: Implementar um sistema sustentável de pavimentação que inclua os devidos trabalhos de drenagem, sub-base, usando asfalto de qualidade e outros tipos de piso, a fim de promover em cooperação com os municípios, a manutenção do sistema viário e das estradas vicinais visando o escoamento da produção, bem como a manutenção e recuperação das rodovias estaduais; Priorizar os investimentos em pavimentação e recuperação de estradas estaduais e estradas vicinais; Cooperar com o Governo Federal para a recuperação completa da BR 319, auxiliando nas medidas de prevenção na área de meio ambiente e ordenamento fundiário, bem como a implantação de um sistema integrada de controle e monitoramento; Cooperar com o Governo Federal e os Municípios no sentido de ampliar e aperfeiçoar o sistema de transporte aéreo regional; Apoio à expansão do Programa Luz para Todos; Apoio à readequação e/ou implantação de um verdadeiro terminal pesqueiro; Apoio, em parceria com os municípios, à revitalização de quadras de esporte e campos de futebol com incentivo à formação esportiva,

preferencialmente em áreas de maior vulnerabilidade social; Promoção de estudos de captação de recursos para criação de mini vilas olímpicas nos municípios, inclusive com Parceria Público-Privada, para a manutenção das vilas.

Em relação à Logística do Estado, a Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH tem como principal atribuição desenvolver as vias navegáveis interiores e da navegação no Estado do Amazonas; implantar, promover, manter, fiscalizar a estrutura Estadual para o transporte aquaviário no interior do Estado do Amazonas, abrangendo a navegação e as vias navegáveis interiores. Entretanto, ainda não há uma política de infraestrutura portuária e de hidrovias no âmbito estadual que seja indutora de desenvolvimento e modernização do setor. O Amazonas é o maior estado da federação e o que abriga a maior quantidade de rios navegáveis, os quais na maioria das vezes são a única opção às populações mais pobres e distantes dos grandes centros. A quantidade de embarcações regionais para todo tipo de finalidade é muito grande, porém operam sem nenhum apoio ou fiscalização de um órgão estadual. Não há sinalização hidroviária, não há estudos de batimetria e seu monitoramento, não há organização nos portos de abastecimento de produtos do setor primário, não há, enfim, atividade alguma estruturada para disciplinar, desenvolver, modernizar e facilitar o setor com vistas a oferecer serviços de qualidade e benefícios à população que diariamente precisa utilizar os rios do Amazonas.

Quanto a Gestão da Política da Assistência Social no Estado do Amazonas- a SEAS tem como principais programas: a) Programa Bolsa Família (PBF); b) Programa BPC na Escola com propósito é criar as condições propícias para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência; c) Programa ACESSUAS para promover o acesso de seus usuários a oportunidades no mundo do trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade social. d) Programa Primeira Infância: objetivando a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. e) Ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que visa a proteção de crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo a frequência na escola e em atividades socioeducativas, consiste em um auxílio financeiro mensal com transferência direta ao beneficiário.

E seus principais desafios são: Realizar diagnóstico socio territorial da população em situação de rua; Realizar diagnóstico socioeconômico e socio territorial para conceder apoio aos municípios na implantação de Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes que tiverem seus direitos violados; Realizar diagnóstico socioeconômico e socio territorial que evidencie a realidade de risco e vulnerabilidade social a que está sujeita

a pessoa idosa e justifique a implantação de serviços institucionais de longa permanência para este público; Propor a criação de um comitê gestor par o fortalecimento da articulação da rede intersetorial de enfrentamento às drogas e à violência nos municípios do estado do Amazonas; Ampliar campanhas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, articuladas com as demais Secretarias do governo de Estado e com a gestão municipal; Fortalecer os conselhos municipais, as conferências, os fóruns de Assistência Social enquanto canais de participação social e espaços de democratização de direitos.

O Estado do Amazonas assinou o Compromisso Todos pela Educação que integra o PDE, com o propósito de melhorar a qualidade da educação.

As diretrizes do Plano Estadual de Educação do Amazonas- PEE 2015-2025 preveem: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e erradicação da discriminação; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; ênfase em valores morais e éticos; promoção da gestão democrática; promoção humanística, cultural, científica e tecnológica; valorização dos profissionais da educação; promoção dos Direitos Humanos.

Neste sentido, a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC possui os seguintes programas:

Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (Sigeam- por meio deste moderno sistema de armazenamento e gerenciamento de dados implantado nas escolas da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC) da capital e do interior do Amazonas, todas as unidades de ensino publicam suas informações de ordem administrativa e tendo a possibilidade de gerenciá-las em tempo real.

Programas Pró-Engenharias e RH-TI- com o objetivo de acompanhar os estudantes da rede pública estadual, matriculados no Ensino Médio, e que apresentem aptidão para as áreas de exatas e tendência vocacional para seguir carreira nos vários ramos da Engenharia e também nos de Tecnologia da Informação, o Governo do Amazonas vem desenvolvendo o Programa Estratégico de Indução à Formação de Recursos Humanos em Engenharias (Pró-Engenharias) e também o Programa Estratégico de Indução à Formação de Recursos Humanos em Tecnologia da Informação (RH-TI).

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)- Visando intensificar e aprimorar as ações educacionais direcionadas na rede pública especificamente aos estudantes do 1º ciclo do ensino fundamental, o Governo do Estado aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Em atendimento a uma proposta do Governo Federal, várias iniciativas vêm sendo realizadas pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), com intuito de garantir que todos os estudantes matriculados na rede pública estadual estejam efetivamente alfabetizados até os oito anos de idade, ou seja, ao concluir o 3º ano do ensino fundamental.

Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam)- o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investirá 273 milhões de dólares objetivando esta ampliação e otimização da rede pública estadual de educação. Além da operação de crédito internacional, somar-se-á aos investimentos do BID outros o incremento de US\$ 121,826 milhões por parte do Governo do Amazonas.

Os recursos serão aplicados em ações que, no campo da engenharia, visam ampliar em, pelo menos, 33 mil novas vagas a capacidade de atendimento da rede pública estadual de educação do Amazonas e no campo pedagógico, favorecer a aceleração da aprendizagem por meio da expansão de programas como “Reforço escolar” e projeto “Avançar”. Os recursos também serão empregados na qualificação profissional da rede de ensino e de assistência técnica pedagógica a professores e escolas.

Programa Ciência na Escola- Com o desenvolvimento de projetos de pesquisa no ambiente escolar, as potencialidades dos alunos são desenvolvidas e suas habilidades acadêmicas destacadas, entre outros, pelo desenvolvimento de projetos e da participação em eventos científicos.

Programa de Reforço Escolar- Com o objetivo de reforçar o aprendizado ministrado em sala de aula o programa beneficia alunos matriculados no Ensino Fundamental permitindo a eles o acesso a aulas extras, que são ministradas no contra turno escolar sob a orientação de uma equipe de monitores, previamente capacitados.

Educação Escolar Indígena- São mais de 50 mil alunos indígenas regularmente matriculados nas redes municipais e estaduais de ensino em todo o Amazonas que recebem um atendimento específico. São, pelo menos, 120 mil índios de 72 etnias localizados nos 62 municípios do Estado.

Na área da saúde a Secretaria de Estado da Saúde- SUSAM é responsável pelos programas e ações de saúde do estado, destacando-se:

Cademeta de Saúde da Pessoa Idosa- a caderneta auxilia no acompanhamento da saúde, tanto pelas equipes de saúde quanto pelos idosos, seus familiares e cuidadores.

Saúde do homem- Pré-Natal do Homem- o envolvimento masculino no planejamento reprodutivo e na gestação pode ajudar na criação e no fortalecimento do vínculo familiar.

Pessoa com deficiência- Centro Especializado em Reabilitação (CER)- Os CER's realizam diagnóstico, tratamento, adaptação e manutenção de tecnologia assistida para pessoas com diferentes tipos de deficiências.

Saúde do adolescente- Caderneta de Saúde- Material orienta sobre como lidar com as transformações no corpo e a cuidar melhor de si mesmo, além dos direitos dos adolescentes nesta fase.

Programa nacional de triagem neonatal- o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o acompanhamento médico de algumas doenças podem evitar a morte, deficiências e proporcionar melhor qualidade de vida aos recém-nascidos. Saiba mais sobre o fortalecimento do cuidado aos recém-nascidos e as ações desenvolvidas aqui.

Saúde da mulher- Rede Cegonha- Ação orienta mulheres sobre saúde, qualidade de vida e bem-estar durante a gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança.

Aleitamento materno- orientações sobre a importância da amamentação, os principais benefícios para mãe e para o filho, as orientações do Ministério da Saúde para amamentar de forma tranquila e prazerosa e onde encontrar ajuda em caso de dificuldades.

Programa nacional de segurança do paciente- criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. A Segurança do Paciente é um dos seis atributos da qualidade do cuidado e tem adquirido, em todo o mundo, grande importância para os pacientes, famílias, gestores e profissionais de saúde com a finalidade de oferecer uma assistência segura.

Por fim, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, o desafio do Curso de Biomedicina é ampliar o conhecimento sobre as especificidades da saúde em relação das etnias que compõem o país, sobretudo do estado, na formação de biomédicos focados nas políticas públicas de atenção à saúde das populações metropolitanas, rurais, negras e indígenas que anseiam por uma assistência à saúde de qualidade formada por equipes multiprofissionais pautadas no objetivo de servir a população e prover o bem estar da sociedade.

3.13.5 Demandas de Natureza Ambiental

A Amazônia é considerada Patrimônio da Humanidade e abriga 50% da biodiversidade de nosso planeta. Na bacia amazônica já foram descritas pela ciência pelo menos 2.000 espécies de peixes, 300 espécies de répteis, 2.600 espécies de aves, e responde por um terço dos recursos hídricos do planeta.

Historicamente, a perda da cobertura vegetal na Amazônia está diretamente ligada a práticas criminosas de exploração de terras. É a chamada expansão da fronteira agrícola. Nesse caso, obtida às custas do desmatamento desenfreado.

A queimada é a prática mais comum utilizada com o objetivo de liberação de uma fração de território para a atividade agropecuária, de fundamental importância para o PIB do Brasil. Com ela, no entanto, uma série de impactos ambientais são imediatamente percebidos, alguns com desdobramentos incalculáveis.

Grande parte dos gases do efeito estufa são emitidos pela queima de combustíveis fósseis e de carvão vegetal, entre outras fontes. E quando imensas áreas florestais são queimadas, a emissão de gases aumenta consideravelmente e também prejudica as pessoas que vivem da floresta. É o caso dos povos indígenas que sobrevivem graças ao uso sustentável que fazem dos recursos da natureza.

Há de se considerar também que a ação dos madeireiros interessados nas queimadas é, em muitos dos casos, acompanhada de violência.

Somadas à ameaça que vem da própria natureza, temos as doenças provocadas pela poluição. Problemas respiratórios, parasitas ingeridos por consumo de água contaminada e nascimento de crianças prematuras com males congênitos são algumas delas.

Amazônia tem mais de 2,5 mil garimpos ilegais e contaminação por mercúrio vira regra. Outro problema é a poluição com mercúrio, usado por garimpeiros para facilitar a aglutinação de grãos de ouro.

Quando despejado nos rios, o mercúrio contamina peixes e quem se alimenta deles, alojando-se em toda a cadeia alimentar. A intoxicação pela substância pode provocar danos neurológicos e malformação em bebês e essa situação gera um grande debate sobre legalização e destinação de áreas como essa para cooperativas de garimpeiros. Mas as relevantes questões ambientais que envolvem a mineração na Amazônia são o primeiro dos

obstáculos. Recuperar o ambiente degradado por anos de exploração custaria milhões e nenhum dos antigos exploradores se importou com isso.

Além da derrubada de árvores, a atividade provoca assoreamento de rios, desvia cursos fluviais e cria lagos artificiais que servem como criatórios de mosquitos. Não por acaso, a malária é comum em zonas de garimpo na Amazônia.

Ainda hoje, a Manaus moderna sofre com o surgimento de invasões, e, apesar do desenvolvimento da capital, os interiores do Estado sofrem com as limitações geográficas o que torna o acesso difícil, ocasionando extremo atraso e pobreza.

Dessa forma, o objetivo do Curso de Biomedicina é formar cidadãos com responsabilidade socioambiental, a qual possui três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação. Cada um desses fatores desempenha o seu papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientais a nível pessoal. É neste contexto que se insere a Política Ambiental da IES.

3.13.6 Número de IES que ofertam o curso no Município:

Relato do processo de construção/implantação/consolidação do PPC

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Biomedicina, a Resolução CNE/CES N° 2, de 18 de fevereiro de 2003 do Conselho Nacional de Educação, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do Biomédico.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

Nesse cenário, o Biomédico formado pela FAMETRO é preparado para lidar com o processo de saúde e doença embasado no conhecimento do desenvolvimento social e ambiental e é capaz de realizar o processo de territorialização focando na população alvo, reconhecendo as necessidades individuais e coletivas, e promovendo através da educação em saúde a prevenção as doenças ocasionadas pelo ambiente.

No Município 05 Instituições de Nível Superior entre faculdades, Universidades e Centro Universitário, ofertam o Curso de Biomedicina. Todas na modalidade presencial e privadas.

Relato sobre a coerência entre o PPC e o contexto educacional e necessidade locorregionais, missão da IES, DCNs e PDI e perfil do egresso

O PPC do curso busca coerência como o contexto educacional, necessidades locorregionais, missão da IES, DCNs e PDI.

A profissão do Biomédico abrange amplo campo de atuação nas áreas do exercício de atividades referentes as análises clínicas, ciência, pesquisa, docência, análises ambientais, análises bromatológicas e diagnóstico por imagem.

Na Região Norte há um déficit do número de profissionais comprometidos com o ramo da biomedicina que possam contribuir na melhoria das condições de saúde e atuar no desenvolvimento cultural, social e econômico da região. Dessa forma, o PPC de Biomedicina tem essa vocação, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

O Curso de Biomedicina será criado para atender às solicitações das áreas ligadas à saúde, em decorrência da carência do profissional Biomédico, principalmente no interior do Estado do Amazonas e dos interiores dos demais Estados da Região Norte, que se caracterizam por serem regiões de alta prevalência e incidência de doenças tropicais e infecciosas. Dados do Ministério da Saúde (2014) apontam que a região Norte apresenta a maioria dos casos de malária do país (98%), cerca de 35% dos casos de hanseníase e a segunda maior taxa de tuberculose dentre as regiões do país. É também uma área hiperendêmica para hepatites virais e Leishmaniose. Ocupa o quarto lugar no ranking da taxa de incidência da HIV⁺ no País e o primeiro em prevalência do câncer de colo de útero, que é o tipo mais frequente de câncer entre a população feminina da região Norte. Diante do exposto, é notória a carência e necessidade dos serviços de diagnóstico-laboratorial precoce e de qualidade para atuar na promoção e prevenção de doenças, bem como o desenvolvimento e produção de vacinas e imunobiológicos.

A implantação do Curso de Biomedicina irá absorver a demanda de analistas clínicos e/ou outras especialidades da profissão Biomédica, regulamentadas pelo Conselho Federal de Biomedicina – CFBM, contribuindo desta forma, para melhoria da qualidade de vida da população regional, garantindo assistência à saúde do individual e do coletivo considerando a situação social, política, econômica e ambiental do Estado do Amazonas e de regiões circunvizinhas, justificando-se a criação do Curso.

Quanto à missão da IES e as DCNs o curso visa formar o Biomédico como um profissional da área da saúde com formação, humanista, crítica, reflexiva e generalista, capacitado para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, com base no rigor científico e intelectual. Atuando com base nos princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

Em relação ao contexto educacional e as necessidades locais o curso busca atendê-las por meio de uma matriz que contemple a formação das competências e habilidades propostas, além das diversas atividades oferecidas que trazem subsídios ao futuro profissional para lidar com as relações humanas e as particularidades da região. O curso propicia o aprendizado técnico e científico embasado na teoria e na prática e em consonância com as diretrizes desenvolvendo as habilidades de atenção saúde, tomada de decisões, comunicação, administração e gerenciamento, trabalho individual e em equipe e liderança. Assim, o Biomédico formado é preparado para ser dinâmico, adaptável e flexível às mudanças.

Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso

O Curso investe em uma sólida formação priorizando a qualidade de ensino com um grupo de docentes qualificados. As atividades previstas no projeto pedagógico trazem embasamento técnico e científico, desenvolvendo no graduando a capacidade de atuar, com princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade que podem trazer benefícios para a sociedade em todos os níveis de atenção à saúde.

Vale ressaltar que no Estado do Amazonas, há uma prevalência na busca por Biomédicos para atuarem nos setores públicos e privados tendo em vista o déficit no número de profissionais comprometidos com o ramo que possam contribuir na melhoria das condições de saúde nessas localidades. Dessa forma, o PPC de Biomedicina tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catalogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão* realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as **diretrizes** abaixo:

- atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - **PAPEERI**;
- desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades previstas nas DCN's, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;
- atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em

condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

- promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes **princípios** que servirão como base de sua política de ensino:

- princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;
- princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;
- princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;

- princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

NÚCLEOS DE APOIO AO ENSINO:

NIT- Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;

- estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

PROGRAMAS DE ENSINO:

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- **PAPEERI** – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- **PEA** – Programa de Educação Ambiental;
- **PEDH** – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- **PQE**- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente;

Os referidos programas estão disponíveis nos apêndices do PCC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento;

- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;
- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;
- Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos projetos estão disponíveis nos apêndices do PCC.

AÇÕES DO ENSINO:

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A IES estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

Ensino - O Ensino na IES é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas.

Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da IES, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade do aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

Extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.

Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).

Competência: capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

Interdisciplinaridade e Transversalidade: processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdos afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

Educação para os Direitos Humanos: com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de

organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos:

- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região;

Ações Acadêmicas Administrativas:

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares. Dentre as ações:

a) Sistemática de Atualização Curricular- A IES mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e

demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa.

A IES mantém como princípio que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais; possibilitam definições, quanto às prioridades para a gestão acadêmica; e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo ENADE ou sempre que a legislação concernente tiver alteração.

As ações acadêmicas administrativas propostas para a sistemática de atualização curricular são:

b) Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

c) Participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando,

alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e conseqüentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas, serão ações prioritárias dos NDE's e Colegiados:

- i A revisão contínua dos currículos;
- ii A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente;
- iii A criação de novos cursos;
- iv A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- v A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

d) Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

e) Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos inter e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

f) Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.

g) Realizar de ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

h) Currículo voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É

claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado.

E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado;

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES, considera que:

- A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, considerando a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

- a) Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;
- b) Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- c) Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- d) Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

A Política de Atualização Curricular da IES, prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

1. Coerência do currículo com os objetivos do curso;

2. Coerência do currículo com o perfil do egresso;
3. Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
4. Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
5. Inter-relação e integração entre as disciplinas;
6. Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
7. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
8. Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
9. Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;
10. As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
11. A realidade local/nacional e global.

e) Desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, onde material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na IES, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- Cadernos de Textos
- Cadernos de Exercícios
- Blogs e sites interativos
- Livros
- Manuais
- Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de

Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

- Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;
- Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;
- Fornecer ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;
- Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;
- Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;
- Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdos do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente

identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

- Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;

- Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fonte, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- Editor de texto – Word
- Fonte – Times New Roman , corpo 11
- Parágrafo – justificado
- Entrelinhas – 1,5
- Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma auto avaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização.

- I. Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
- II. A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
- III. As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;
- IV. O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
- V. As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

f) Programa de Monitoria

Na IES, o Programa de Monitoria visa favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica universitária, além de incentivar a melhoria no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno monitor quanto dos alunos

da disciplina. Vários são os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.

Como parte da política de Ensino, o Programa de Monitoria na IES, tem os seguintes objetivos:

- a) Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.
- b) Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.
- c) Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor(a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.
- d) Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

São competências atribuídas aos docentes participantes do Programa de Monitoria:

- a) Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
- b) Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;
- c) Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;
- d) Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;
- e) Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;
- f) Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes;
- g) Apresentar à Coordenação de Curso, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

São atribuições do aluno monitor:

- a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes;
- b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;
- c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador;
- d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações;
- e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador à coordenação responsável pela monitoria;
- f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses.

Para a seleção de monitores é lançado, na periodicidade semestral, o Edital de Monitoria, dispondo das regras e critérios para seleção de pretensos monitores. No edital constam também as disciplinas disponíveis e ou as atividades educativas e projetos especiais que necessitam de monitores. Ao ser selecionado o monitor estará submetido às normas e protocolos dispostos no Manual de Monitoria que se encontra em anexo a este documento.

1.1.2 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES.

A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes **diretrizes**:

- **indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão** - visando a responsabilidade social;
- **interação dialógica** - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;

- **transformação social** - estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- **pesquisa como processo educativo** - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

Grupo de Pesquisa 1: Saúde e Qualidade de Vida

Linhas de Pesquisa:

1 – Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar

2 – Prevenção e tratamento das Doenças.

PROGRAMAS DA PESQUISA:

1- PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da IES.

Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação Especialista R\$ 500,00 (quinhentos reais) Mestre R\$ 800,00 (oitocentos reais). Doutor R\$ 1.000,00 (mil reais) mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados as áreas de formação do **PAPEERI** conforme edital da coordenação de pesquisa;
- entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artístico e culturais serão estimuladas da seguinte forma aos discentes:

- o discente receberá uma ajuda de custo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) que sairá da arrecadação do CONCIFA- Congresso de Iniciação Científica, mediante os seguintes critérios:
- submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

2- PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

3- PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano.

Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC, no valor de R\$ 400,00 mensais (12 x 400,00 = 4.800,00 anual).

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, podendo se estender por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

4- PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

5- PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

AÇÕES ACADÊMICO ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA:

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- I. apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos
- II. promovidos por outras instituições ou organizações;
- III. apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais
- IV. didático pedagógicos;
- V. realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- VI. eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- VII. realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- VIII. portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- IX. Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.

Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;

- estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;
- os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;
- as atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa.

Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.3 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida, como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas **diretrizes**:

- a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- a interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;

- a busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente reconhece-se agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- extensão como processo interdisciplinar;
- extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

Caráter interdisciplinar das ações extensionistas. A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade.

Compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população. A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as

ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico. As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

PROGRAMAS DE EXTENSÃO

A política de extensão da **IES** se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- **PAPEERI** Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- **PAPREV** Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da IES;
- **PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada** de docentes, discentes e técnicos administrativos.

PROJETOS DE EXTENSÃO

Poderão ser encaminhados a coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão.

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos, além de outros que julgar relevantes:

- a. coerência com a missão e valores institucionais;
- b. relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- c. relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- d. viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- e. caráter globalizante e sistemático (continuidade temporal);
- f. articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- g. previsão de parcerias internas e externas e de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- h. caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- i. relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

Tramitação das Propostas de Extensão:

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- em tramitação (TR);
- não iniciado (NI);
- em andamento (AN);
- interrompido temporariamente (IT);
- interrompido definitivamente (ID);
- encerrado (EN);
- concluído (CO); e
- cancelado (CA).

PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra institucionais e os atendimentos a comunidade. Ações de responsabilidade social previstas para os primeiros anos do curso:

ANO	ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/1	O papel do biomédico na educação ambiental em locais sem saneamento básico	Todas as ações de responsabilidade social são realizadas em conjunto com os outros cursos da IES. Seleciona-se uma comunidade semestralmente e então os alunos realizam atendimento biomédico voltado ao tema selecionado. Esse serviço pode ser palestras, distribuição de informes, atividades lúdicas para as crianças, dentre outros.	Todos os períodos vigentes
2021/2	Saúde x Meio Ambiente: Saneamento Básico na Prevenção de Doenças e na Promoção da Saúde		

1.1.4 Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;

- controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- o Dia Mundial do Meio Ambiente;
- a Semana da Responsabilidade Social;
- cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- a publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;

- uso racional da impressão em papel;
- reutilização de papel para rascunho de documentos extra-oficiais;
- a coleta seletiva dos resíduos;
- a utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- a criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- a destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- o estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- o tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manterem competitiva no mercado em que atual.

Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Projetos transversais de educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/1	Saúde x Meio Ambiente: Saneamento Básico na Prevenção de Doenças e na Promoção da Saúde	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o	Todos os períodos vigentes
2021/2	Poluição: consequências na saúde		

		tema do semestre	
--	--	------------------	--

1.1.5 Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados tem a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, Dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos,

assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.6 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade Nihonn Gakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

PROGRAMA:

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino

Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

- o SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;
- a IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).

Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage*, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (*link*) ao site www.santanderuniversidades.com.br.

Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e conseqüente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O valor total do presente instrumento é de até R\$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R\$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

1.1.7 Políticas de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas:

A Política institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é: Ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevêem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

1.1.8 Políticas de estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Amazonas, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas.

O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem

definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

- A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.
- A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.
- A abrangência do evento, duração e público estimado.
- A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.9 Política de acompanhamento a egressos

A IES visa compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na região, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

POLÍTICA

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

PROGRAMA

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIECONÔMICO

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- d) ter atitudes inovadoras e criativas;

- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.1.9.1 Política de Acessibilidade

Referenciais de acessibilidade atitudinal e pedagógica para o ensino na IES

A acessibilidade e a inclusão se apresentam como um valor institucional. No campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **ACESSIBILIDADE**. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado fazendo com que

as ações desenvolvidas pelas IES, se tornem cada vez mais variadas e por certo, também mais complexas.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)*, publicado em 2013.

Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

(...) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a Instituição, concebeu o seu Projeto Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- ✓ Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- ✓ Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- ✓ Adequação de objetivos,
- ✓ Adequação de conteúdo,
- ✓ Adequação de métodos e didática,
- ✓ Adequação nas avaliações,
- ✓ Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador

de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

Também no conceito de **acessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a Instituição, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- ✓ Altas habilidades e superdotação;
- ✓ Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- ✓ Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- ✓ Transtornos globais;
- ✓ Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando:

Ações de acessibilidade pedagógica, pertinentes a Instituição, no âmbito dos Cursos:

- ✓ Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- ✓ Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores por meio do assessoramento do NAPA (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade);
- ✓ Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas dos cursos para a Coordenação de Ensino;
- ✓ Encaminhamento de adequações de materiais didáticos dos Cursos;

- ✓ Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes, por meio do NAPA (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade);
- ✓ Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- ✓ Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- ✓ Atendimento a alunos com espectro autista;
- ✓ Formação em Libras para técnicos-administrativos, alunos e professores.

De acordo com Política Nacional de Acessibilidade no Ensino Superior, a IES também observa os seguintes aspectos descritos abaixo em relação ao tipo de suporte que deverá ser ofertado aos acadêmicos:

✓ **Estudantes com deficiência mental (intelectual):** Atividades para desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros).

✓ **Estudantes com deficiência auditiva ou surdez:** As atividades se desenvolvem em três momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala); AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua.

✓ **Estudantes com deficiência visual ou cegos:** Sistema Braille, Sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma; software de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários tamanhos e sem distorção, ajuste de cores, otimização de foco, ponteiro e cursos; entre outros.

✓ **Estudantes com surdo-cegueira:** Ensino do método de linguagem Tadoma, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto moon (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros.

✓ **Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento:** Uso do computador como auxílio à aprendizagem; PECS (sistema de comunicação através da troca

de figuras); Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação), entre outros.

✓ **Estudantes com altas habilidades/superdotação:** Programas de enriquecimento curricular.

Outro recurso será ofertado pela instituição, podendo ser utilizados pelos estudantes no âmbito dos cursos é a **Sala de Recursos Multifuncionais**, este espaço deve favorecer o atendimento educacional especializado, desenvolvido por profissional com formação continuada para o desenvolvimento de processos pedagógicos que favoreçam a inclusão, com a finalidade de:

a) realizar as atividades de complementação ou suplementação curricular específicas que constituem o AEE dos estudantes;

b) atuar, de forma colaborativa com os professores dos diferentes cursos, visando à definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação no grupo;

c) promover as condições para a inclusão do estudante em todas as atividades acadêmicas;

d) informar a comunidade acadêmica acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;

e) preparar material específico para o uso do estudante no núcleo de acessibilidade e na sala de aula;

f) orientar o professor quanto à elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes nas atividades de salas de aula;

g) deliberar na interface com profissionais da saúde, professores e gestores institucionais, acerca do atendimento a ser dado a cada estudante, considerando o tipo de deficiência e a especificidade de cada caso;

h) articular com os gestores institucionais e professores para que o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contemplem os pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. *(REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES).*

Assim, ao tratar a acessibilidade em dimensões variadas a instituição, acredita estar possibilitando a ampliação do acesso ao ensino superior, sobretudo a segmentos populacionais que historicamente vem sendo impedidos pelas condições ofertadas. Em cumprimento da nossa missão institucional a acessibilidade será uma via pela qual a democratização do acesso deverá ser potencializada.

Assim o apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Nesse espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se anexo a este.

1.1.10 **PAPEERI** – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social e Projetos no âmbito do curso.

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade

contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Objetivos do PAPEERI:

Objetivo geral:

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo

1.1.10.1 Atividades do curso relacionadas ao PAPEERI

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO:	Biomedicina na comunidade: atenção, inovação e cuidado com a população.
--------------------------------------	---

Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico sócio-construtivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas:

Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;

Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;

Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental.

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão

sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.10.2 Atividades Interdisciplinares do curso

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período.

Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura.

Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso:

SEMESTRE	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/1	Doenças infectocontagiosas do século XXI	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. O uso de informes epidemiológicos norteará a seleção das doenças infectocontagiosas a serem discutidas. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e serviços biomédicos de acordo com a doenças selecionada.	Todos os períodos vigentes
2021/2	Doenças ocasionadas por vetores: cuidado, inovação e prevenção	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. O uso de informes epidemiológicos norteará a seleção das doenças infectocontagiosas a serem discutidas. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e serviços biomédicos de acordo com a doenças selecionada	

1.1.10.3 Atividades Transversais do curso

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico.

O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores.

Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Atividades Transversais do Curso: Educação ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/1	O papel do Biomédico na educação ambiental em locais sem saneamento básico	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de educação ambiental voltada para o tema do semestre	Todos os períodos vigentes
2021/2	Saúde x Meio Ambiente: Saneamento Básico na Prevenção de Doenças e na Promoção da Saúde		

Atividades Transversais do Curso: Educação étnico-racial

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
	Conhecendo as etnias indígenas da região norte:	Nas atividades transversais étnico-	

2021/1	respeito as diferenças	raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula. O respeito entre as diferenças, o conhecimento da cultura, costumes e histórica de cada comunidade selecionada para o semestre. Além disso, o de dados epidemiológicos e artigos científicos para embasar a discussão. Por fim, visitarão, uma comunidade quilombolas ou indígenas das proximidades para troca de experiências e serviços biomédicos	Todos os períodos vigentes
2021/2	Negros e Brancos: respeitando as diferenças		

1.1.10.4 Iniciação Científica e Tecnológica do curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos a medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será co-responsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos. Atividades de I.C/I.T. previstas para os primeiros anos do curso:

ANO	ATIVIDADE DE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	ALUNO
2021	Tema sugerido: Pesquisa de Coliformes Totais e Termotolerantes em Poupas de Frutas Comercializadas em feiras locais	Verificar a presença de coliformes em poupas de frutas congeladas e não pasteurizadas comercializadas em feiras locais	2 alunos envolvidos

1.1.10.5 Inovação Pedagógica do Curso

SEMESTRE	PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS
2021	Inovação Pedagógica na Biomedicina	Desenvolvimento de cartilha de orientação para medidas profiláticas ao COVID-19
2022		

		Desenvolvimento de cartilha de orientação de biossegurança para Laboratório de Análises Clínicas
--	--	--

1.1.10.6 Extensão do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social. As atividades de extensão previstas para os primeiros anos do curso serão:

ANO	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	Projeto: doenças infecto-contagiosas do século XXI	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades para palestras de doenças infectocontagiosas atuais. Também realizarão serviços biomédicos em parceria com a Secretaria Municipal e as Unidades Básicas de Saúde, utilizando testes rápidos, análise de resultados, dentre outros serviços	
2022	Projeto: Atuação do biomédico nos cuidados da hipertensão e obesidade	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades para palestras de doenças infectocontagiosas atuais. Também realizarão serviços biomédicos em parceria com a Secretaria Municipal e as Unidades Básicas de Saúde, com aferição de pressão, testes laboratoriais, cartilhas de prevenção e hábitos alimentares saudáveis.	Todos os períodos vigentes

1.1.10.7 Atividades Complementares do curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementar do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de

uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Atividades complementares previstas para os primeiros anos do curso:

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	Jornada de Biomedicina	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante três dias	Todos os períodos vigentes
2022			

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

1.1.10.8 Atividades Extracurriculares do curso:

SEMESTRE	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021/1	<ul style="list-style-type: none"> - Workshop de Empregabilidade - Palestras do NAPA - Natal Solidário - Escola de Líderes e Empreendedores 	<p>Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. 	Todos os períodos vigentes
2021/2			
2021/2			

		- A escola de Líderes e Empreendedores visa preparar lideranças e empreendedores na área.	
--	--	---	--

1.1.10.9 Atividades Artístico Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2021	Prêmio Chaplin de Desempenho Acadêmico	Serão premiados os três alunos de cada turma do curso de Biomedicina com os maiores coeficientes de rendimento acadêmico - CRA, de cada semestre. No caso de 2020, será realizado apenas no segundo semestre.	Todos os períodos vigentes

1.1.10.10 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

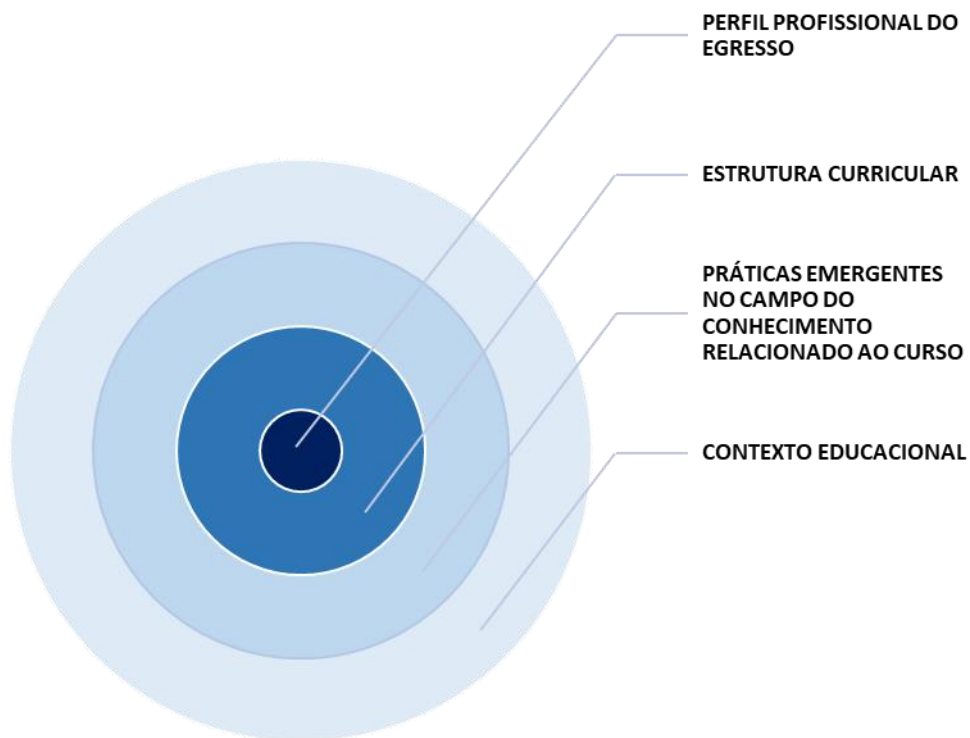
Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação da IES, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação do nosso Centro Universitário.

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

RELAÇÃO DOS OBJETIVOS COM O PERFIL DO EGRESSO, MATRIZ, CONTEXTO EDUCACIONAL, CARACTERÍSTICAS LOCORREGIONAIS E AS PRÁTICAS EMERGENTES.

Os objetivos do curso que estão previstos no Projeto Pedagógico, implicam em assumir uma relação de articulação constante entre aquilo que se deseja alcançar ao término do percurso de formação.

Assim, considerando que toda prática pedagógica é interessada e endereçada, ou seja, possui uma intencionalidade, que se concretiza por meio das propostas educativas planejadas, realizadas e protagonizadas nos diferentes espaços educativos, tendo alunos e professores como partícipes do processo ensino-aprendizagem, a nossa instituição preconiza que os Objetivos do Curso, são propostos pela relação explicitada no figura abaixo:



Objetivo Geral do Curso:

A formação do biomédico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais: I - Atenção à saúde; II - Tomada de decisões; III – Comunicação; IV – Liderança; V - Administração e gerenciamento; VI - Educação permanente.

1.2.1 Objetivo Geral

De acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em Biomedicina, Resolução N° 2, de 18 de fevereiro de 2003, o curso tem com o objetivo formar um egresso/profissional com formação centrada em: atender a realidade social brasileira e regional dando especial atenção ao perfil sócio-cultural-epistemológico, a IES optou pela oferta do curso de Biomedicina, visando formar permanentemente biomédicos generalistas, humanistas, críticos e reflexivos, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Capacitado ao exercício de atividades referentes às análises clínicas, citologia oncótica, análises hematológicas, análises moleculares, produção e análise de

bioderivados, análises bromatológicas, análises ambientais, bioengenharia e análise por imagem, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

1.2.2 Objetivos Específicos

De acordo com as Diretrizes do Curso de Graduação em Biomedicina, o curso tem como objetivos específicos:

- Promover o preparo do Biomédico para o pleno exercício da cidadania, sob visão crítico-reflexivo do contexto sócio-econômico-cultural loco-regional e nacional.
- Propiciar a formação de consciência científica, visando a transformação social.
- Qualificar e atualizar biomédicos generalistas capazes de prestar assistência integral sistematizada.
- Formar profissionais capazes de reconhecer, analisar e intervir sobre os problemas de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional com ênfase na região local e adjacências identificando e incorporando as dimensões biopsicosociais dos seus determinantes.

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do Egresso em consonância com as DCNs

Em acordo com o perfil profissional do egresso das Diretrizes Curriculares do Curso de Biomedicina a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:

I - Biomédico, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Capacitado ao exercício de atividades referentes às análises clínicas, citologia oncológica, análises hematológicas, análises moleculares, produção e análise de bioderivados, análises bromatológicas, análises ambientais, bioengenharia e análise por imagem, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

II - Biomédico com Licenciatura em Biomedicina capacitado para atuar na educação básica e na educação profissional em Biomedicina.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

De acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Biomedicina, Resolução N° 2, de 18 de fevereiro de 2003. A formação do biomédico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e continua com as demais instâncias do sistema de saúde. Sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas

proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

1.3.3 Competências e Habilidades Específicas

Dada a necessária articulação entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, para contemplar o perfil do egresso, a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:

I - respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional;

II - atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;

III - atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;

IV - reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

V - contribuir para a manutenção da saúde, bem estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, considerando suas circunstâncias éticas, políticas, sociais, econômicas, ambientais e biológicas;

VI - exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;

VII - emitir laudos, pareceres, atestados e relatórios;

VIII - conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;

IX - realizar, interpretar, emitir laudos e pareceres e responsabilizar-se tecnicamente por análises clínico-laboratoriais, incluindo os exames hematológicos, citológicos, citopatológicos e histoquímicos, biologia molecular, bem como análises toxicológicas, dentro dos padrões de qualidade e normas de segurança;

X - realizar procedimentos relacionados à coleta de material para fins de análises laboratoriais e toxicológicas;

XI - atuar na pesquisa e desenvolvimento, seleção, produção e controle de qualidade de produtos obtidos por biotecnologia;

XII - realizar análises físico-químicas e microbiológicas de interesse para o saneamento do meio ambiente, incluídas as análises de água, ar e esgoto;

XIII - atuar na pesquisa e desenvolvimento, seleção, produção e controle de qualidade de hemocomponentes e hemoderivados, incluindo realização, interpretação de exames e responsabilidade técnica de serviços de hemoterapia;

XIV - exercer atenção individual e coletiva na área das análises clínicas e toxicológicas;

XV - gerenciar laboratórios de análises clínicas e toxicológicas;

XVI - atuar na seleção, desenvolvimento e controle de qualidade de metodologias, de reativos, reagentes e equipamentos;

XVII - assimilar as constantes mudanças conceituais e evolução tecnológica apresentadas no contexto mundial;

XVIII - avaliar e responder com senso crítico as informações que estão sendo oferecidas durante a graduação e no exercício profissional;

XIX - formar um raciocínio dinâmico, rápido e preciso na solução de problemas dentro de cada uma de suas habilitações específicas;

XX - ser dotado de espírito crítico e responsabilidade que lhe permita uma atuação profissional consciente, dirigida para a melhoria da qualidade de vida da população humana;

XXI - exercer, além das atividades técnicas pertinentes a profissão, o papel de educador, gerando e transmitindo novos conhecimentos para a formação de novos profissionais e para a sociedade como um todo.

1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por conseqüentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- Promover a contínua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

Fundamentada em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos à distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético. Incluindo:

Segundo a RESOLUÇÃO CNE/CES 2, de 18 de fevereiro de 2003, Art. 06. Os conteúdos essenciais para o curso de graduação em Biomedicina devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional. As áreas do conhecimento propostas devem levar em conta a formação global do profissional tanto técnico-científica quanto comportamental e deverão ser desenvolvidas dentro de um ciclo que estabeleça os padrões de organização do ser humano seguindo-se de uma visão articulada do estudo da saúde, da doença e da interação do homem com o meio ambiente. Os conteúdos devem contemplar:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo as áreas:

I - Ciências Exatas - incluem-se os processos, os métodos e as abordagens físicos, químicos, matemáticos e estatísticos como suporte à biomedicina.

Epidemiologia e Bioestatística (EAD) CH 88h. Metodologia do Trabalho Científico (EAD) CH 88h.

II - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, microbiológicos, imunológicos e genética molecular em todo desenvolvimento do processo saúde-doença, inerentes à biomedicina.

Aspectos Morfofuncionais CH 66h. Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano CH 66h. Funções Biológicas CH 66h. Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo CH 66h. Mecanismo de Agressão e Defesa CH 66h. Processos Patológicos CH 66h. Parasitologia e Doenças Tropicais CH 66h.

III - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo.

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I CH 66h; Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD) CH 88h. Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II CH 66h. Sociologia e Antropologia (EAD) CH 88h. Ética Profissional, Gestão e Controle da Qualidade CH 66h. Psicologia em Saúde (EAD) CH 88h. Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) CH 88h.

IV - Ciências da Biomedicina – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com a saúde, doença e meio ambiente, com ênfase nas áreas de citopatologia, genética, biologia molecular, eco-epidemiologia das condições de saúde e dos fatores predisponentes à doença e serviços complementares de diagnóstico laboratorial em todas as áreas da biomedicina.

Mecanismos Imunológicos Avançados CH 66h. Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico CH 66h. Bromatologia e Análise de Alimentos CH 66h. Farmacologia e Análises Toxicológicas CH 66h. Análises Ambientais CH 66h. Diagnóstico por Imagem CH 66h. Biotecnologia e Bioinformática Aplicadas à Saúde CH 66h. Citologia Clínica CH 66h. Hematologia e Banco de Sangue CH 66h. Reprodução Humana Assistida CH 66h. Hematologia Clínica CH 66h. Imunologia Clínica e Testes Sorológicos CH 66h. Parasitologia Clínica e Urinálise CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas I (ESOAC-I) CH 242h. Bioquímica Clínica CH 66h. Microbiologia Clínica CH 66h. Trabalho de Conclusão de Curso I CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas II (ESOAC-II) CH 242h. Trabalho de Conclusão de Curso II CH 66. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas III (ESOAC-III) CH 176h.

Disciplinas Optativas: 1. Análise Econômica e Políticas Públicas CH 88. 2. Áreas de Atuação Profissional em Biomedicina (Regulamentadas pelo Conselho Federal de Biomedicina – CFBio) CH 88. 3. Educação Ambiental CH 88. 4. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS CH 88. 5. Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência CH 88. 6. Tópicos Especiais CH 88. 7. Empreendedorismo e Inovação CH 88. 8. Filosofia e Ética CH 88. 9. English for the Job Market CH 88. 10. Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil CH 88.

Disciplinas Presenciais: CH 2.442h

Disciplinas EAD (21,92%): CH 704h

Atividades Complementares: CH 66h

Carga Horária Total: 3212h

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
<p align="center">EIXO I Ciências Exatas</p>	<p>Epidemiologia e Bioestatística (EAD) CH 88h. Metodologia do Trabalho Científico (EAD) CH 88h.</p>	<p>Incluem-se os processos, os métodos e as abordagens físicos, químicos, matemáticos e estatísticos como suporte à biomedicina.</p>
<p align="center">EIXO II Ciências Biológicas e da Saúde</p>	<p>Aspectos Morfofuncionais CH 66h. Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano CH 66h. Funções Biológicas CH 66h. Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo CH 66h. Mecanismo de Agressão e Defesa CH 66h. Processos Patológicos CH 66h. Parasitologia e Doenças Tropicais CH 66h.</p>	<p>Incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, microbiológicos, imunológicos e genética molecular em todo desenvolvimento do processo saúde-doença, inerentes à biomedicina.</p>
<p align="center">EIXO III Ciências Humanas e Sociais</p>	<p>Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I CH 66h; Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD) CH 88h. Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II CH 66h. Sociologia e Antropologia (EAD) CH 88h. Ética Profissional, Gestão e Controle da Qualidade CH 66h. Psicologia em Saúde (EAD) CH 88h. Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) CH 88h.</p>	<p>–Incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo.</p>
<p align="center">EIXO IV Ciências da Biomedicina</p>	<p>Mecanismos Imunológicos Avançados CH 66h. Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico CH 66h. Bromatologia e Análise de Alimentos CH 66h. Farmacologia e Análises Toxicológicas CH 66h. Análises Ambientais CH 66h. Diagnóstico por Imagem CH 66h. Biotecnologia e Bioinformática Aplicadas à Saúde CH 66h. Citologia Clínica CH 66h. Hematologia e Banco de Sangue CH 66h. Reprodução Humana Assistida CH 66h. Hematologia Clínica CH 66h. Imunologia Clínica e Testes Sorológicos CH 66h. Parasitologia Clínica e Urinálise CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas I (ESOAC-I) CH 242h. Bioquímica Clínica CH 66h. Microbiologia Clínica CH 66h.</p>	<p>Incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com a saúde, doença e meio ambiente, com ênfase nas áreas de citopatologia, genética, biologia molecular, eco-epidemiologia das condições de saúde e dos fatores predisponentes à doença e serviços complementares de diagnóstico laboratorial em todas as áreas da biomedicina.</p>

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
	Trabalho de Conclusão de Curso I CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas II (ESOAC-II) CH 242h. Trabalho de Conclusão de Curso II CH 66. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas III (ESOAC-III) CH 176h.	

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação da IES, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação do nossa Instituição.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem e Inserção de disciplinas ministradas a

distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- Ethics, Sustainability and Rights Human
- English of the Market Job
- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- Tópicos Especiais I
- Tópicos Especiais II
- Empreendedorismo e Inovação
- Educação em Saúde e Processos Pedagógicos
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Outros processos tem sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos a academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura abaixo inspira os movimentos de inovação curricular por nós adotados, a saber:

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular



Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011).

Nesta perspectiva, na IES algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vem sendo praticada, dentre elas destacamos:

- A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão
- A articulação constante entre teoria e prática
- A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.4.1.1 Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

Os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- **PEFC:** Programa de estímulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
- **Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica:** planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.
- **Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação:** Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
- **Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação:** psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

- Aprofundar o conhecimento em áreas determinada ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

1.4.1.2 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade *stricto sensu* a IES pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;
- Gestão;
- Tecnologia;
- Humanas;
- Biológicas;
- Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “*stricto sensu*”:

- Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
- Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa na IES;
- Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado futuros da IES buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais da instituição, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos *stricto sensu* para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

PEFC: Projeto de Estimulo a Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso, consanguíneo, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação *Stricto Sensu*:

- Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.4.2 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Ensino de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

MATRIZ CURRICULAR - BIOMEDICINA PRESENCIAL					
1º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Aspectos Morfofuncionais	66	54	12	-	100% Presencial
Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano	66	57	9	-	100% Presencial
Funções Biológicas	66	39	6	21	100% Presencial
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	66	36	-	30	100% Presencial
Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Sub-Total	352	-	-	51	-
2º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo	66	57	9	-	100% Presencial
Mecanismos de Agressão e Defesa	66	39	6	21	100% Presencial
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II	66	36	-	30	100% Presencial
Processos Patológicos	66	57	9	-	100% Presencial
Sub-Total	352	-	-	51	-
3º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico Molecular	66	45	6	15	100% Presencial
Bromatologia e Análise de Alimentos	66	57	9	-	100% Presencial
Farmacologia e Análises Toxicológicas	66	57	9	-	100% Presencial
Mecanismos Imunológicos Avançados	66	36	-	30	100% Presencial
Sociologia e Antropologia (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Sub-Total	352	-	-	45	-
4º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade

Análises Ambientais	66	57	9	-	100% Presencial
Diagnóstico por Imagem	66	57	9	-	100% Presencial
Ética Profissional, Gestão e Controle da Qualidade	66	36	-	30	100% Presencial
Parasitologia e Doenças Tropicais	66	42	9	15	100% Presencial
Psicologia em Saúde (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Sub-Total	352	-	-	45	-
5º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Biotecnologia e Bioinformática Aplicadas à Saúde	66	57	9	-	100% Presencial
Citologia Clínica	66	30	6	30	100% Presencial
Epidemiologia e Bioestatística (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Hematologia e Banco de Sangue	66	57	9	-	100% Presencial
Reprodução Humana Assistida	66	45	6	15	100% Presencial
Sub-Total	352	-	-	45	-
6º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas I	242	-	242	-	100% Presencial
Hematologia Clínica	66	27	9	30	100% Presencial
Imunologia Clínica e Testes Sorológicos	66	57	9	-	100% Presencial
Parasitologia Clínica e Urinálise	66	42	9	15	100% Presencial
Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Sub-Total	528	-	-	45	-
7º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD)	88	73	-	15	100% EAD
Bioquímica Clínica	66	57	9	-	100% Presencial
Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas II	242	-	242	-	100% Presencial

Microbiologia Clínica	66	30	6	30	100% Presencial
Trabalho de Conclusão de Curso I	66	66	-	-	100% Presencial
Sub-Total	528	-	-	45	-
8º Período	Carga horária				
	Total	Teórica	Prática	Extensão	Modalidade
Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas III	176	-	176	-	100% Presencial
Optativa (EAD)	88	88	-	-	100% EAD
Trabalho de Conclusão de Curso II	66	66	-	-	100% Presencial
Sub-Total	330	-	-	-	-
Optativas	Carga horária				Modalidade
	Total				
Análise Econômica e Política Públicas	88				100% EAD
Áreas de Atuação Profissional em Biomedicina	88				100% EAD
Direitos Humanos	88				100% EAD
Educação Ambiental	88				100% EAD
Empreendedorismo e Inovação	88				100% EAD
English For the Job Market	88				100% EAD
Filosofia e Ética	88				100% EAD
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	88				100% EAD
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência	88				100% EAD
Tópicos Especiais	88				100% EAD
RESUMO DO CURSO					
Disciplinas Presenciais	2.442h				
Disciplinas EAD	704h (21,9%)				
Atividades Complementares	66h				
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.212h				

1.4.3 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

Funções Biológicas: Conceito e definição de microscopia; métodos de estudo em citologia, membrana plasmática e organelas celulares; Fundamentação em genética humana, armazenamento de informação genética. Abordagem em genética e evolução, genética mendeliana, molecular e de populações. Exploração das anomalias cromossômicas, malformações congênitas e consequências, alterações genéticas, e herança poligenética.

Bibliografia Básica:

1. GRIFFITHS, Anthony J. F.; WESSLER, Susan R.; CARROLL, Sean B.; DOEBLEY, John. Introdução à genética. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
2. DE ROBERTIS, Eduardo; HIB, José. De Robertis: bases da biologia celular e molecular. 16 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. CARNEIRO, José; JUNQUEIRA, Luiz C. Biologia Celular e Molecular. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1. STRACHAN, Tom; READ, Andrew. Genética molecular humana. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
2. BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanilce Miriam. Genética humana. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
3. JORDE, Lynn B.; CAREY, John C.; BAMSHASD, Michael J. Genética médica. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
4. ALBERTS, Bruce; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian [et. al.] Biologia molecular da célula. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
5. ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; HOPKIN, Karen [et. al.] Fundamentos da biologia celular. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Aspectos Morfofuncionais: Introdução à Anatomia Humana (morfologia, topografia das estruturas, planos e eixos). Nomeação e descrição as estruturas e órgãos das diversas regiões do corpo humano. Exploração do sistema locomotor (sistemas muscular, esquelético e articular) e da esplancnologia: sistema respiratório, circulatório, digestório supradiafragmático e infradiafragmático, urinário-genital. Abordagem sobre o circuito neural:

sistema nervoso central e periférico, sistema tegumentar e endócrino. Fundamentação da biofísica dos fenômenos celulares e fisiologia dos sistemas orgânicos. Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema circulatório; sistema respiratório; sistema excretor; sistema endócrino; sistema neuromuscular; sistema digestório. Abordagem sobre bioenergética, osmose, pressão osmótica, equilíbrio de Gibbs-Donnan. Estudo do transporte através de membranas, regulação ácido-base, radiobiologia. Desenvolvimento de prática laboratorial.

Bibliográfica Básica:

1. GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
2. PAULSEN, Friedrich.; WASCHKE, Jens. Sobotta - atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. v.1. 24.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
3. TORTORA, Gerald J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

1. VALERIUS, Klaus-Peter. Atlas de anatomia. São Paulo: Santos, 2011
2. SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
3. AIRES, Margaria de Mello. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
4. COSTANZO, Linda. S. Fisiologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
5. TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de anatomia e fisiologia. 14.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I: Prática na atuação primária de atenção à saúde, individual e coletiva. Vivência prática da Organização de uma Unidade Sanitária, noções práticas de Epidemiologia, atenção básica no Serviço Público. Desenvolvimento de ações preventivas no âmbito comunitário e a inserção em domicílios e grupos organizados na comunidade ou instituições, com aspectos direcionados e relevantes da responsabilidade social. Abrangência da atuação junto a populações materno-infantil, adultos e idosos.

Bibliografia Básica:

1. CAMPOS, Carlos Wagner de Sousa. Tratado de saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2016
2. ARMOND, Guilherme Augusto (Org.) Epidemiologia, prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.
3. PAIM, Jairnilson Silva. SUS – Sistema Único de Saúde: tudo o que você precisa saber. Rio de Janeiro: Atheneu, s.d.

Bibliografia Complementar:

1. ROTHMAN, Kenneth J.; GREENLAND, Sander; LASH, Timothy L. Epidemiologia moderna. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011
2. ALEXANDRE, Lourdes Bernadete dos Santos Pito. Epidemiologia aplicada nos serviços de saúde. São Paulo: Martinari, 2012
3. FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dinis Costa (Orgs.) Fundamentos de epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Manole, 2011
4. FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Debora Peixoto de. Política nacional de saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Ambiente e Saúde)
5. ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano: Estudo dos tecidos: epitelial de revestimento, nervoso, muscular, sanguíneo, ósseo e conjuntivo (células, fibras e gel). Estudo dos tecidos e dos principais órgãos que compõem o corpo humano. Correlação de sua organização com as funções por eles exercidas. Introdução à Embriologia Humana. Estudo da reprodução humana, sistema reprodutor e gametogênese, fecundação, clivagem e nidação, disco embrionário didérmico e tridérmico, organogênese, período fetal, da placenta e membranas fetais.

Bibliografia Básica:

1. ZAHA, Arnaldo; FERREIRA, Henrique B.; PASSAGLIA, Luciane M. P. Biologia molecular básica. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. DE ROBERTIS, Edward M.; HIB, José; ALLODI, Silvana. De Robertis biologia celular e molecular. 16.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

3. MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. PIERCE, Benjamin A. Genética essencial: conceitos e conexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012
2. KIERZENBAUM, Abraham; TRES, Laura. Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. MALUF, Sharbel W.; RIEGEL, Marilluce. Citogenética humana. Porto Alegre: Artmed, 2011
4. EÇA, Lilian Piñero [et.al.] Biologia molecular: guia prático e didático. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
5. WATSON, James D.; BAKER, Tania A.; BELL, Stephen P. [et.al.] Biologia molecular do gene. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD): Leitura: Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica: de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos.

Bibliografia Básica:

1. AZEVEDO, Roberta. Português básico. Porto Alegre: Penso, 2015.
2. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Leitura e produção textual. Porto Alegre: Penso, 2016.
3. SANTOS, Leonor Werneck de; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012 (Coleção Linguagem & Ensino)

Bibliografia Complementar:

1. CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2014.
2. HAUY, Amini Boainain. Gramática da língua portuguesa padrão. São Paulo: EDUSP,

- 2015 (Didática, 5).
3. KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 4. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
 5. PINKER, Steven. Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. São Paulo: Contexto, 2016.

2º PERÍODO

Processos Patológicos: Conhecer os mecanismos de infecção e evasão dos microrganismos patogênicos ao sistema de defesa, assim como o funcionamento do Sistema Imunológico frente a essas agressões. Compreensão dos processos inflamatórios, de Hipersensibilidade, Doenças autoimunes e dinâmica do processo saúde-doença. Assim como, a compreensão dos mecanismos imunológicos referente às alterações morfofuncionais das células, tecidos e interstícios, ocasionadas pela ação dos agentes exógenos ou distúrbios endógenos. Análise de processos regressivos, distúrbios da circulação, inflamação, neoplasias, desordens, carências. O aluno estará apto a compreender os mecanismos de defesa e sua aplicação na clínica, bem como, a compreensão dos processos patológicos humanos, sua etiologia, sinais, sintomas e consequências para o organismo. Corroborando desta forma, para uma assistência sistematizada ao indivíduo, à família, à comunidade e a todos os níveis de atendimento de atenção à saúde. Bem como, sua atuação na saúde ambiental e aos grupos populacionais locais.

Bibliografia Básica:

1. BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: Patologia. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
2. FELIN, Izabella Paz Danezi. Patologia geral e mapas conceituais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
3. KUMAR, Vinay; ABBAS, K; FAUSTO, Nelson; ASTER, Jon c. Robbins & Cotran - Patologia: bases patológicas das doenças. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: patologia geral. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
2. FRANCO, Marcelo; MONTENEGRO, Mário R.; BRITO, Thales de [et.al.] Patologia: processos gerais. 6.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.
3. KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K.; ASTER, Jon C. Robbins: patologia básica. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
4. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
5. REISNER, H. M. Patologia: uma abordagem por estudos de casos. Porto Alegre: Bookman, 2016.

Mecanismo de Agressão e Defesa: Fornecer ao aluno o conhecimento da Microbiologia (definição, importância, histórico, objeto de estudo); Virologia (definição, composição química, estrutura, multiplicação viral, viroses); Bacteriologia (definição, estrutura celular, reprodução, cultivo de microrganismos e meios de cultura, unidades formadoras de colônias; fisiologia microbiana - respiração aeróbica e anaeróbica e fermentação - métodos físicos e químicos de controle do crescimento microbiano - assepsia, antisepsia, desinfecção, descontaminação, sanitização, pasteurização, esterilização - interações entre o homem e os micro-organismos: microbiota normal e patogênica Imunologia: definição, importância, noções sobre defesas inespecíficas e específicas e resposta imunológica), e Parasitologia (definição, importância, objeto de estudo. Abordagem sobre as noções sobre protozoários e helmintos e principais parasitoses regionais).

Bibliografia Básica:

1. COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
2. REY, Luiz. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
3. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

1. KINDT, Thomas J.; GOLDSBY, Richard A.; OSBORNE, Barbara. Imunologia de Kuby. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

2. DOAN, Thao; MELVOLD, Roger; VISELLI, Susan; WALTENBAUGH, Carl. Imunologia ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2008
3. COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015
4. DELVES, Peter; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de imunologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016
5. TRABULSI, Luiz Bachid; ALTERTHUM, Flavio. Microbiologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II: Prática na atuação primária de atenção à saúde, individual e coletiva. Vivência prática da Organização de uma Unidade Sanitária, noções práticas de Epidemiologia, atenção básica no Serviço Público. Desenvolvimento de ações de intervenção no âmbito comunitário e a inserção em domicílios e grupos organizados na comunidade ou instituições, com aspectos direcionados e relevantes da responsabilidade social. Abrangência da atuação junto a populações materno-infantil, adultos e idoso.

Bibliografia Básica:

1. ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014
2. ARMOND, Guilherme Augusto (Org.) Epidemiologia, prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Belo Horizonte: Coopmed, 2013
3. AGUIAR, Zenaide Neto. SUS – Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. MALFATTI, Carlos Ricardo M.; SOARES, Kelly Cristina Nogueira. Promoção da saúde: atuação interdisciplinar em inovação e políticas públicas. Curitiba: Appris, 2017
2. SILVEIRA, Mário Magalhães da. Política Nacional de saúde pública: a trindade desvelada (economia-saúde-população). Rio de Janeiro: Revan, 2005
3. HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
4. ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena. Saúde pública: bases conceituais. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013.

5. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; BONFIM, José Ruben de Alcântara; MINAYO, Maria Cecília de Sousa [et.al.] Tratado de saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2016.

Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo: Fundamentos e aplicações de bioquímica metabólica. Introdução ao metabolismo celular. Respiração celular: via glicolítica, ciclo de Krebs, cadeia respiratória e fosforilação oxidativa. Metabolismo aeróbico e anaeróbico. Via das pentoses e gliconeogênese. Regulação do metabolismo da glicose e do glicogênio. Metabolismo dos lipídios, lipoproteínas e metabolismo do colesterol. Metabolismo dos aminoácidos e ciclo da ureia. Metabolismo dos ácidos nucleicos. Metabolismo do ferro, metabolismo do ácido fólico, hormônios da pituitária, hormônios da tireóide, bioquímica dos hormônios da adrenal, bioquímica dos hormônios das gônadas, metabolismo das porfirinas, regulação e integração metabólica. Aplicação do estudo do metabolismo na área de nutrição abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito ambiental e questões étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

1. NELSON, David L.; COX, Michael M. Lehinger: princípios da bioquímica. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. MARSHALL, William J.; LAPSLEY, Marta. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. Bioquímica básica. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia Complementar:

1. SMITH, Collen; MARKS, Allan D.; LIEBERMAN, Michael. Bioquímica médica de Marks: uma abordagem clínica. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007
2. CONN, Eric E.; STUMPF, P. K. Introdução à bioquímica. 4.ed. São Paulo: Blucher, 1980.
3. DEVLIN, Thomas M (Coord.) Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7.ed. São Paulo: Blucher, 2011
4. BERG, Jeremy Mark; TYMOCZKO, John L.; STRYER, Lubert. Bioquímica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017
5. VOET, Donald; VOET, Judith G.; PRATT, Charlotte W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Metodologia do Trabalho Científico (EAD): Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica (Bibliográfica e Eletrônica) e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica (Relatório Técnico e Artigo). Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e Comunicações Orais

Bibliografia Básica:

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos). 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2021
2. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
3. RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2015
4. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
5. SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2018 (Coleção Linguagem& Ensino)

3º PERÍODO

Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico: Estrutura e composição dos ácidos nucleicos. Organização do material genético de eucariotos e procariotos. Processamento da

informação genética e expressão gênica. Origem e manutenção da variação genética. Genômica estrutural e funcional. Técnicas moleculares aplicadas ao diagnóstico de doenças genéticas hereditárias e de agentes etiológicos.

Bibliografia Básica:

1. BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanyce Miriam. Genética humana. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. CARNEIRO, José; JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. NELSON, David L.; COX, Michael M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

Bibliografia Complementar:

1. ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; HOPKIN, Karen; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian. Fundamentos da biologia celular. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
2. ROBERTIS, Eduardo de; HIB, José. DE ROBERTIS biologia celular e molecular. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. EÇA, Lilian Piñero. Biologia molecular: guia prático e didático. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2004.
4. MALUF, Sharbel Weidner; RIEGEL, Mariluce. Citogenética humana. Porto Alegre: Artmed, 2011.
5. SALZANO, Francisco M. Genômica e evolução: moléculas, organismos e sociedades. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

Bromatologia e Análise de Alimentos: Introdução a Bromatologia. Métodos de análise. Amostragem e preparo de amostras. Sistema de garantia de qualidade em laboratórios de análise de alimentos. Principais métodos e técnicas de análises empregados em água, carboidratos, proteínas, lipídios, cinza e fibra. Métodos físicos: Densimetria, Refratometria e Medida de pH. Alterações nos alimentos: Fatores que interferem no metabolismo dos microorganismos. Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Boas práticas de fabricação (BPF's). Avaliação sensorial de alimentos.

Bibliografia Básica:

1. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 2011.
2. JAY, James M. Microbiologia de alimentos. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
3. GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 6.ed. São Paulo: Manole, 2019.

Bibliografia Complementar:

1. SILVA, Cassiano Oliveira da; SOUZA, Daurea Abadia de; PASCOAL, Grazieli Benedetti; SOARES, Luana Padua. Segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.
2. FRANCO, Guilherme. Tabela de composição química dos alimentos. 9. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
3. FORSYTHE, Stwephen J. Microbiologia da segurança dos alimentos. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
4. DAMODARAN, Srinivasan; PARKIN, Kirk L. Química de alimentos de Fennema. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
5. RIBEIRO, Bernardo Dias; PEREIRA, Karen Signori; NASCIMENTO, Rodrigo Pires do; COELHO, Maria Alice Zarur (Orgs) Microbiologia industrial de alimentos. V.2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

Farmacologia e Análises toxicológicas: Fundamentos da farmacologia e toxicologia. Farmacocinética e farmacodinâmica de medicamentos mais usados pela medicina. Aspectos farmacológico e toxicológico dos fármacos que atuam no sistema nervoso central e sistema nervoso autônomo. Farmacologia e toxicologia dos anti-inflamatórios, antimicrobianos, hipoglicemiantes e fármacos que atuam no sistema gastrointestinal e renal. Interações medicamentosas e intoxicações medicamentosas. Apresentação das diversas áreas da toxicologia e a importância das análises toxicológicas na atenção individual e coletiva; Amostras usadas na toxicologia analítica. Avaliação do risco; Toxicologia Ambiental; Toxicologia Ocupacional; Toxicologia Social; Toxicologia de Alimentos; Gestão de Laboratórios de análises toxicológicas.

Bibliografia Básica:

1. OGA, Seizi; CAMARGO, Márcia Mara de A.; BATISTUZZO, José Antonio de O. Fundamentos de toxicologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014

2. RITTER, James; FLOWER, Rod; HENDERSON, Graeme [et.al.] Rang & Dale: farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
3. TREVOR, Anthony J.; KATZUNG, Bertram G. Farmacologia: básica e clínica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1. CRAIG, C.R. Farmacologia moderna com aplicações clínicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
2. PINTO, Vanusa barbosa; ROCHA, Priscilla Alves; SFORSIN, Andréa Cássia Pereira. Atenção farmacêutica: gestão e prática do cuidado farmacêutico. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017
3. GOMEZ, Rosane; TORRES, Iraci L. S. Farmacologia clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
4. GOLAN, David E.; TASHJIAN JR., Armen H.; ARMSTRONG, Ehrin J.; ARMSTRONG, April W. Princípios de farmacologia: as bases fisiopatológicas da farmacologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
5. KLAASSEN, Curtis D. Fundamentos em toxicologia de Casarett e Doull. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Mecanismos Imunológicos Avançados: Propriedades gerais das respostas imunes. Células, tecidos e órgãos envolvidos na resposta imune. Mecanismos celulares e moleculares que medeiam a imunidade inata e a imunidade adquirida. Sistema complemento e Citocinas. Antígenos e Anticorpos/Imunoglobulinas. Complexo principal de histocompatibilidade. Mecanismos efetores da imunidade Celular. Mecanismos efetores da imunidade humoral. Imunidade contra microrganismos. Imunoprofilaxia e imunoterapia. Reações de hipersensibilidade, imunodeficiências, autoimunidade, transplantes e vacinas.

Bibliografia Básica:

1. MALAGUTTI, William. Imunização, imunologia e vacina. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.
2. DELVES, Peter; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de imunologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. MURPHY, Kenneth. Imunologia de Janeway. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H. Imunologia celular e molecular. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019
2. FORTE, Wilma Carvalho Neves. Imunologia: do básico ao aplicado. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015 **(Biblioteca virtual. E-book)**
3. GRANATO, Laís Moreira; GALDEANO, Diogo Manzano. Microbiologia, parasitologia e imunologia. Curitiba: Intersaberes, 2020 **(Biblioteca virtual. E-book)**
4. JORGE, Antonio Olavo Cardoso. Princípios de microbiologia e imunologia. São Paulo: Santos, 2010
5. SCUTTI, Jorge Augusto Borin. Fundamentos da imunologia. São Paulo: Rideel, 2016 **(Biblioteca virtual. E-book)**

Sociologia e Antropologia (EAD): O Diálogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. A perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira.

Bibliografia Básica:

1. AQUINO, R.; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilbertyo; ROEDEL, Hiran. Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015
2. MERCIER, Paul. História da antropologia. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2012
3. PLUMMER, Ken. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Homem, Cultura e Sociedade).

Bibliografia Complementar:

1. SANTOS, Pedro Antônio dos. Fundamentos de sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2013
2. KESSING, Roger M.; STRATHERN, Andrew J. Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014

4. MELO, Lucas Pereira de; GUALDA, Dulce Maria Rosa; CAMPOS, Edemilson Antunes de. Enfermagem, antropologia e saúde.v.3. São Paulo: Manole, 2013 (Série Enfermagem e Saúde) (*Biblioteca Virtual. E-book*).
5. OLIVEIRA, Allan de Paula. Antropologia: questões, conceitos e histórias. Curitiba: Interessesaberes, 2018 (*Biblioteca Virtual. E-book*).

4º PERÍODO

Análises Ambientais: Introdução a Ecologia, ecossistemas, ciclo biogeoquímicos e Biomas Brasileiros. Dinâmica Populacional, interações populacionais positivas e negativas. Meio Ambiente e Saúde, Poluição Ambiental. Análise físico-química e microbiológica para o saneamento. Considerações e padrões de qualidade de água. Controle microbiológico das águas. Controle físico-químicos das águas. Noções sobre tratamento de esgoto. Qualidade e poluição do ar.

Bibliografia Básica:

1. CRUZ, Helena Márcia da. Análises microbiológicas e físico-químicas: conceitos para gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2014.
2. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
3. PHILIPPI JR., Arlindo; GALVÃO JR., Alceu de Castro (Edits.) Gestão do saneamento básico: abastecimento de água e esgotamento sanitário. São Paulo: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. LEME, Edson José de Arruda. Manual prático de tratamento de águas residuárias. 2.ed. São Paulo: EduFSCar, 2014 01 SANTA
2. LIBÂNIO, Marcelo. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. São Paulo: Átomo, 2016 01 SANTA
3. RIBEIRO, Daniel Vêras; MORELLI, Márcio Raymundo. Resíduos sólidos: problemas ou oportunidades? Rio de Janeiro: Interciência, 2009
4. ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

5. BITTENCOURT, Claudia; PAULA, Maria Aparecida Silva de. Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos. São Paulo: Érica, 2014.

Diagnóstico por Imagem: Princípio de formação de raios x, fatores radiográficos. Formação de imagens (radiogeometria). Correlação dos quadros clínicos mais frequentes com rotina e aspectos radiológicos dos aparelhos digestivos, aparelho urinário e gineco-obstetrícia, aparelho circulatório e respiratório, aparelho locomotor e pediatria. Tomografia Computadorizada e helicoidal. Ressonância Nuclear Magnética. Ultrassonografia.

Bibliografia Básica:

1. BUTLHER, Paul; MITCHELL, Adam W. M.; ALY, Jeremiah C. Anatomia radiológica aplicada. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2014
2. BONTRAGER, Kenneth L.; LAMPIGNANO, John P. Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada: Bontrager. 8.ed. São Paulo: Elsevier, 2015.
3. RUMACK, Carol M.; WILSON, Stephanie R.; CHARBONEAU, J. William; LEVINE, Deborah. Tratado de ultrassonografia diagnóstica. 4.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. BONNICK, Sydney Lou. Densitometria óssea na prática clínica: aplicação e interpretação. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. MARCHIORI, Edson; SANTOS, Maria Lúcia. Introdução à radiologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
3. NÓBREGA, Almir Inácio da (Org.) Tecnologia radiológica e diagnóstico por imagem: guia para ensino e aprendizagem. 7.ed. São Paulo: Difusão, 2018
4. BRANT, William E.; HELMS, Clyde A. Fundamentos de radiologia: diagnóstico por imagem. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
5. OKUNO, Emirco; YOSHIMURA, Elisabeth. Física das radiações. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

Ética Profissional, Gestão e Controle da Qualidade: Instituições responsáveis pela fiscalização e exercício da profissão biomédica. Resoluções Federais e Estaduais sobre a regulamentação da profissão Biomédica. Código de ética da Biomedicina. Conceitos básicos de administração e gerência em laboratório de análises clínicas. Funções administrativas:

planejamento, organização, direção e controle. Aspectos legais para a instalação de laboratórios clínicos. Planejamento do laboratório. Áreas funcionais da organização: produção, marketing, recursos humanos, finanças, informática. Estudo dos Recursos arquitetônicos, os diversos tipos de Laboratórios Clínicos. Técnicas de controle de qualidade em laboratório de análises clínicas: introdução, princípios, natureza e tendências analíticas. Métodos para registro e emissão de resultados. Noções gerais das causas de erro diagnóstico. Programas de Calibração Intralaboratorial. Discussão dos múltiplos usos da Ética profissional.

Bibliografia Básica:

1. HINRICHSEN, Sylvia Lemos. Biossegurança e controle de infecções: risco sanitário hospitalar. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
2. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019 DO DIREITO NOVO
3. VEATCH, Robert. Bioética. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BIK, Christian. Tratado de bioética. São Paulo: Paulus, 2015
2. MASTROENI, Marco Fábio. Biossegurança aplicada à laboratórios e serviços de saúde. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2006
3. OISHI, Ana Caroline Escorsin do Nascimento; CHEMIN, Márcia Regina Chizini (Orgs.) Reflexões bioéticas: a humanização do cuidado em saúde. Curitiba: Appris, 2019.
4. SILVA, José vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; DUARTE, Suelen Ribeiro Miranda Pontes (Orgs.) Biossegurança no contexto da saúde. São Paulo: Iátria, 2013.
5. VECINA NETO, Gonçalo; MALIK, Ana Maria. Gestão em saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Parasitologia e Doenças Tropicais: Aspectos morfofisiológicos dos parasitas, mecanismos patogênicos e respostas (sinais e/ou sintomas) do hospedeiro às injurias determinadas pelos parasitas específicos, relações ecossistematicas, epidemiologia e profilaxia das parasitoses humanas determinadas por protozoários, platelmintos, nematelmintos e artrópodes, principalmente as encontradas no Brasil. Principais Doenças Tropicais e Infecciosas (DTI) emergentes e reemergentes causadas por vírus e bactérias. Noções sobre

terapêutica e Educação em Saúde das diversas doenças infectoparasitárias. A disciplina focaliza especialmente os aspectos epidemiológicos, clínicos, diagnósticos, de controle e profilaxia. São ensinadas noções sobre terapêutica das diversas doenças infectoparasitárias.

Bibliografia Básica:

1. VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. Tratado de infectologia 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2015
2. NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.
3. REY, Luiz. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia Complementar:

1. ZAITZ, Clarisse. Compêndio de micologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019
2. NEVES, David Pereira. Parasitologia dinâmica. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
3. NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de parasitologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.
4. TAVARES, Walter; MARINHO, Luiz Alberto Carneiro. Rotinas de diagnósticos e tratamento das doenças infecciosas e parasitárias. São Paulo: Atheneu, 2015
5. ZEIBIG, Elizabeth A. Parasitologia clínica: uma abordagem clínico-laboratorial. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

Psicologia em Saúde (EAD): Introdução ao estudo da Psicologia. Objeto de Trabalho. Conceitos básicos. Teorias psicológicas. Estudo da personalidade. Elementos e conceitos da psicologia aplicados à área da saúde. Psicologia da saúde. Conceitos de saúde e saúde mental. Fundamentos e abordagens psicológicas na promoção, prevenção e reabilitação em saúde. Promoção de saúde e a prevenção de doenças. O atendimento multidisciplinar e multiprofissional. Humanização na saúde. Atuação do profissional da saúde e a relação com o usuário do serviço.

Bibliografia Básica:

1. PAPALIA, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. Porto Alegre: AMGH,

2. WEITEN, Wayne. Introdução à psicologia: temas e variações. 10.ed. São Paulo: Cengage, 2016.
3. SPINK, Mary Jane P. Psicologia social e saúde. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.) Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica. 2. Ed. São Paulo: Cengage, 2017.
2. _____. Psicologia hospitalar: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010
3. BRASIL, Marco Antônio; CAMPOS, Eugênio Paes; AMARAL, Geraldo Francisco do; MEDEIROS, José Givaldo Melquiades de. Psicologia médica: a dimensão psicossocial da prática médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
4. HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
5. STRAUB, Richard O. Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

5º PERÍODO

Biotecnologia e Bioinformática Aplicadas à Saúde: Introdução à Biotecnologia. Engenharia Genética. Enzimologia aplicada à Biotecnologia. Química Orgânica aplicada à Biotecnologia. Biotecnologia para a Área da Saúde. Introdução à Bioinformática: conceitos, principais bancos de dados online, recuperação e formatos de sequências, análise de similaridade de sequências, alinhamento de sequências. Uso de bancos de dados públicos.

Bibliografia Básica:

1. WATSON, James D.; BAKER, Tania A.; BELL, Stephen P. Biologia molecular do Gene. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015
2. ALBERTS, Bruce; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian; RAFF, Martin. Biologia molecular da célula. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
3. ZAHA, Arnaldo; FERREIRA, Henrique Bunselmeyer; PASSAGLIA, Luciane M. P. Biologia molecular básica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de; PESSINI, Leo. (Org.) Bioética clínica e pluralismo: com ensaios originais de Fritz Jahr. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
2. BORÉM, Aluízio; COSTA, Neuza Maria Brunoro. Biotecnologia em saúde e nutrição: como o DNA pode enriquecer os alimentos. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2013.
3. LESK, Arthur M. Introdução à bioinformática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. RAMOS, Dalton Luiz de Paula (Org.) Bioética: pessoa e vida. São Paulo: Difusão, 2009
5. MAFRA, Rosana Zau; OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Carlos de; SOUZA, Andrea Lanza Cordeiro de; SOUZA, Arlene Oliveira. Gestão da biotecnologia na Amazônia: a inovação e a exploração dos recursos e ecossistemas naturais para o desenvolvimento de produtos e processos. Manaus: EDUA, 2015.

Citologia Clínica: Compreende o estudo dos aspectos fisiopatológicos, diagnósticos e clínicos da citologia cérvicovaginal, líquido seminal, líquido céfalo-raquidiano, líquidos cavitários e sinovial. Aspectos morfofuncionais do sistema genital feminino. Aspectos técnicos em citologia esfoliativa do colo uterino. Citologia nas diversas fases da vida hormonal, gravidez e pós-parto. Colpocitograma. Elementos citológicos normais do esfregaço cérvico-vaginal. Microbiota vaginal normal. Aspectos citológicos de infecções específicas. Alterações inflamatórias do colo uterino e vagina. Classificações Citológicas, Sistema de Bethesda e Nomenclatura brasileira para laudos citológicos. Citologia do tecido Escamoso de colo uterino. Controle Hormonal e aspectos morfofuncionais do sistema genital masculino. Espermatocitogênese. Espermograma.

Bibliografia Básica:

1. GAMBONI, Mercedes; MIZIARA, Elias Fernando. Manual de citopatologia diagnóstica. São Paulo: Manole, 2013.
2. KOSS, Leopold G.; GOMPEL, Claude. Introdução à citopatologia ginecológica com correlações histológicas e clínicas. São Paulo: Roca, 2006.
3. SILVA NETO, Jacinto da Costa. Citologia clínica do trato genital feminino. São Paulo: Thieme Revinter, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. ARAÚJO, Samuel Regis. Citologia cervicovaginal passo a passo. 2.ed. São Paulo: Dilivros, 2011.
2. CONSOLARO, Márcia Edilaine Lopes; MARIA-ENGLER, Silvy Stuchi. Citologia clínica cérvico-vaginal: texto e atlas. São Paulo: Roca/Guanabara Koogan, 2012.

3. CORLETA, Helena Von Eye; CAPP, Edilson. Ginecologia: no consultório. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. PEREZ, Erika. Fundamentos de patologia. São Paulo: Erica, 2014.
5. RUBIN, Emanuel. Patologia: bases clinicopatológicas da medicina. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Hematologia e Banco de Sangue: Introdução à hematologia. Medula óssea. Sangue. Técnicas hematológicas básicas. Anemias e hemoglobinopatias. Leucemias. Linfomas. Doenças mieloproliferativas e linfoproliferativas. Hemostasia. Distúrbios hemorrágicos. Coagulopatias e Trombofilias. A história da hemoterapia; Descoberta da Imuno-hematologia como ciência; Criação de Bancos de Sangue Pós Primeira Guerra Mundial; Descoberta do Sistema ABO; Sistema Rh, Doença Hemolítica Peri Natal; Estrutura e função dos Sistemas Kell, Kid, Duffy, MNS, P, Lewis, Luteran, Diego, Mc Loud e LW; Anemia Hemolítica Auto Imune; Anemias Hemolíticas Hereditárias; Testes Pré Transfusionais; Pesquisa e Identificação de Anticorpos; Reações Transfusionais; Casos Clínicos e Evolução Técnica e a Aplicabilidade da Pesquisa no laboratório Imunohematológico.

Bibliografia Básica:

1. FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. HOFFBRAND, Allan Victor; MOSS, Paul A. H. Fundamentos de hematologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
3. ZAGO, Marco Antonio; FALCÃO, Roberto Passetto; PASQUINI, Ricardo. Tratado de hematologia. São Paulo: Atheneu, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. VAZ, Adelaide J... [et al.] Imunoensaios: fundamentos e aplicações. 2. ed. amp. atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
2. LORENZI, Therezinha Ferreira. (Coord.) Atlas de hematologia: clínica hematológica ilustrada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
3. RODGERS, Griffin P.; YOUNG, Neal S. Manual Bethesda hematologia clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017.
4. SAAD, Sara Teresinha Olalla; PAULA, Erich Vinicius de. Hematologia prática a partir do hemograma. São Paulo: Atheneu, 2018.

5. SILVA, Paulo Henrique da... [et al.] Hematologia laboratorial: teoria e procedimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Reprodução Humana Assistida: Introdução a Reprodução Humana. Infertilidade Conjugal. Pesquisa da fertilidade. Técnicas de Reprodução Humana Assistidas (TRAs).

Bibliografia Básica:

1. ALVARENGA, Conrado. Condutas práticas em infertilidade e reprodução assistida. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
2. BRAGA, Daniela Paes de Almeida Ferreira; BORGES JR., Edson. Reprodução humana assistida. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2020
3. TOGNOTTI, Elvio. Infertilidade: da prática clínica à laboratorial. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BORGES JR, Edson; FARAH, Leila Montenegro S.; CORTEZZI, Sylvia Sanches. Reprodução humana assistida. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011 (Biblioteca virtual. E-book)
2. DZIADEK, Nathaly Tiare Jimenez da Silva. Mecanismos fisiopatológicos da infertilidade. São Paulo: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual. E-book)
3. JORDE, Lynn. Genética médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
4. PASSOS, Eduardo Pandolfi; FREITAS, Fernando. Rotinas em infertilidade e contracepção. Porto Alegre: Artmed, 2003
5. ALVARENGA, Conrado. Fertilidade e infertilidade.

Epidemiologia e Bioestatística (EAD): Introdução ao estudo da estatística direcionado para a área da saúde. Conceitos básicos: cálculos, medidas, gráficos, moda, mediana. Conhecimentos objetivos para condução e a avaliação de dados de pesquisas. Fases do trabalho de bioestatística e interpretações e tabulações de dados Evolução histórica dos conceitos, usos e perspectivas da epidemiologia. Causalidade e determinação do processo saúde-doença. Métodos e estudos epidemiológicos. Indicadores epidemiológicos e vigilância à saúde. Epidemiologia nutricional. Saúde Pública x Saúde Coletiva. Histórico da Saúde pública no Brasil e criação do SUS. Grupos prioritários de saúde. Políticas brasileiras de saúde coletiva. Enfoque em aspectos éticos e legais. Abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões étnico-raciais e ênfase no Sistema Único de Saúde.

Bibliografia Básica:

1. ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia e saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
2. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; BONFIM, José Ruben de Alcântara; MINAYO, Maria Cecília de Sousa [et.al.] Tratado de saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2015
3. ARMOND, Guilherme Augusto. Epidemiologia, prevenção e controle de infecções relacionadas á assistência à saúde. Belo Horizonte: COOPMED, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. ARANGO, Hector Gustavo. Bioestatística: teórica e computacional. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dinis Costa (Orgs.) Fundamentos de epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Manole, 2010
3. GLANTZ, Stanton A. Princípios de bioestatística. 7.ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014
4. ROCHA, Juan Stuardo Yazlle. Manual de saúde pública e saúde coletiva no Brasil. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.
5. SILVA, Sílvia Fernandes da. Redes de atenção à saúde no SUS. São Paulo: Saberes, 2011.

6º PERÍODO

Hematologia Clínica: Técnicas de obtenção de sangue. Anticoagulantes. Contagem de eritrócitos, leucócitos e plaquetas: métodos automatizados e métodos manuais (câmaras e pipetas). Coloração panótica e supra-vital; corantes. Extensão e coloração. Série eritrocitária. Dosagem de hemoglobina; determinação do hematócrito; cálculo dos índices hematimétricos; alterações morfológicas dos eritrócitos; contagem de reticulócitos; prova de falcização de hemácias; determinação da resistência globular osmótica; velocidade de hemossedimentação. Eletroforese de hemoglobina. Série leucocitária: fórmula leucocitária relativa e absoluta; alterações morfológicas de leucócitos; desvio a esquerda, pesquisa de células L.E, diagnóstico hematológico das leucemias. Coagulação. Tempo de sangramento (T.S.); tempo de coagulação (T.C.); tempo de protrombina (T.P.); tempo de tromboplastina parcial ativada (T.T.P.A.); tempo de trombina (T.T.); retração do coágulo (R.C.); prova do laço (P.L.).

Bibliografia Básica:

1. RODGERS, Griffin P.; YOUNG, Neal S. Manual de Bethesda de Hematologia clínica. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.
2. SAAD, Sara Teresinha Olalla; PAULA, Erick Vinícius de. Hematologia prática a partir do hemograma. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018.
3. SILVA, Paulo Henrique da; ALVES, Hemerson Bertassoni; COMAR, Samuel Ricardo [et.al.] Hematologia laboratorial: teoria e procedimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. DEL GLIGIO, Auro; KALIKS, Rafael. Princípios de hematologia clínica. São Paulo: Manole, 2007.
2. FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
3. HAMERSCHLAK, Nelson. Manual de hematologia: programa integrado de hematologia e transplante de medula óssea. São Paulo: Manole, 2010.
4. LORENZI, Therezinha Ferreira. Manual de hematologia: propedêutica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
5. MCPHERSON, Richard A.; PINCUS, Matthew R. (Edits.) Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21. ed. São Paulo: Manole, 2012.

Imunologia Clínica e Testes Sorológicos: Métodos para detecção de antígenos e anticorpos e aplicações no diagnóstico imunológico: Reações de precipitação, Reações de aglutinação, Reações de fixação de complemento, Reações de Imunofluorescência, Anticorpos policlonais e monoclonais, Radioimunoensaios. Técnicas Imunoenzimáticas, Imunoensaios que utilizam marcadores fluorescentes e quimioluminescentes. Métodos para detecção da função imune celular. Aspectos clínicos e diagnóstico imunológico de doenças virais. Aspectos clínicos e diagnóstico imunológico de doenças parasitárias. Testes de histocompatibilidade. Imunodiagnóstico das doenças autoimunes. Diagnóstico imunológico das alergias. Distúrbios de Hipersensibilidades.

Bibliografia Básica:

1. AGONDI, Rosana Câmara; KALIL, Jorge; MOTTA, Antonio Abílio. Alergia & imunologia: aplicação clássica. São Paulo: Atheneu, 2015

2. GELLER, Mario; SCHEINBERG, Morton. Diagnóstico e tratamento das doenças imunológicas. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
3. VAZ, Adelaide; MARTINS, Jolson O.; TAKEI, Kioko; BUENO, Ednéa Casagrande. Imunoensaios: fundamentos e aplicações. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia Complementar:

1. DOAN, Thao T.; MELVOLD, Roger; WALTENBAUGH, Carl. Imunologia médica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITH, Ivan M.; DELVES, Peter J. Fundamentos de imunologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
3. MARTINS, Milton de Arruda; CARRILHO, Flair José; ALVES, Venâncio Avancini Ferreira. Clínica médica: alergia e imunologia clínica, doenças da pele, doenças infecciosas. v.7. São Paulo: Manole, 2009.
4. PARHAM, Peter. O sistema imune. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
5. SOLE, Dirce; BERND, Luiz Antônio Guerra; ROSÁRIO FILHO, Nelson Augusto. Tratado de alergia e imunologia clínica: segurança na prática hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011.

Parasitologia Clínica e Urinálise: Aspectos clínicos das principais parasitoses humanas. Orientação aos pacientes quanto à coleta de amostras para Exame Parasitológico de Fezes (EPF). Dados clínicos relevantes na realização do EPF. Protozooses humanas. Principais métodos e parâmetros para diagnóstico clínico e laboratorial de cada parasitose. Principais interferentes físicos, químicos e biológicos na avaliação parasitária. Coleta e preservação da urina. Exame físico. Densidade, odor, consistência e volume. Reação. Exame químico. Glicose, cetona, proteína. Pigmentos biliares. Sangue. Urobilinogênio. Exame microscópio do sedimento urinário. Testes laboratoriais da função renal. Achados laboratoriais das alterações do trato urinário. Coleta e preservação e exames específicos: espermatozoides. Formação dos líquidos orgânicos, função, renovação e excreção. Análise particular de cada um isoladamente respeitando os aspectos técnicos e clínicos, buscando a compreensão do desenvolvimento, diagnóstico e evolução clínica das doenças.

Bibliografia Básica:

1. COURA, Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2013.
2. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7 ed. São Paulo: Blucher, 2011.

3. ZEIBIG, Elizabeth A. Parasitologia clínica: uma abordagem clínico-laboratorial. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. ANDRIOLO, Adagmar. Função renal e exame de urina: bioquímica e fisiologia celulares. São Paulo: Savier, 2012.
2. MUNDT, Kristy. Exame de urina e de fluidos corporais de Graff. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. NEVES, Pedro Marcos; MELO, Alan Lane de; LINARDI, Pedro Marcos. Parasitologia humana. 12.ed. São Paulo: Atheneu, 2012.
4. STRASINGER, Marjorie Schuab. Urinálise e fluidos corporais. 5.ed. São Paulo: LMP, 2009.
5. TERRA, Paulo. Vias urinárias: controvérsias em exames laboratoriais de rotina. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas I (ESOAC-I): Práticas integradas em vivências da rotina do Laboratório de Análises Clínicas, relacionando a prática com os conteúdos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, viabilizando o relacionamento ético-profissional e interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

1. FERREIRA, Antonio Valter; MORAES, Sandra do Lago. Diagnóstico laboratorial: das doenças infecciosas e autoimunes. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
2. MCPHERSON, Richard A.; PINCUS, Mattew R. (Edits.) Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21. ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. NEVES, Pedro Marcos. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015
2. MUNDT, Kristy. Exame de urina e de fluidos corporais de Graff. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012
3. NICOL, Diana; LU, Chuani Mark; PIGNONI, Michael [et.al.] Manual de exames diagnósticos. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

4. STRASINGER, Marjorie Schuab. Urinálise e fluidos corporais. 5.ed. São Paulo: LMP, 2009.
5. XAVIER, Ricardo M.; DORA, José Miguel; BARROS, Elvino. Laboratório na prática clínica. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD): Ciência, Tecnologia e Sociedade; Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento; A função dos recursos tecnológicos e a sua apropriação no tempo e espaço. Novas Tecnologias da Informação e Comunicação; Aplicações das TIC em todas as áreas do conhecimento; Aspectos sociais, éticos, legais e profissionais; Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); programas educativos. Evolução Social e Tecnológica; Tecnologia da Informação (TI). Sustentabilidade Verde.

Bibliografia Básica:

1. AKABANE, Getúlio K. Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012.
2. CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
3. SILVA FILHO, Cândido Ferreira da; SILVA, Lucas Frazão (Orgs.) Tecnologia da informação e gestão do conhecimento. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. FOINA, Paulo Rogério. Tecnologia da informação: planejamento e gestão. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
2. POLIZELLI, Demerval L. (Org.) Sociedade da informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008
3. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
4. ROSINI, Alesssandro Marcos. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage Learning, 2012
5. SANTOS, Aldemar de Araújo. ERP e sistemas de informações gerenciais. São Paulo: Atlas, 2013.

Bioquímica Clínica: Análise de metabólitos bioquímicos que possibilitem auxiliar o diagnóstico e monitoramento de patologias relacionadas ao metabolismo glicídico, lipídico, proteico. Importância clínica e avaliação laboratorial das proteínas séricas totais e albumina sérica, alterações nos perfis eletroforéticos de proteínas séricas, marcadores renais, hepáticos, bilirrubinas e diagnóstico de icterícias, enzimologia clínica, marcadores tumorais, marcadores do metabolismo ósseo, marcadores cardíacos séricos no infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus, dislipidemias, hormonais, alterações no metabolismo dos eletrólitos e equilíbrio ácido-base e gasometria. Automação em Bioquímica Clínica.

Bibliografia Básica:

1. BERG, Jeremy Mark; TYMOCZKO, John L.; STRYER, Lubert. Bioquímica. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. LEHNINGER, Albert Lester; COX, Michael M. Princípios de Bioquímica. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2011.
3. PINTO, Wagner de Jesus. Bioquímica clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7 ed. São Paulo: Blucher, 2011.
2. HARVEY, Richard A.; FERRIER, Denise R. Bioquímica ilustrada. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. KANAAN, Salim; GARCIA, Maria Alice Terra. Bioquímica clínica. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
4. LODI, Wilson Roberto Navega; RODRIGUES, Vanderlei. Bioquímica: do conceito básico à clínica. São Paulo: Sarvier, 2012.
5. MOTTA, Valter Teixeira. Bioquímica clínica para o laboratório: princípios e interpretações. 5.ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2009.

Microbiologia Clínica: Métodos para isolamento e identificação dos principais agentes causadores de infecções, visando ao diagnóstico, controle e prevenção da disseminação de agentes patogênicos, com ênfase nas doenças bacterianas, hepatites virais e viroses emergentes. Coleta, transporte e armazenamento de amostras clínicas. Controle de qualidade no Laboratório de Microbiologia clínica. Rotina para culturas de secreções, fezes, urina, escarro, sangue, líquido cefalorraquidiano, transudatos e exsudatos. Antimicrobianos e testes de sensibilidade. Automação em Microbiologia. Elaboração de

diagnósticos laboratoriais a partir da coleta, cultivo, isolamento, identificação e sensibilidade de bactérias patogênicas de amostras de material clínico.

Bibliografia Básica:

1. BARBOSA, Heloiza Ramos; TORRES, Bayardo Baptista. Microbiologia básica. São Paulo: Atheneu, 2010.
2. GOERING, Richard V.; DOCKRELL, Hazel M.; ZUCKERMAN, Mark; CHIODINI, Peter L. Mims: microbiologia médica. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
3. MURRAY, Patrick R. Microbiologia médica básica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

Bibliografia Complementar:

1. ENGELKIRK, Paulo G. Burton: microbiologia para ciências da saúde. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. INGRAHAM, John L.; INGRAHAM, Catharine. Introdução à microbiologia: uma abordagem baseada em estudos e casos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
3. MENEZES, Paulo Murillo. Bacteriologia e micologia: para laboratório clínico. Rio de Janeiro: Revinter, 2006
4. MURRAY, Robert K.; ROSENTHAL, Ken S.; PFLER, Michael A. Microbiologia médica. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010
5. TORTORA, Gerald J.; FUNKE, Berdell H.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso I: Fundamentos sobre planejamento e execução de projetos de pesquisa. Critérios sobre a elaboração e apresentação de monografia de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC-I), de acordo com as normas da ABNT. Pesquisa bibliográfica, percurso metodológico frente à questão de pesquisa, Ética em pesquisas envolvendo seres humanos e animais, Redação científica, leitura de artigos científicos, elaboração de projeto de pesquisa. Apresentação e definição dos temas a serem desenvolvidos.

Bibliografia Básica:

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
2. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

3. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearsn Prentice hall, 2008.
3. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever: artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2015
4. AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia científica ao alcance de todos. 3.ed. São Paulo: Manole, 2013.
5. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas II (ESOAC-II): Práticas integradas em vivências da rotina do Laboratório de Análises Clínicas, relacionando a prática com os conteúdos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, viabilizando o relacionamento ético-profissional e interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

1. FERREIRA, Antonio Valter; MORAES, Sandra do Lago. Diagnóstico laboratorial: das doenças infecciosas e autoimunes. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
2. NALINI, Ética geral e profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
3. VERMELHO, Alani Beatriz; PEREIRA, Antonio Ferreira; COELHO, Rosalie Reed Rodrigues [et.al.] Práticas de microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BAYNES, Marek H. Bioquímica médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010
2. COMPRI-NARDY, Mariane B.; STELLA, Mércia Breda; OLIVEIRA, Carolina de. Práticas de laboratório de bioquímica e biofísica: uma visão integrada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
3. FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

4. MURRAY, Robert K.; ROSENTHAL, Ken S.; PFLER, Michael A. Microbiologia médica. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
5. AZEVEDO, Maria Regina Andrade de. Hematologia básica: fisiopatologia e diagnóstico laboratorial. 6.ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2019.

Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD): Introdução geral à Bioética. Bioética: origens, desenvolvimento e perspectivas. Introdução ao estudo de casos. O Princípio da Autonomia. Consentimento informado, privacidade e confidencialidade. Ética e genética molecular. Os comitês de ética em pesquisa em seres humanos. Os comitês de ética hospitalar. Ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Reprodução assistida e medicina reprodutiva. Medicina estética e fertilidade. Problemas éticos da morte e do morrer. Pesquisa em animais e ética. A relação do profissional de saúde com o paciente: modelos. Normas de pesquisa em saúde (Brasil).

Bibliografia Básica:

1. DE SÁ, A. L. Ética Profissional. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
2. VALLS, A. L. M. O que é ética? 9ª Ed./23ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2012.
3. Código de Ética da Profissão Biomédica. Conselho Federal de Biomedicina. Resolução Nº. 198, de 21 de fevereiro de 2011.

Bibliografia Complementar:

1. BELLINO, Francesco. Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. São Paulo: EDUSC, 1997.
2. BONAMIGO, Elcio Luiz. Manual de bioética : teoria e prática. São Paulo: All Print, 2010.
3. COSTA, Sérgio Ibiapina Ferreira. Iniciação à bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.
4. MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas, 2010.
5. MORI SARTI, Flávia. Ética, pesquisa e política sociais. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

8º PERÍODO

Trabalho de Conclusão de Curso II: Elaboração de trabalho de conclusão de curso: coleta de dados, análise e interpretação dos dados, elaboração do relatório final. Apresentação do

trabalho de conclusão de curso. Elaboração de artigo científico, elaboração da apresentação para banca.

Bibliografia Básica:

1. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.
2. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014
3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. GIL, Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, tese e estudo de caso com base na metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012
4. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
5. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas III (ESOAC-III): Práticas integradas em vivências da rotina do Laboratório de Análises Clínicas, relacionando a prática com os conteúdos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, viabilizando o relacionamento ético-profissional e interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

1. MURRAY, Michael A. Microbiologia médica. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
2. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7.ed. São Paulo: Blucher, 2011.
3. MC PHERSON,. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21. ed. São Paulo: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. BAYNES, Marek H. Bioquímica médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
2. CISTERNAS, Osmar. Fundamentos teóricos e práticas em bioquímica. São Paulo: Atheneu, 2011.
3. MENEZES, Paulo Murillo. Bacteriologia e micologia: para laboratório clínico. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.
4. MOTTA, Valter Teixeira. Bioquímica clínica para o laboratório: princípios e interpretações. 5.ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2009.
5. MURRAY, Michael A. Microbiologia médica. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

OPTATIVAS

Análise Econômica e Políticas Públicas: Analisa a evolução da administração pública no Brasil e em várias partes do mundo. Analisa as tendências e paradigmas da administração pública gerencial, com destaque para os seguintes temas: globalização, governança, eficiência, eficácia, equidade, transparência, accountability, parcerias, relações intergovernamentais e gestão em redes. Conceitos de políticas públicas. Abordagens teóricas do estudo das políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.

Bibliografia Básica:

1. BERNARDONI, D. L. Planejamento e orçamento na administração pública. 2 Ed. Revisada. Atualizada. Curitiba: Obpex. 2010. Série Gestão Pública). ISBN: 978-85- 7838-717-4.
2. FARIAS NETO, Pedro Sabino de. Ciência Política: enfoque integral avançado. São Paulo: Atlas, 2011.
3. MEIRELLES, H..L. Licitações e Contratos Administrativos. Ed. 15. Editora Malheiros. 2010 - ISBN 9788574209838.

Bibliografia Complementar:

1. BENTO, L. V. Governança e governabilidade na reforma do estado entre eficiência e democratização. Barueri, São Paulo: Manole, s.d.
2. CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise e investimentos. São Paulo: Atlas, 2010
3. CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação. São Paulo: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual. E-book)
4. FERREIRA, Marcelo. Manual básico de análise econômica. Curitiba: Intersaberes, 2019 (Biblioteca virtual. E-book)
5. NASCIMENTO NETO, Paulo. Gestão de políticas públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos. Curitiba: Intersaberes, 2021 (Biblioteca virtual. E-book).

Áreas de Atuação Profissional em Biomedicina (Regulamentadas pelo Conselho Federal de Biomedicina – CFBio): Apresentar ao acadêmico de Biomedicina uma ampla visão sobre a profissão, suas habilitações áreas de atuação, contextualizando com mercado de trabalho. Entidades responsáveis pela fiscalização e exercício da profissão biomédica. Resoluções Federais e Estaduais sobre a regulamentação da profissão Biomédica. Educação Ambiental, gerenciamento de resíduos e sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL, BRASIL. Biomedicina: um painel sobre o profissional e a profissão. Brasília: Conselho Regional de Biomedicina, 2009. Arquivo digital. (http://www.crbm1.gov.br/livrocrbm_040509.pdf).
2. CARDOSO, B. M. de Albuquerque. Biossegurança: estratégias de gestão de riscos, doenças emergentes e reemergentes - impactos na Saúde Pública. São Paulo: Santos, 2012.
3. BARSANO,. Biossegurança: ações fundamentais para promoção da saúde. São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia Complementar:

Educação Ambiental: Histórico da Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação Ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
2. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010.
3. SEIFFEIRT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BARCELOS, Valdo. Educação ambiental: sobre princípios, metodologia e atitudes. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes: 2008.
2. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes: 2009.
3. PEDRINI, Alexandre de Guamão; SAITO, Carlos Hiroo. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. Rio de Janeiro; Vozes, 2014.
4. PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI no Brasil e no mundo. São Paulo: Blucher, 2010.
5. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumental, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (EAD): Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais brasileira – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Práticas Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica:

1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
2. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; [et al.]. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar:

1. CARVALHO, RositaEdler. A nova LDB e a educação especial. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.
2. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Alice Cristina L. Novo dicionário deit-Libras: sinais de A a Z. 2vols. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
3. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
4. _____. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
5. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência: A disciplina analisa a educação das relações étnico-raciais na multiplicidade de temas conceitos, fontes e metodologias que a subsidiam. Enfatizam-se os seguintes tópicos: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; efeitos psicossociais do racismo; relações étnico-racial nas medidas socioeducativa.

Bibliografia Básica:

1. ALVES, M. T. G.; FRANCO, C.A pesquisa em eficácia escolar no Brasil; evidências associadas à eficácia escolar. In: SOARES, J. F.; BROOKE, N. Pesquisa em eficácia escolar; origem e trajetórias. Belo Horizonte; Editora da UFMG, p. 482-500.
2. BATISTA, A. A. G.; RIBEIRO, V. M. (2004). Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. Educação e Realidade, Porto Alegre, jul./dez. 2004.
3. CRAHAY, M. Poderá a escola ser justa e eficaz? Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

Bibliografia Complementar:

- 1.DUBET, F. (2003) A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul 2003.
- 2.DUBET, F. (2004) O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set/dez.2004. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>.

- 3.ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável . Caderno de Pesquisa, Ago 2012, vol.42, no.146, p.640-666. ISSN 0100-1574
- 4.MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Orgs.) Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- 5.KAZTMAN, E.; RIBEIRO, L. Q. A cidade contra escola? Segregação urbana e desigualdades em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2008.

Tópicos Especiais: Componente curricular que articula formação científica e profissional, planejado a cada semestre, visando favorecer o aperfeiçoamento de conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos em períodos anteriores, a integração e síntese pessoal dos conhecimentos adquiridos, levando o estudante a pensar criticamente sobre os conteúdos estudados, garantindo uma visão pluralista do pensamento contemporâneo e uma formação não fragmentada, que possa propiciar a integração crítica dos conceitos, a ampliação das perspectivas sobre as possibilidades de atuação profissional, e a capacitação para a autonomia do estudante.

Bibliografia Básica:

1. GARCIA, M. A. T.; KANAAN, S. Bioquímica Clínica. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
2. COX, M.M.; DOUDNA, J.A.; O'DONNELL, M. Biologia molecular: princípios e técnicas. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. PASTORE, G. M. B.; J. L.; MARÓSTICA JUNIOR, M. R. Biotecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. Vol. 12. 1ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

Bibliografia Complementar:

1. BURTIS, C. A.; ASHWOOD, E. R.; BRUNS, D. E. Tietz fundamentos de química clínica. 6ª Ed.. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
2. CHANDAR, N.; VISELLI, S. Biologia celular e molecular ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. 9ª ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2012.
4. ANVISA. Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos. IV Edição; Instituto Adolfo Lutz, Brasília; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde, 2008.
5. GAVA, A. J. Tecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. São Paulo: Nobel, 2009.

Empreendedorismo e Inovação (EAD): Empreendedorismo: características; oportunidades; desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Novos paradigmas. Administração do crescimento da empresa. Prospecção Empresarial. Plano de Negócios. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Vendas. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais. Marco Legal de Empresas. Linhas de Financiamento. Empreendedorismo Sustentável.

Bibliografia Básica:

1. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014
2. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006.
4. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
5. SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Filosofia e Ética: Fundamentos da Filosofia: Filosofia, Ética e moral; A questão do conhecimento e da argumentação. Fundamentos filosóficos da moral. Teorias morais. Ética aplicada: A questões da ética aplicada nos negócios empresariais; A crise moral nas organizações. A argumentação moral nas organizações; Responsabilidade Social e Moral. Ética profissional e o código de ética profissional.

Bibliografia Básica:

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: introdução à filosofia*. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2009.
2. BUZZI, Arcângelo R. *Filosofia para principiantes*. 18.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
3. CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 14.ed. São Paulo: Ática, 2010.

Bibliografia Complementar:

1. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Rideel, 2005.
2. MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto (Coord.) *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008.
3. MATTAR, João. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
4. MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
5. MARCONDES, Danilo; FRANCO, Irley. *A filosofia: o que é? Para que serve?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

English for the Job Market (EAD): Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

Basic bibliography:

1. MURPHY, Raymond. *Essential grammar in use com respostas*. (Gramática básica da língua inglesa). 2.ed. São Paulo: Martins, 2010.
2. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; COSTA, Gisele C. da. [et al.] *Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental*. 2.ed. São Paulo: Disal, 2010.
3. SWICK, Ed. *A prática leva à perfeição: gramática prática da língua inglesa para estudantes de inglês (nível básico)*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

Complementary bibliography:

1. COLLINS, W & Son. *Dicionário Português-Inglês / Inglês-Português*. São Paulo: Siciliano, 2011.
2. DAVIES, Ben Parry. *O ABC do inglês: nível intermediário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
3. IGREJA, José Roberto A. *Como se diz em inglês? Termos coloquiais, expressões comuns e curiosidades da língua inglesa*. São Paulo: Disal, 2010.

4. SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: focos em estratégias. São Paulo: Disal, 2012.
5. SILVA, Andrea Stahel M. da. Passaporte: guia de conversação (inglês). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil (EAD): Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and politics ethics. Management and entrepreneurship.

Basic bibliography:

1. BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011
2. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011
3. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017.

Complementary bibliography:

1. CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford Uk, 2007
2. DRESNER, Simon. Thi principles of sustainability. New York: Routledge, 2008
3. HOLSTON, James. Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009
4. SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights: a fragile hegemony. IN.: CREPEAU, Françoisde Sheppard. Human rights and diverse societies: challenges and possibilities. Newcastle: Cambrigde Schlars Publishing, 2013
5. SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentals ethics. Oxford: Oxfor Uk, 2011

1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES

1.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares exigidos nas DCNs

A formação em Biomedicina requer conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, abrangendo, além de pesquisa, gestão e empreendedorismo, as seguintes ciências, de forma integrada e interdisciplinar:

I - Ciências Exatas - incluem-se os processos, os métodos e as abordagens físicos, químicos, matemáticos e estatísticos como suporte à biomedicina.

Epidemiologia e Bioestatística (EAD) CH 88h. Metodologia do Trabalho Científico (EAD) CH 88h.

II - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, microbiológicos, imunológicos e genética molecular em todo desenvolvimento do processo saúde-doença, inerentes à biomedicina.

Aspectos Morfofuncionais CH 66h. Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano CH 66h. Funções Biológicas CH 66h. Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo CH 66h. Mecanismo de Agressão e Defesa CH 66h. Processos Patológicos CH 66h. Parasitologia e Doenças Tropicais CH 66h.

III - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo.

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I CH 66h; Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD) CH 88h. Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II CH 66h. Sociologia e Antropologia (EAD) CH 88h. Ética Profissional, Gestão e Controle da Qualidade CH 66h. Psicologia em Saúde (EAD) CH 88h. Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) CH 88h. Optativa CH 88h.

IV - Ciências da Biomedicina – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com a saúde, doença e meio ambiente, com ênfase nas áreas de citopatologia, genética, biologia molecular, eco-epidemiologia das condições de saúde e dos fatores predisponentes à doença e serviços complementares de diagnóstico laboratorial em todas as áreas da biomedicina.

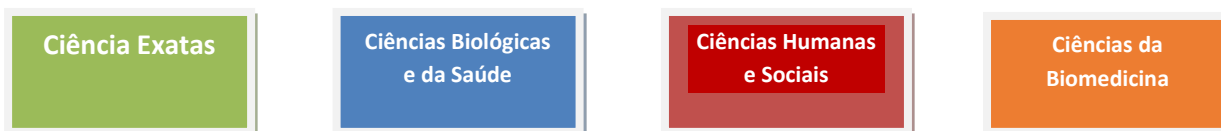
Mecanismos Imunológicos Avançados CH 66h. Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico CH 66h. Bromatologia e Análise de Alimentos CH 66h. Farmacologia e Análises

Toxicológicas CH 66h. Análises Ambientais CH 66h. Diagnóstico por Imagem CH 66h. Biotecnologia e Bioinformática Aplicadas à Saúde CH 66h. Citologia Clínica CH 66h. Hematologia e Banco de Sangue CH 66h. Reprodução Humana Assistida CH 66h. Hematologia Clínica CH 66h. Imunologia Clínica e Testes Sorológicos CH 66h. Parasitologia Clínica e Urinálise CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas I (ESOAC-I) CH 242h. Bioquímica Clínica CH 66h. Microbiologia Clínica CH 66h. Trabalho de Conclusão de Curso I CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas II (ESOAC-II) CH 242h. Trabalho de Conclusão de Curso II CH 66h. Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas III (ESOAC-III) CH 176h.

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos, aponta para quatro ciências articuladas entre si:

- I) Ciências Exatas;
- II) Ciências Biológicas e da Saúde;
- III) Ciências Humanas e Sociais
- IV) Ciências da Biomedicina.

Vale ressaltar que esses quatro eixos e os conteúdos curriculares que os mesmos ensejam estão organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.



1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período
Aspectos Morfofuncionais	Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo	Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico	Análises Ambientais	Biotecnologia e Bioinformática Aplicadas à Saúde	Hematologia Clínica	Bioquímica Clínica	Trabalho de Conclusão de Curso II
Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano	Mecanismo de Agressão e Defesa	Bromatologia e Análise de Alimentos	Diagnóstico por Imagem	Citologia Clínica	Imunologia Clínica e Testes Sorológicos	Microbiologia Clínica	Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas III (ESOAC-III)
Funções Biológicas	Processos Patológicos	Farmacologia e Análises Toxicológicas	Ética Profissional, Gestão e Controle da Qualidade	Hematologia e Banco de Sangue	Parasitologia Clínica e Urinálise	Trabalho de Conclusão de Curso I	

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II	Mecanismos Imunológicos Avançados	Parasitologia e Doenças Tropicais	Reprodução Humana Assistida	Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas I (ESOAC-I)	Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises Clínicas II (ESOAC-II)	
Leitura, Interpretação e Produção Textual (EAD)	Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	Sociologia e Antropologia (EAD)	Psicologia em Saúde (EAD)	Epidemiologia e Bioestatística (EAD)	Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD)	Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional (EAD)	

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de **educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural** serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

1.6 METODOLOGIA

1.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação:

aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse

pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

- **Estudo Individualizado:** apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- **Estudo Mediado:** a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;
- **Estudo Mobile:** dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, conseqüentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias. Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade.

A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e

exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problematização; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

- As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCC ocorrerão no pólo EAD sob tutoria. Sendo, portanto, assim definidas:

- Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;

- Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;

- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

- Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação; TCC: um trabalho acadêmico para a avaliação final para contemplar os aspectos da formação universitária.

1.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias



Para a IES a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os

mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.
- Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.



Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como

apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

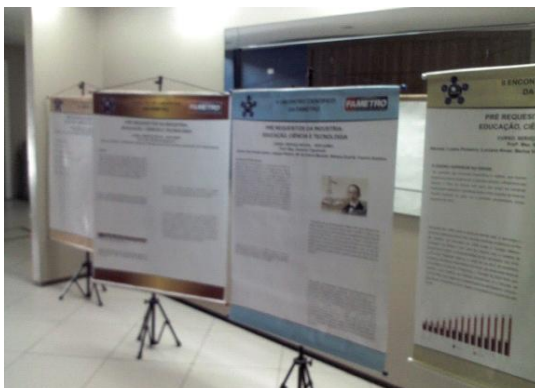
Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o **planejamento de projetos** que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

- Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.
- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdo, ou treino de habilidades específicas
- Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento

pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.



- Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.
- Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática



- Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas é o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.
- Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.
- Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.



Aulas Práticas em Laboratórios, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

- As aulas práticas: nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios de química, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área de química.

- As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com

técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

1.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da IES, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdo, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na IES, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;

- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será

destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a IES entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação

Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade

política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A

educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o

compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

SEGUEM ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O PAPEERI-PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUCIONAL, abaixo relacionadas:

MARCO LEGAL, METAS E ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO:

Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade **que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico,** que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

MET 01 - Conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI;

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços

META 02 - A Extensão da IES deve ser caracterizada por:

I-PROGRAMAS: a IES possui o PAPEERI;

II-PROJETOS: os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO

TODAS AS DISCIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);

III-CURSOS E OFICINA: devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

IV-EVENTOS: que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

V-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

Art. 11 A auto avaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados no auto avaliação continuada da extensão.

META 03 - A auto avaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de

Avaliação-CPA, com os objetivos

a) Melhoria contínua

b) Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.

Art. 12 Art. 12 A avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;

Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Art. 13 Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

I - a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;

II - o planejamento e as atividades institucionais de extensão;

III - a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;

IV - as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;

V - a política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;

VI - a previsão das estratégias de financiamento das atividades de extensão.

META 04 - METODOLOGIA DO PAPEERI

Os projetos do PAPEERI devem ter duração de um ano (1º. E 2º. Semestre de cada ano):

Atividade do projeto durante o 1º. Semestre:

I-CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- Perfil étnico racial na comunidade.
- Perfil de educação ambiental na comunidade.
- Direitos humanos e educação indígena (quando for o caso).

II-LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DA COMUNIDADE

- Com base em questionário previamente elaborado pelos cursos do envolvidos no projeto.
- Atividade interdisciplinar com base em PESQUISA BIBLIOGRÁFICA relacionando os conteúdos das disciplinas a serem trabalhados no projeto e contemplando os eixos ÉTNICO RACIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS.

III-CONTIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR, na qual cada disciplina deve apresentar o conteúdo da ementa a ser trabalhado no projeto;

Cada disciplina tem que propor 1 objetivo específico para contribuir com o projeto E relacionar com os resultados a serem alcançados para atender ao objetivo proposto;

Atividade do projeto durante o 2º. Semestre:

I-INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE PELOS CURSOS ENVOLVIDOS NO PROJETO, RELACIONANDO TEORIA E REALIDADE.

-Responsável: colegiado dos cursos e coordenadores.

-Submissão do projeto e aprovação do Comitê de Ética.

II-INTERVENÇÃO

- Aplicar a proposta do projeto na comunidade.
- Responsáveis: Alunos e docentes (tutor).

III-PRODUTO FINAL DO PROJETO: ARTIGO

Deve ser elaborado pelos docentes tutores e mais os das outras disciplinas do período.

Apresentação dos resultados das atividades, **explicitando os benefícios na comunidade e o sentimento do discente como agente transformador da teoria e da realidade** no Seminário de Extensão e Iniciação Científica da IES.

Será organizada uma coletânea de todos os artigos do PAPEERI e publicados em e-book.

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

META 05-As atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

META 06-Deve constar no Regimento Interno da IES, a obrigatoriedade de registro no histórico do discente (NOTA E CARGA HORÁRIA).

Art. 17 As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

META 07-Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento das atividades de Extensão.

1.6.7 Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem

De acordo com a Portaria Normativa MEC n.22/2017, o PPC deve prever as atividades presenciais obrigatórias capazes de contribuir para a construção do perfil que atenda as competências e habilidades exigidas pelas DCNs do curso, informando quais serão as atividades presenciais obrigatórias, onde ocorrerão com qual carga horária e competências e habilidades a serem desenvolvidas.

O art.8º da Portaria Normativa MEC n. 11 de 20/06/2017, dispõe que as **atividades presenciais são**: tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais de laboratório, defesa de trabalhos, realizadas na sede da IES, nos pólos EAD ou em ambiente profissional. A **tutoria presencial é**: o momento em que o tutor presencial auxilia os alunos no uso dos materiais recebidos para as atividades presenciais, *participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios, visitas técnicas, estágios supervisionados e defesa de TCC.* Assim, descritas conforme tabela a seguir:

Atividades Presenciais obrigatórias referentes às disciplinas ofertadas em EAD	Competências ou Habilidades do Perfil de Egresso abrangidas com as atividades presenciais	Local da atividade presencial obrigatória	Carga Horária destinada à atividade presencial
<p>Avaliações</p> <p>N1 - Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem Interdisciplinar dos conteúdos das disciplinas aplicadas no contexto regional; • Painel Integrado – Apresentações das discussões e apontamentos construídos no âmbito do desenvolvimento do trabalho acompanhado pelo tutor. <p>N2- Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os alunos deverão participar de fórum na MODALIDADE PRESENCIAL apresentando as atividades interdisciplinares relacionadas ao conteúdo da disciplina, contexto regional e de acordo com o PAPEERI • Produção de banner digital para entrega e discussão por intermédio da tutoria nos fóruns das disciplinas. • A avaliação N2 de todas as disciplinas EAD também será presencial, onde o aluno agendará um horário para realizar a avaliação nos laboratórios de informática 	<p>- cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação;</p> <p>- tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;</p> <p>- liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;</p> <p>- pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde;</p>	<p>No Pólo intermediada pelos tutores presenciais em Salas de tutoria</p>	<p>30h - (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação)</p>
<p>Aulas práticas de laboratório do curso</p>	<p>Não se Aplica</p>	<p>Não se Aplica</p>	<p>Não se Aplica</p>
<p>Visitas Técnicas</p>			

	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
<p>Tutoria presencial</p> <p>O tutor cumpre papel fundamental em todas as atividades do curso EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos.</p> <p>Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso.</p> <p>Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa.</p> <p>A atividade presencial será acompanhada por tutores. O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial.</p> <p>O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades:</p> <p>- Tutoria presencial 1. Momento tira dúvidas no acompanhamento das disciplinas em cada semestre. Com a presença de tutor de disciplina.</p> <p>- Tutoria presencial 2. Alinhamento das atividades interdisciplinares – N1, troca de ideias e momento tira dúvidas</p> <p>- Tutoria presencial 3. Alinhamento das atividades interdisciplinares– N2,</p>	<p>- cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação;</p> <p>- tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;</p> <p>- liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;</p> <p>- pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde;</p>	<p>No Pólo intermediada pelos tutores presenciais em Salas de tutoria</p>	<p>Cada Atividade de Tutoria Presencial será realizada em 3 encontros de 4h.</p> <p>Tutoria 1 – 3 Encontros de 4h (12h)</p> <p>Tutoria 2 – 3 Encontros de 4h (12h)</p> <p>Tutoria 3 – 3 Encontros de 4h (12h)</p>

troca de ideias e momento tira dúvidas			
Estágio supervisionado	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Defesa de TCC	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica

Carga horária total de atividades presenciais	Percentual de disciplinas EAD na carga horária do curso
66 h de atividades presenciais por disciplina	21,7%

1.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado do curso

De acordo com a DCN do curso de Biomedicina, a formação do biomédico deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total do curso de graduação em Biomedicina proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

1.7.2 Áreas de Estágio, Período, Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do Estágio.

O estágio curricular poderá ser realizado na Instituição de ensino superior e/ou fora dela, em instituição/empresa credenciada, com orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programação previamente definida em razão do processo de formação. O Estágio Curricular Supervisionado corresponde à carga horária total de 660 horas, oferecidas para os acadêmicos do 6º, 7º e 8º Semestres do Curso de Bacharelado em Biomedicina, subdivididos nas seguintes áreas de concentração das análises clínicas:

- Bioquímica Clínica
- Hematologia Clínica

- Imunologia Clínica
- Microbiologia Clínica
- Parasitologia
- Urinálise

Observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso. A divisão dos estágios na matriz curricular está da seguinte forma:

- a. 6º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises clínicas I (242h);
- b. 7º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises clínicas II (242h);
- c. 8º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises clínicas III (176h).

1.7.3 Convênios para estágio supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada. Dessa forma, a IES possui convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de saúde.

1.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientador do Estágio Supervisionado

As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. Ademais, os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

1.7.5 Forma de supervisão do estágio supervisionado

A supervisão e a avaliação serão realizadas diretamente pelos dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. A co-responsabilidade da instituição estará sempre envolvida nesse processo, observando o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário.

1.7.6 Forma de coordenação do estágio supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

1.7.7 Práticas do estágio e estratégias para a gestão da integração entre o ensino e o mundo do trabalho

O Curso de Biomedicina possui uma estratégia para integrar essas atividades considerando as competências e perfil do egresso preconizado pela DCN.

O Estágio Curricular Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, o qual se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do estudante.

- a. A carga horária realizada poderá ser validada para fins de cumprimento das Atividades Complementares que integram a estrutura do curso;
- b. A carga horária realizada poderá ser utilizada para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades do estágio extracurricular sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento;
- c. Para que a integralização do estágio não-obrigatório ocorra o aluno deve trazer o termo de compromisso ou contrato assinado original para conferência juntamente com uma cópia;

O estudante que realiza atividades profissionais (estágios com ou sem remuneração) em Organizações, Empresas ou Instituições públicas ou privadas, Programas de Iniciação Científica, pode requerer aproveitamento para validar até 50% da carga horária do estágio curricular desde que as atividades realizadas sejam compatíveis com a modalidade na qual o aluno deseja aproveitamento. Para que a integralização das atividades profissionais ocorra o aluno deve trazer:

- Cópia do contrato ou termo de compromisso mais original para conferência ou;
- Cópia da carteira assinada mais original para conferência;
- Declaração contendo as atividades realizadas durante a atividade profissional assinada pelo empregador/supervisor/orientador

1.7.8 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

A gestão dos insumos e materiais serão coordenados pela Coordenação de Curso e equipe multidisciplinar atuante nos laboratórios específicos, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

Regulamento do Estágio Supervisionado

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

O Projeto Pedagógico do Curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, deve ainda possibilitar o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional, objetivando, o desenvolvimento do educando para a vida e para o trabalho, a partir da troca de experiência, fazendo com que o novo profissional torne-se mais preparado para atuar em diferentes áreas e lidar com a complexidade da realidade cotidiana.

A presente normatização visa estabelecer as diretrizes gerais que regem o Estágio Curricular Supervisionado da IES, com o objetivo de orientar as ações de professores e alunos no campo do estágio. Assim, contém a metodologia e sistemática para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado e o papel de todos os envolvidos neste processo.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 1. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

- I) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
- II) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).

III - DA DEFINIÇÃO

Art. 2. Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso, podendo ser realizado em duas modalidades, a saber:

Curricular obrigatório: é aquele definido no Projeto Pedagógico dos Cursos, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.

Curricular não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no curso por não ser supervisionado. Pode ser considerado como Atividade Complementar de acordo com regulamento apropriado da IES.

IV- DA CARGA HORÁRIA

Art. 3. O estágio supervisionado curricular deverá ser cumprido pelo aluno com carga horária total de 660 (seiscentos e sessenta) horas.

V - DOS OBJETIVOS

Art. 4. É definido como Objetivo Geral do estágio:

I) Proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 5. Para o estágio são estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos:

I) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;

II) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;

III) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;

IV) Possibilitar a aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

V) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;

VI) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;

VII) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;

VIII) Permitir ao aluno vivenciar o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

IX) Favorecer a participação do aluno em atividades de pesquisa.

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art.6. A disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório é oferecida para os acadêmicos do 6º, 7º e 8º Semestres do Curso de Bacharelado em Biomedicina, subdivididos nas seguintes áreas de concentração das análises clínicas:

- Bioquímica Clínica

- Hematologia Clínica
- Imunologia Clínica
- Microbiologia Clínica
- Parasitologia
- Urinálise

- a. 6º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises clínicas I (242h);
- b. 7º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises clínicas II (242h);
- c. 8º PERÍODO: Estágio Supervisionado Obrigatório em Análises clínicas III (176h).

Essa subdivisão em áreas de concentração têm como objetivo propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver a prática da Biomedicina nas diversas áreas que caracterizam as análises clínicas laboratoriais exigidas pelo Conselho Regional de Biomedicina como requisito para expedição da carteira de habilitação biomédica para exercício da profissão.

O acadêmico estagiário será avaliado em todas as etapas do estágio, sendo, ao final de cada , atribuída uma nota. Ao término desse processo, será obtida uma média final de todas as etapas cursadas, que deverá ser igual ou maior que 5,0 (cinco) para fim de aprovação na disciplina.

Os grupos serão formados pela divisão aleatória do conjunto de alunos matriculados na disciplina, respeitando a relação de, no máximo 06 alunos por professor supervisor.

Art. 7. Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação de Curso e orientação e supervisão do professor de estágio.

Art. 8. Fica a cargo da coordenação de estágio a escolha da organização para realização do estágio.

Art. 9. O aluno poderá realizar o estágio no seu local de trabalho, desde que desempenhe atividades relacionadas à sua área de formação exceto em empresa de sua propriedade, pois o aluno não pode se auto-supervisionar.

Art. 10. Os estágios ocorrerão após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a IES.

Art. 11. O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharelado em Biomedicina será integralizado após o aluno/estagiário cumprir a carga horária em todas as áreas de concentração.

I. Não haverá prorrogação nem antecipação do Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo o aluno/estagiário concluir a programação dentro do prazo estabelecido;

II. O aluno/estagiário que, por qualquer motivo, deixar de freqüentar a uma área de atuação, não poderá concluir o curso enquanto não cumprir a carga horária da mesma.

III. Não será permitido ao aluno/estagiário a interrupção ou abreviamento do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso.

IV. Serão considerados feriados (dias sem atividades) somente os que constam do calendário oficial da IES.

V. Cada aluno/estagiário deverá, diariamente, por ocasião de sua entrada e saída, assinar o livro ponto de frequência que ficará sob a responsabilidade do Professor Supervisor da área de atuação.

VI. Será dada uma tolerância de 10 (dez) minutos de atraso no registro da frequência diária. Após esse prazo, o aluno será considerado ausente para fins de registro de presença, acarretando em falta no 1º tempo de aula e perda de ponto no critério pontualidade.

VII. Todo horário não cumprido (atraso, saída antes do término das atividades, falta justificada) deverá ser comunicado com antecedência, por escrito, ao Professor Supervisor da área de atuação.

VIII. A justificativa à falta só será aceita pelo Professor Supervisor, mediante abono de faltas segundo os critérios previstos em Lei.

IX. A pontualidade, a assiduidade e a participação serão consideradas como fatores de avaliação do aluno/estagiário.

X. Cada aluno terá 25% de ausências permitidas na disciplina. O aluno que se ausentar mais de 25% de carga horária em cada área de concentração da disciplina será automaticamente reprovado por faltas na respectiva área.

XI. Será atribuída uma nota pela frequência conforme o critério dos 25% de ausências permitidas.

XII. Para prevenção de diversas patologias, todos os alunos deverão atualizar suas carteiras de vacinação (tríplice do adulto, tétano, hepatite, febre amarela) e apresentá-las ao Professor Supervisor para conferência.

Art. 12. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 13. O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 14. Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 15. Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

Art. 16. A realização do estágio se processará em diferentes etapas nas quais o aluno será avaliado a partir do desenvolvimento de um plano de atividades (anexo) que deverá ser elaborado e desenvolvido com o acompanhamento de um preceptor.

Art. 17. Estão previstos para a realização dos estágios encontros periódicos sob orientação do professor supervisor, objetivando a otimização das experiências do estagiário em formação.

VIII - DAS FUNÇÕES

Art. 18. Do Coordenador do curso:

- a) Contatar as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;
- b) Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
- c) A coordenação de curso indicará um docente do Curso, preferencialmente mestre ou doutor para orientação de estágio.
- d) Apreciar os planos de estágio propostos pelos Professores Supervisores de Estágio;
- e) Realizar reuniões periódicas com o professor supervisor de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- f) Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
- g) Receber ao final de cada semestre do professor supervisor de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular;

Art. 19. Professor Supervisor de Estágio:

- a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Curso;

- b) Fornecer todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;
- c) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo;
- d) Supervisiona as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;
- e) Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;
- f) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
- g) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
- h) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
- i) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
- j) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;
- k) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a IES;
- l) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.
- m) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio;

IX - DAS OBRIGAÇÕES

Art. 20. Da parte concedente

- I) Celebrar convênio e *Termo de Compromisso de Estágio* para realização do Estágio Curricular;
- II) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no transcurso do estágio, para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular;

IV) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES;

V) Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor supervisor da IES aos locais destinados ao estágio;

VI) Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;

VII) Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de fiscalização;

VIII) A jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;

IX) Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 21. Do estagiário:

I) Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;

II) Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;

III) Informar ao Professor Supervisor de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;

IV) Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;

V) Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;

VI) Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.

VII) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência

VIII) Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;

IX) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;

X) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teóricas e práticas que se apresentarem;

XI) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;

XII) Comunicar imediatamente, por escrito ao professor supervisor qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;

XIII) Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 22. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo preceptor do estágio e pelo professor supervisor, no desenvolvimento das ações técnicas; da apreciação dos relatórios de estágio; da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 23. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo.

Art. 24. O aluno deverá cumprir 75% da carga horária do estágio curricular como pré-requisito de aprovação.

Art. 25. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 26. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

NOTAS

Serão atribuídas 2 (duas) notas para a disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório:

- A primeira nota (de zero a dez) será atribuída pelo preceptor do estágio, a partir de formulário próprio (modelo) que pontuará todas as atividades realizadas pelo aluno/estagiário no campo de estágio.

- A segunda nota (de zero a dez) será atribuída pelo professor supervisor do estágio, a partir do relatório final de estágio supervisionado (modelo).

O aluno será considerado aprovado quando atingir a média mínima de 5 (cinco) pontos, a partir do somatório das duas notas (N1+N2), dividido por 2.

XI - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 27. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

I) Encaminhamento de estagiário para empresa concedente

II) Termo de compromisso de estágio

Art. 28. O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, do professor orientador de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 29. O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos dêem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

I) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;

II) As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo educando, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso;

III) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estagiário deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próxima e encaminhar a Gerência da Unidade relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.

XIII CUMPRIMENTO DAS NORMAS

Art. 31. Toda falta ao cumprimento das normas deverá ser notificada por escrito pelo Professor Supervisor que a encaminhará à Coordenação de Estágio;

Art.32. O Professor Supervisor poderá fazer advertências por escrito ao aluno que cometer infrações às Normas do Estágio, sempre que julgar necessário;

Art. 33. Os casos omissos e extraordinários deste manual serão resolvidos pela Coordenação do Estágio, juntamente com a Coordenação do Curso de Biomedicina, obedecendo as resoluções e regimentos internos da IES e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biomedicina do MEC.

Parágrafo Único: O desrespeito às Normas de Estágio implicará em sanções previstas no Regimento Interno da IES.

Anexo I
CURSO DE BIOMEDICINA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
CARTA DE APRESENTAÇÃO

_____, ____ de _____ de 20__

Prezado Senhor (a),

Estamos encaminhando, para sua seleção, o(a)
discente _____ que deseja pleitear uma

vaga para estágio neste estabelecimento, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado(a) sob o n.º _____ e frequentando o ___º Período do Curso de Biomedicina.

Atenciosamente,

Anne Marjorie de Oliveira Leite Alves
Coordenador do Curso Biomedicina

Anexo II
CURSO DE BIOMEDICINA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

ALUNO:			TURMA:	MATRÍCULA	MÊS:
LOCAL DE ESTÁGIO:				ANO/SEMESTRE:	
PRECEPTOR:			MODALIDADE DO ESTÁGIO:		
DIA	HORA ENTRADA	HORA SAÍDA	VISTO DO ALUNO	VISTO DO PRECEPTOR	HORAS DIÁRIAS
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
TOTAL DE HORAL MENSAL					

PRECEPTOR (A) DO ESTÁGIO

ALUNO (A)

Anexo III
CURSO DE BIOMEDICINA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIO-AFETIVA

ALUNO:	TURMA:	MATRÍCULA	MÊS:
LOCAL DE ESTÁGIO:		ANO/SEMESTRE:	
PRECEPTOR:		MODALIDADE DO ESTÁGIO:	

RUIM 1,0	REGULAR 5,0	BOM 7,0	ÓTIMO 9,0	EXCELENTE 10,0
-------------	----------------	------------	--------------	-------------------

Nota da avaliação de desempenho do (a) estagiário (a) conforme conceitos da tabela anterior:

INDICADORES	PONTOS
1. Capacidade de Aprendizagem	
2. Qualidade do Trabalho Realizado	
3. Produtividade	
4. Responsabilidade	
5. Iniciativa	
6. Relacionamento no Trabalho	
7. Cooperação	
8. Conhecimentos Prévios	
9. Multidisciplinaridade	
MÉDIA	

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

1. Capacidade de Aprendizagem	Aprende as tarefas e absorve as informações com rapidez.
2. Qualidade do Trabalho Realizado	Executa as tarefas determinadas de maneira a alcançar a maior precisão possível.
3. Produtividade	A quantidade do trabalho apresentado é compatível com o solicitado ao estagiário.
4. Responsabilidade	Executa as tarefas visando sempre os objetivos propostos no prazo estabelecido.
5. Iniciativa	Sabe resolver sozinho novas situações imprevistas. Frequentemente tem ideias próprias e faz sugestões sobre o trabalho.
6. Relacionamento no Trabalho	Bom entrosamento, tanto individual, quanto em equipe.
7. Cooperação	Disponibilidade, boa vontade.
8. Conhecimentos Prévios	Possui os conhecimentos absorvidos em sala de aula.
9. Multidisciplinaridade	Relação com outras áreas de atuação farmacêutica.

PRECEPTOR (A) DO ESTÁGIO

ALUNO (A)

Anexo IV
ITENS PARA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO

O Relatório Final de Estágio é o resultado escrito de tudo o que foi desenvolvido no Estágio. Deverá ser composto das seguintes partes:

- Capa – seguir modelo - (item II);
- Folha de rosto – seguir modelo (item II);
- Sumário;
- Corpo do relatório – composto pelos seguintes itens, obrigatoriamente: Introdução (uma página), Objetivo geral, Objetivos específicos, Atividades realizadas e Conclusão;
- Referências – nas normas ABNT;
- Anexos (se necessário).

FORMATAÇÃO:

- Capa e folha de rosto com fonte Arial e tamanho 14, em negrito. Texto com fonte Arial e tamanho 11. Títulos em fonte 12 e em negrito;
- As folhas do trabalho devem ser contadas sequencialmente a partir da folha de rosto enumeradas a partir da introdução;
- Espaçamento de linha 1.15.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

NSA

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR- RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

NSA

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.10.1 Carga horária das atividades complementares

Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária de 66 horas. As atividades complementares terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2 Forma de aproveitamento das atividades complementares

De acordo com o regulamento de atividades complementares da IES, ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Nº	Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
1	Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
2	Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
3	Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
4	Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h

5	Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
6	Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
7	Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
8	Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
9	Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h
10	Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
11	Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h
12	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
13	Atividades realizadas como Agente Cívico	Certificado de participação	30h	30h	30h
14	Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h

15	Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
16	Cursos ou atividades de extensão	Certificado de participação	2h	20h	40h

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso, deve-se entregar o comprovante de carga horaria de acordo com o colegiado do curso.

Cursos on-line limitados a 40 h.

1.10.3 Aderência das atividades complementares à formação geral e específica

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, altera-se também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e

habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje, quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

1.10.4 Mecanismos inovadores na regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares.

Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

- I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;
- I. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;
- II. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;
- III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
- IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;
- V. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

- a. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- b. O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

Com vistas ao fomento no acompanhamento e incorporação de inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão serão consideradas integralmente as atividades em os alunos estejam vinculados a:

- a. Desenvolvimento e/ou registro de patentes;
- b. Desenvolvimento de novos materiais para aplicação nas áreas profissionais vinculadas ao curso;
- c. Desenvolvimento de novos processos para aplicação nas áreas profissionais vinculadas ao curso;
- d. Desenvolvimento de novas metodologias/materiais para o ensino no âmbito do curso ao qual está matriculado visando dinamizar e inovar a sala de aula;
- e. Outros, mediante análise da Coordenação do Curso.

1.10.5 Regulamento das atividades complementares

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
- IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

- III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- I. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- II. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
- III. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- IV. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- V. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas:

- I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- III. participação em atividades beneficentes;
- IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- V. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;
- VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- I. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- II. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- III. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- IV. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- V. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- VI. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- VII. publicações em revistas técnicas;
- VIII. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- IX. estágio não obrigatório na área do curso;
- X. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- XI. trabalho como empreendedor na área do curso;
- XII. estágio acadêmico;
- XIII. participação em visitas técnicas organizadas pela IES;
- XIV. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- XV. participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- XVI. participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

- I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. no grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

1.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

De acordo com a DCN do Curso de Biomedicina é recomendável a elaboração do Trabalho de Conclusão de curso (TCC) pelos estudantes, sendo esse realizado sob orientação de docente da IES. Ao optar pelo TCC, a IES deve fazê-lo de forma regulamentada, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

1.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

O TCC é realizado em dois períodos: 7º período com a disciplina TCC I e 8º período com a disciplina TCC II. Cada disciplina possui carga horária de 66 horas, totalizando assim 132 horas. O produto do TCC no Curso de biomedicina é um artigo científico.

1.11.3 Forma de apresentação do TCC

A forma de apresentação do TCC será um artigo científico, produzido individualmente pelo(s) aluno(s) com orientação de um docente.

1.11.4 Forma de orientação do TCC

Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Biomedicina e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida. Sendo que o TCC precisa ter como tema conteúdo específico da área biomédica.

Poderão ser co-orientadores os docentes da IES ou de outras Instituições de Ensino Superior e de Instituições de Serviço de Saúde com experiência relacionada à temática e à metodologia do TCC.

Estes deverão assinar o termo de compromisso para cada orientação e co-orientação.

São atribuições do orientador de TCC:

- a. Atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;
- b. Preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
- c. Participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
- d. Preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
- e. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

1.11.5 Forma de coordenação do TCC

Da coordenação compete:

I - divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 7º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;

II - divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 7º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;

- III - divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;
- IV - formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 7º período do curso;
- V - elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;
- VI - cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;
- VII - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;
- VIII - mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);
- IX - avaliar possíveis desistências de orientação;
- X – propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;
- XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à IES;
- XII - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;
- XIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Biomedicina.

1.11.6 Forma de divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos

Os manuais são disponibilizados semestralmente aos alunos com as devidas atualizações. Os docentes das disciplinas são responsáveis em divulgar aos alunos, apresentar e deixar disponível de forma online (portal do aluno) e de forma física para cópia.

1.11.7 Forma de disponibilização dos TCC's em repositórios institucionais próprios acessíveis pela internet

A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Biomedicina, uma via em formato impresso e encadernado espiral e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 5 dias após a apresentação oral da mesma. A mídia eletrônica é entregue e protocolada na biblioteca que fica responsável em transferir o conteúdo para a bibliotecal virtual, ficando assim acessível a todos os alunos da IES.

1.11.8 Regulamento do TCC

CAPÍTULO I – DO CONCEITO

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade de integração curricular obrigatória do Curso de Biomedicina da IES. Conceitualmente, consistirá de um trabalho formal escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de artigo científico.

Art. 2º - Abordando temas correlatos às áreas de atuação do Biomédico definidas no Plano Pedagógico do Curso e a ser elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor orientador, sendo ao término submetido à avaliação de Banca Examinadora, tudo segundo as normas deste regulamento e demais instrumentos normativos pertinentes.

Parágrafo Único – O TCC terá carga horária total de 132 horas, distribuídas no 7º e 8º período do Curso. Os alunos deverão proceder com a organização de ideias e a elaboração do artigo, sob responsabilidade do professor da disciplina e do professor/orientador.

Art. 3º - O TCC poderá ser um trabalho de revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, um trabalho experimental ou um relato de caso clínico, produzido pelo(s) aluno(s) com orientação docente e que atenda as normas constantes deste regulamento.

§ 1º - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo período.

§ 2º - Caberá à Banca Examinadora do TCC o julgamento da coincidência de títulos ou objetivos de trabalhos e a reprovação na disciplina.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 4º O TCC é um trabalho científico que tem por finalidade propiciar ao aluno:

- I - estímulo à produção científica;
- II - aprofundamento teórico e/ou prático em uma área temática da profissão;
- III - conscientização do dinamismo e interdisciplinaridade das atividades laborais e científicas;
- IV - desenvolvimento de criatividade e capacidade de produção científica;
- V - realização e documentação de experiências laborais, de pesquisa e de extensão;
- VI - internalização da correlação entre teoria e prática e entre as áreas de atuação do Biomédico;
- VII - interação entre o Corpo Docente e Discente.

CAPÍTULO III – DA COORDENAÇÃO

Art. 5º - Da coordenação compete:

- I - divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 7º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;
- II - divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 7º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;
- III - divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;
- IV - formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 7º período do curso;
- V - elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;
- VI - cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;
- VII - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;
- VIII - mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);
- IX - avaliar possíveis desistências de orientação;
- X – propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;
- XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à IES;
- XII - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;
- XIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Biomedicina.

CAPITULO IV – DOS ITENS QUE COMPÕEM O TCC

Art. 7º - A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º - A Distribuição dos itens que compõe o TCC em forma de artigo científico em relação aos elementos da estrutura básica são:

- a. Pré-textuais ou parte preliminar: Título; Sub-título (quando for o caso); Autor; Resumo; Palavras-chave, Abstract, Jey-words;
- b. Textuais ou corpo do artigo: Introdução; Material e Métodos; Resultados e Discussões; Conclusão;

- c. Pós-textuais ou referencial: agradecimentos; Suporte Financeiro (quando for o caso), referências bibliográficas.

Parágrafo Único - Cada um desses elementos, e seus respectivos componentes, são imprescindíveis na composição do TCC, apresentando informações e dados fundamentais para a compreensão do trabalho como um todo, sendo importante não omiti-los.

CAPÍTULO V - DOS REQUISITOS GERAIS

Art. 8º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

Art. 9º - Para elaboração e defesa do TCC, o aluno deve estar regularmente matriculado nas disciplinas de TCC.

Art. 10º - O TCC compõem-se de:

I – matrícula na disciplina de TCC;

II – trabalho final redigido na forma de artigo científico, de acordo com as normas deste regulamento e de seus apêndices;

III – formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;

IV – apresentação pública do TCC perante uma Banca Examinadora;

V – entrega da versão final do trabalho incorporando as alterações demandadas pela Banca Examinadora, se houver.

Art. 11º - O TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um professor co-orientador, indicado pelo professor orientador, que o auxiliará nos aspectos relacionados com o desenvolvimento do trabalho.

CAPÍTULO VI - DA ORIENTAÇÃO

Art. 12º - Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Biomedicina da IES e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.

Art. 13º - Poderão ser co-orientadores os docentes da IES ou de outras Instituições de Ensino Superior e de Instituições de Serviço de Saúde com experiência relacionada à temática e à metodologia do TCC.

Parágrafo Único - O co-orientador externo a IES deverá preencher os seguintes requisitos:

I - conhecer este regulamento e demais normas pertinentes da IES;

II –apresentar *curriculum vitae*;

Art. 14º - Os professores do colegiado do curso de Biomedicina deverão orientar no máximo 06 (seis) TCC por período.

Parágrafo Único – O TCC deverá ser defendido individualmente.

Art. 15º - O professor/orientador e o coorientador, se houver, deverão assinar o termo de compromisso para cada orientação e coorientação.

Art. 16º - A desistência por parte do orientador/orientando deverá ser formalizada em documento elaborado pelo proponente, contendo declaração de ciência do pedido por parte dos demais envolvidos, dirigido à coordenação do Curso, especificando as razões da desistência.

Art. 17º - É de responsabilidade conjunta do professor/orientador e orientando(s) a sugestão de datas para apresentação do TCC perante a Banca Examinadora, de acordo com o calendário divulgado pela coordenação:

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade do aluno/orientando e seu professor/orientador a forma impressa do TCC que deverá ser entregue à Banca Examinadora com pelo menos 20 dias de antecedência em relação à data aceita para sua apresentação, sendo esta composta por três membros, e devendo ser entregue uma cópia para cada membro.

Art. 18º - As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos determinados e promover uma orientação efetiva.

Art. 19º - São atribuições do orientador de TCC:

- I - atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;
- II - preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
- III - participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
- IV - preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
- V - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VII - DOS ALUNOS MATRICULADOS EM TCC

Art. 20º - O(s) aluno(s) em fase de desenvolvimento de TCC terá(ão) as seguintes atribuições específicas:

- I - comparecer às reuniões convocadas pelo seu orientador dias e horários estabelecidos;
- II - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação para a entrega do TCC;
- III - elaborar o TCC na forma de artigo científico, de acordo com o presente regulamento e as instruções do orientador;
- IV - assinar a ficha de avaliação de TCC em sua defesa juntamente com o orientador;
- V - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar seu TCC;
- VI - cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VIII - DOS REQUISITOS DO TCC

Art. 21º - O TCC deverá ser entregue em 03 (três) vias encadernadas em espiral para a Banca Examinadora no prazo determinado, com no mínimo de 20 dias antecedentes à defesa pública.

Art. 22º - A apresentação pública oral e a defesa do TCC seguirá o calendário definido e divulgado pela Coordenação.

Art. 23º - O processo de apresentação oral e da defesa obedecerá às seguintes normas:

- I – atribuição de no máximo de vinte minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;
- II – atribuição de no máximo dez minutos a cada componente da Banca Examinadora para arguições e respostas do(s) orientando(s).

Art. 24º - No caso de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 25º - No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 26º - Caso o aluno não entregue o TCC no prazo determinado, ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora na defesa, ele será considerado reprovado na disciplina e deverá refazer novamente a disciplina de TCC nos períodos seguintes, de acordo com a disponibilidade da mesma.

CAPÍTULO IX - DA BANCA EXAMINADORA

Art. 27º - A Banca Examinadora será proposta pelo aluno/orientando e o professor/orientador, sendo este último membro nato, dois outros membros titulares e um membro suplente escolhidos em uma lista proposta pelo orientador no formulário próprio.

§ 1º - Caso haja co-orientador, este poderá ser indicado como componente da banca examinadora.

§ 2º - Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo a IES, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - ser graduado na área do conhecimento;

II - ter conhecimento do regulamento do TCC do curso de Biomedicina;

Art. 28º - O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação e defesa do TCC.

Art. 29º - Ao final da apresentação e defesa do trabalho a Banca Examinadora, em reunião, avaliará e consolidará as avaliações de seus Membros em formulários próprios. Compete ao Presidente da Banca Examinadora consolidar as avaliações do TCC e emitir o parecer de aprovação ou de reprovação do orientando na disciplina de TCC.

Art. 30º - A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação de ficha de avaliação própria devidamente preenchida.

CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 31º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas as notas atribuídas pelo professor responsável pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único – O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 32º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas 04 (quatro) etapas de avaliações, de acordo com o cronograma de atividades pré-estabelecidas pela Coordenação.

§ 1º - Na 1ª avaliação será feita a apreciação do TCC na forma escrita exclusivamente pelo orientador sendo o resultado expresso em nota e obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme formulário próprio. Em sua avaliação o orientador deverá observar o trabalho escrito quanto a:

I - qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;

- II – presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;
- III – delimitação do tema, a formulação do problema, a hipótese e/ou suposição e se os objetivos estão claramente definidos;
- IV - fundamentação teórica e sua adequação ao trabalho;
- V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo às normas de forma e corretamente referenciadas;
- VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
- VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
- VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
- IX – coerência e formatação normatizada da bibliografia.

§ 2º - A 2ª, 3ª e 4ª avaliações do TCC serão de responsabilidade da Banca Examinadora. A 2ª avaliação será de responsabilidade do presidente, a 3ª avaliação, do primeiro membro e a 4ª avaliação, do segundo membro da Banca Examinadora. Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A Banca Examinadora deverá observar a versão final e definitiva na sua forma escrita e oral, considerando os critérios a seguir:

- I - qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;
- II - presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;
- III - delimitação do tema, formulação do problema, hipótese e/ou suposição e objetivos claramente definidos;
- IV - fundamentação teórica adequada ao trabalho;
- V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo a formato adequado e corretamente referenciadas;
- VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
- VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
- VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
- IX - coerência e formatação normatizada da bibliografia.
- X - qualidade do material didático apresentado e seu uso adequado;
- XI - capacidade de síntese;
- XII - apresentação de forma clara e consistente;
- XIII - utilização adequada do tempo de apresentação;
- XIV - respostas corretas e convincentes às arguições da Banca Examinadora.

§ 3º - Os componentes da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio (anexo) para registrar a pontuação emitida para o TCC.

Art. 33º - A nota final do TCC será obtida pela média aritmética das notas das 4 (quatro) avaliações, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo 5,0 pontos.

Art. 34º - O aluno que não obtiver a pontuação mínima de 5,0 pontos e/ou não apresentar o TCC dentro do prazo estabelecido por motivo não justificado será considerado reprovado.

Art. 35º - A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Biomedicina, uma via em formato impresso e encadernado modelo capa dura e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 15 dias após a apresentação oral da mesma.

Art. 36º - A aprovação do orientando será encaminhada somente após o cumprimento dos Artigos 34º e 35º.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - Este regulamento se aplica aos alunos do Curso e a sua divulgação será feita pela Comissão do TCC.

Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Biomedicina.

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, _____ discente do
curso de Biomedicina Matrícula: _____ Convido o
professor _____
_____ a ser orientador voluntário do Projeto intitulado

_____.

Sendo assim, eu professor(a) _____ declaro
estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Biomedicina da IES e que as
horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o
aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de
Conclusão de Curso - TCC.

Professor Orientador Voluntário

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR COORIENTADOR

Eu, _____
_____ CPF: _____ RG: _____

Professor co-orientador voluntário do aluno da disciplina TCC no projeto:

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do Curso de Biomedicina da IES, que as horas destinadas para coorientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Professor Co-orientador Voluntário

ANEXO III
AVALIAÇÃO TCC (N1)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 10,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	1,0	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	3,0	
Critérios básicos de formatação.	1,0	
Referências e citações, adequadas e atuais.	1,0	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	1,0	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	1,0	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	1,0	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	1,0	
TOTAL		

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO IV
AVALIAÇÃO TCC (N2)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 4,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	0,5	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	0,5	
Critérios básicos de formatação.	0,5	
Referências e citações, adequadas e atuais.	0,5	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	0,5	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	0,5	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	0,5	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	0,5	
TOTAL		

APRESENTAÇÃO ORAL = TOTAL 6,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Domínio do Conteúdo.	1,0	
Organização da Apresentação e do banner.	1,0	
Habilidade de Comunicação e Expressão.	1,0	
Capacidade de Argumentação e Inovação.	0,5	
Uso de Recursos Audiovisuais.	0,5	
Linguagem Corporal, Vestuário e Comportamento.	1,0	
Uso Adequado do Tempo.	1,0	
TOTAL		

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO V

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE BIOMEDICINA

Às _____ horas do dia _____ do mês de _____ do ano de _____, na sala _____, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso de Biomedicina, o(s) alunos(a): _____,

_____ e

tendo o trabalho o seguinte título:

_____.

Constituíram a Banca Examinadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com nota _____, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais.

Eu, _____ (Presidente da banca Examinadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

Nome completo - Examinador(a)

Nome completo - Examinador(a)

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO VI
TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU,
IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA IES

O aluno _____,

e _____ do Curso de Biomedicina,
matriculado sob número _____ e _____
venho, por meio do presente, AUTORIZAR, em caso de aprovação na respectiva disciplina,
a inserção do meu Trabalho de Conclusão do Curso intitulado
“ _____

_____” nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico ou impresso de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais. DECLARO, dessa forma, que cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado, o inteiro teor do meu Trabalho de Conclusão do Curso acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s). DECLARO, ainda, que sou autor e único e exclusivo responsável pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Conclusão do Curso.

AUTORIZO, ainda, a IES a remover o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia à minha pessoa.

Aluno do curso de Biomedicina

Aluno do curso de Biomedicina

Aluno do curso de Biomedicina

ANEXO VII
CARTA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA BANCA DE DEFESA DE TCC

Eu, docente da IES

_____,
encaminho o aluno (a) _____, para
defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Professor

Assinatura do Aluno

ANEXO VIII

FICHA DE ORIENTAÇÃO DO ALUNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Curso: Biomedicina
Disciplina: TCC
Nome do Aluno (a):
Professor (a):
Carga horária: 66 Período: Semestre: Turno:

Dia da Orientação	Conteúdo Tratado na Orientação	Assinatura do Aluno Confirmando sua Presença na Orientação. Caso esse não tenha comparecido, constará assinatura do Professor.
/ /		
/ /		
/ /		

1.12 APOIO AO DISCENTE

POLÍTICA

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente,
- **PROCESSO** – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

1.12.1 Funcionamento do Acolhimento ao aluno

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde a visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida

acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno, programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

1.12.2 Funcionamento do Controle de evasão

O apoio ao discente do Núcleo de atendimento ao discente - NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **Acessibilidade**. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)*, publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização

de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- adequação nos mobiliários e equipamentos;
- adequação de objetivos;
- adequação de conteúdos;
- adequação de métodos e didática;
- adequação nas avaliações;
- adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de **acessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

1. altas habilidades e superdotação;
2. deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;

3. transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
4. transtornos globais;
5. alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

1. mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
2. orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
3. encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
4. encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
5. promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
6. trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
7. os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
8. empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
9. formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio não obrigatório (NADI)

NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório.

Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

- Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação;
- Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

- a) Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;
- b) Programa Municipal: Bolsa Universidade
- c) Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

1.12.5 Apoio psicopedagógico, vocacional e de acessibilidade (NAPA)

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade - NAPA. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

Acessibilidade

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **Acessibilidade**. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações

que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)*, publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- adequação nos mobiliários e equipamentos;
- adequação de objetivos;
- adequação de conteúdos;
- adequação de métodos e didática;
- adequação nas avaliações;
- adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência,

inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de **acessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- altas habilidades e superdotação;
- deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- transtornos globais;
- alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

- 1) mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- 2) orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- 3) encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- 4) encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- 5) promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- 6) trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- 7) os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- 8) empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- 9) formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

1.12.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

1.12.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o germe da mudança e resistir a mesmo. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Workshop de Empregabilidade será ofertado a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que tem o interesse em abrir seu próprio negócio ou se inserir no mundo do trabalho.

O Programa visa à preparação do universitário e surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar pessoas preparadas não só no quesito técnico, mas também nos aspectos comportamentais, que são tão importantes, ou até mais, comparativamente aos conhecimentos de técnicas.

A IES, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação desses capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

1.12.9.3 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutorados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

- a) conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;
- b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores;
- c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;
- d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;

- incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação *in loco* e no ENADE.

1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a cultura da autoavaliação entendendo-a vendo seus resultados como instrumento de gestão acadêmica e administrativa.

Objetivos Específicos:

- a) realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos/sociedade civil organizada;
- b) realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos/sociedade civil organizada;

- c) analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico-administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2 Planejamento/Processo da avaliação institucional e de curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:

- a) a primeira se define como **avaliação externa**, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;
- b) a segunda se define como **avaliação interna**, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

Avaliação Interna são duas:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- a) missão institucional;
- b) política de ensino/ pesquisa e extensão;
- c) responsabilidade social;
- d) a comunicação com a sociedade;
- e) política de pessoal;
- f) gestão institucional;
- g) infraestrutura;
- h) planejamento e avaliação;

- i) atendimento ao estudante;
- j) sustentabilidade financeira.

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta Avaliação é gerado o Plano de Gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

- 1.1.1 Políticas de Pessoal;
- 1.1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

- 2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas;
- 2.1.1 Equipamentos; Máquinas;
- 2.1.2 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

- 3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;
- 3.2 Ações de Estimulo a Extensão;
- 3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;
- 3.4 Ações de Apoio ao Discente;
- 3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em

vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações prevêem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blog's dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão

submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3 Relatório analítico do resultado da avaliação de curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

- a) introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.

- b) metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.
- c) desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- d) análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.
- e) ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

1.13.4 Plano acadêmico administrativo do curso

O plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares;

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade

pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias;

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho;

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso;

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc;

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais;

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas;

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos;

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.13.5 Plano de ação de melhoria de gestão

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1. Políticas de Pessoal

1.1 Organização e Gestão da Instituição

1.2 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2. Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

1.13.6 Divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais (tecnológicos).

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto os tutores EaD colaboram com as discussões no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros mediados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente.

Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;
- Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (*web* conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;

- Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;
- Aplicar as avaliações presenciais;
- Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos *Online*

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação *online* fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados e preparar-se para atuar conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo para que a mediação aconteça.

Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorecerá um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior

desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir aproximando-se cada vez mais de um nível mais elevado de aculturação.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional é necessário a este conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos *E-books* respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das

atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação;

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas

técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

1.15.1 Alinhamento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos tutores ao PPC, e às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor.

Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.15.2 Avaliações periódicas da necessidade de capacitação dos tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2020	2021
	Ampliar os incentivos para participação	X	X

	em eventos científicos/técnicos e culturais.		
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Promover Formação Continuada didático-pedagógicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
	Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.	X
Promover Formação específica para criação de vídeo e áudioaulas por meio digital.		X	X
Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.		X	X

1.15.3 Apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para permanência e êxito dos discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a

relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por Meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem

utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adequa ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

1.17 AVA

1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socio-construcionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre docentes, discentes e tutores o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
- A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;
- Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
- Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;
- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.

O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:

- Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;
- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo fácil integração com sistemas existentes;

- Método padrão de email: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso. Os endereços de email são verificados por confirmação;
- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos.
- Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos.
- A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos.
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial).
- Segurança – os professores podem acrescentar uma “chave de inscrição” a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e-mail particular de cada um, etc.
- Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados.
- Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc).

Os conteúdos instrucionais desenvolvidos pelos docentes, tem como base além da ementa da disciplina, um perfil reflexivo e crítico, por levar em conta o modelo de aprendizagem que embasa os cursos, o público alvo para o qual o material é desenvolvido, as habilidades e competências a ser desenvolvidas e os recursos motivacionais que esse material vai proporcionar.

1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos

são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

1. CHAT de suporte;
2. CHAT de tutoria;
3. VIDEOAULA Live com canal de retorno;
4. Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

1. FÓRUNS DE CURSO;
2. FÓRUNS DE TEMAS;
3. QUESTIONÁRIOS ONLINE;
4. VIDEOAULA.

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle*, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados

como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem específicas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.

Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

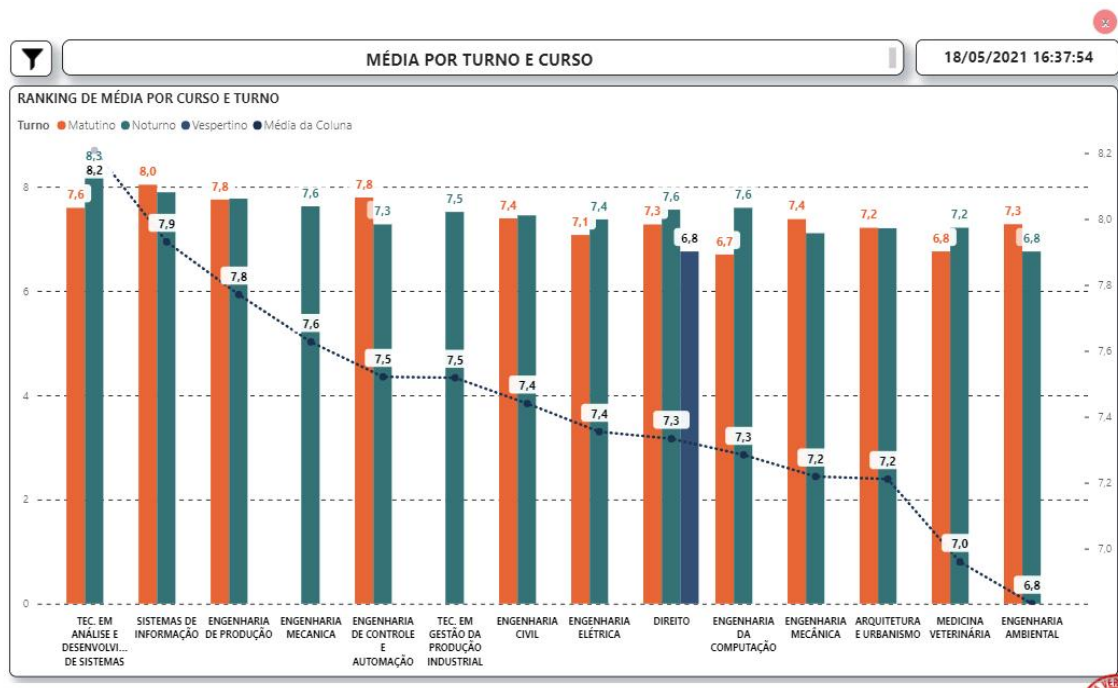
Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação os arquivos de mídia são postados

nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

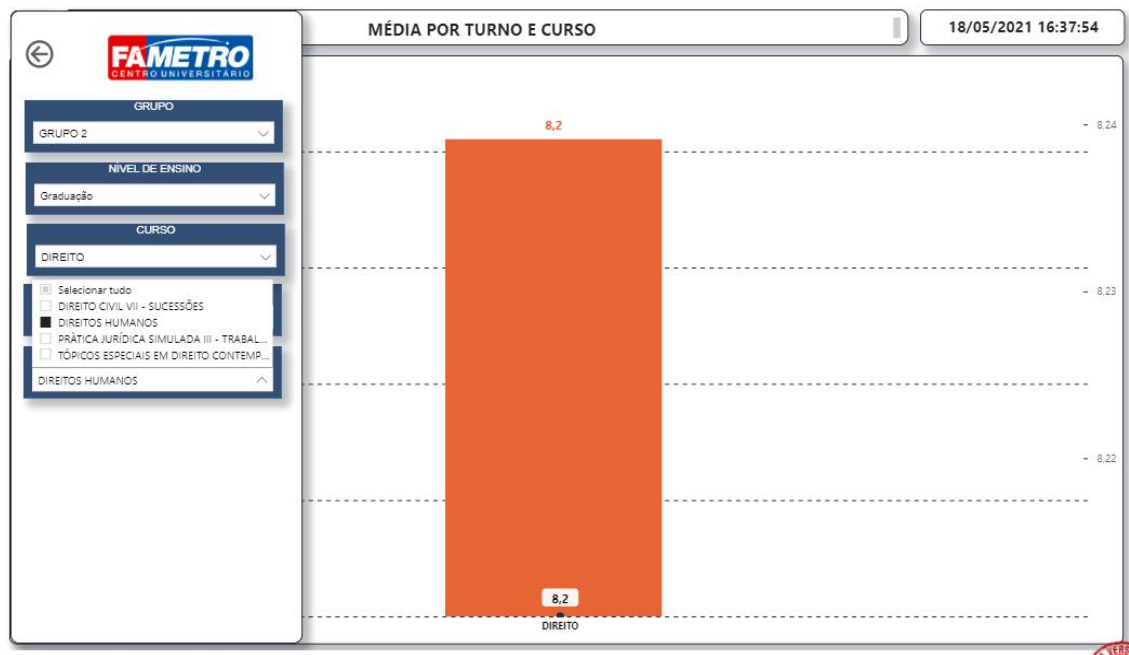
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da IES, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do colegiado de curso.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

Exemplo: Gráfico de Rendimento Disciplina/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *imput* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências previstas no Projeto Pedagógico de Curso.

The screenshot displays a user interface for a quiz. On the left is a navigation menu with items like 'Participantes', 'Emblemas', 'Competências', 'Notas', 'MATERIAL DE APOIO', 'VIDEOCONFERÊNCIA', 'ATIVIDADES', and 'AVALIAÇÕES' (highlighted in blue). The main content area shows a message: 'Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque: Atualmente este questionário não está disponível.' Below this is a question card for 'Questão 1' (1.00 points) asking to identify the correct statement about kitchen equipment. The question text is: 'Os equipamentos são classificados como: equipamento de preparação, equipamentos de conservação e equipamentos de cocção, cada um com uma especificidade maneira diferente de trabalho, trazendo inúmeros benefícios a quem os utiliza. A partir das informações apresentadas marque a alternativa correta que fala sobre os equipamentos de preparação?'. The options are: a. Os moedores existentes no mercado são bastante diversificados, para uso doméstico e para uso profissional, são utilizados não só para moer carnes, mas também para preparar caftas e até embutidos. b. Os liquidificadores para uso profissional são versáteis e nos possibilita bater pequenas quantidades de alimentos com mais precisão. c. As laminadoras estão em alta no mercado gastronômico uma vez que seu poder de extração de caroços é muito eficaz no processo de produção de carpaccio. d. A serra profissional é muito utilizada para a preparação de ensopados com osso. e. O cilindro existe de duas formas, para uso doméstico e profissional, sendo que o doméstico é utilizado por padarias por ser mais prático. On the right, there is a 'Navegação do questionário' section with a progress bar (1-8) and buttons for 'Finalizar tentativa...' and 'Iniciar nova visualização'.

1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- Determine uma periodicidade.
- Liste seus pontos fortes e fracos.
- Identifique como você reflete os pontos fortes listados.

- Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- Compreenda seus pontos fracos.
- Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado as práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

1. Apuração de frequência às atividades escolares;
2. Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M(N1 + N2) + PF}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e **N2** = nota

PF = Prova Final

N1 = média da **N1** e **AV1** (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da **N2** e **AV2** (média de 2 atividades avaliativas)

1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico.

1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

1.20.1 Número de Vagas Pleiteado

O curso solicitará o quantitativo de 200 vagas, distribuídas da seguinte forma:

Matutino	Noturno
100 vagas	100 vagas.

1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos,

quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber:

- i. Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local;
- ii. Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na Região.

i. Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local.

O Estado do Amazonas é um estado com características geográficas bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas. Entre as regiões brasileiras, a Região Norte é a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, extensa, variada e densa floresta, um importante ecossistema para o planeta. O Estado também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão e a presença de vasta quantidade de água caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha, o trânsito de pessoas, materiais e serviços, à região é feito por via fluvial ou aérea. Ainda assim, o Estado do Amazonas apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Amazonas é de 0,6 a 0,7 que caracteriza um avanço em seu desenvolvimento (BRASIL, 2011a).

A necessidade de profissionais de saúde capacitados vem atrelada a proposta governamental de ampliação e implementação de serviços em prol da Saúde Brasileira dentro do SUS, sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços, intenção confirmada pelo Plano Estadual de Saúde 2016-2019, o qual prevê onze objetivos estratégicos que demandam para a sua plena realização, a formação de profissionais em todas as áreas da saúde, dentre os quais destacamos a qualificação do quadro já existente, a partir da educação permanente e continuada, além é claro na formação de novos quadros que possam contribuir para reverter o quadro de atendimento em saúde no Amazonas, elevando os padrões de qualidade do que se tem ofertado a população até então.

Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na região.

São inúmeros os desafios que se apresentam para os profissionais de saúde numa região marcada por desigualdades sociais e de tamanha diversidade no campo da natureza e da sociedade, as inúmeras transformações operadas no campo da ciência e da pesquisa, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico sem precedentes, tem feito sentir seus efeitos em todos os campos da vida em sociedade.

Além disso, o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população, e o entendimento consolidado pelo conjunto legal brasileiro que coloca a saúde e a educação como um direito inalienável de todos, evidenciam que formar recursos humanos para a saúde (perspectiva consolidada pelas DCN's de Farmácia), colocam também desafios importantes aos espaços acadêmicos, tradicionalmente responsável pela formação de profissionais em todas as áreas do conhecimento, incluindo aqui os novos farmacêuticos, os quais devem estar preparados para o desempenho hábil dos serviços tradicionais em saúde, mas sobretudo para novos campos profissionais que se abrem com a mudança do perfil epidemiológico e social experimentadas pelo Brasil e sobretudo para as novas demandas do mundo do trabalho.

Trata-se de um proposta fundamentada em um modelo metodológico, baseado em metodologias ativas, na permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na inserção precoce do profissional nos cenários de prática simulados e reais, proporcionado pelas aulas práticas dos componentes curriculares, em um modelo de avaliação de aprendizagem que de fato promove a avaliação diagnóstica e formativa, e por fim, pela inserção de novas propostas de componentes curriculares que se pretendem pensar, a inovação, a pesquisa na área de saúde, com base em evidências, além é claro de uma infraestrutura diferenciada, número de alunos limitado por turma - o que permite maior interação professor-aluno - além de todo o suporte do Programa de Atendimento ao Discente já apresentado neste projeto.

Este conjunto de diferenciais, aliado a um corpo docente altamente qualificado, com experiência docente e profissional fora do magistério, em

quantidade proporcional ao número de alunos, garantirá uma formação com aspectos distintos do que se observa no cenário educacional local.

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo IMEse dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

1. Processo Seletivo;
2. Transferência;
3. Transferência ex officio
4. Portador de Diploma de Curso Superior;
5. Reopção;
6. ENEM.

1.20.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

1.20.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

1. Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
2. Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
3. Regime ou critério de aprovação.

1.20.6 Transferência ex officio

A Transferência *ex officio* a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. original);

b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. original)

c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. original)

d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. original)

e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;

f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)

g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da IES já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a)

A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- m) histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- n) currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- o) regime ou critério de aprovação.

1.20.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da IES, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

- 1. Existência de vaga no curso pretendido;
- 2. Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
- 3. Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

1.20.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a IES.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

- I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;
- II- histórico escolar do ensino médio;
- III- diploma do ensino superior;
- IV- título de eleitor;
- V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;
- VI- uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

1.21.1 Convênios e Integração com as Redes Públicas de Ensino

Não se aplica

1.21.2 Desenvolvimento, Testagem, Execução e Avaliação de Estratégias Didático-Pedagógicas

Não se aplica

1.21.3 Utilização de Tecnologias Educacionais

Não se aplica

1.21.4 Documentação das Experiências proporcionadas pela Integração

Não se aplica

1.21.5 Planejamento de Ações Inovadoras

Não se aplica

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE - SUS

1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

O Convênio e parceria com a Secretaria de Saúde de Municipal e Estadual prevê medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos a atenção à saúde ao usuário do SUS.

Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

A organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso. A inserção do estudante na atenção primária, secundária e terciária de saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

O aluno atuará na promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais com uma equipe multiprofissional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Os critérios e etapas estão definidos de acordo com o amadurecimento do discente ao longo dos semestres, proporcionando níveis de complexidade de acordo com sua experiência acadêmica, apreendidas pelos conteúdos ministrados. Sendo assim, segue a tabela abaixo:

Disciplina	Período	Nível de complexidade	Cenários envolvidos	Profissionais envolvidos
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	1º	Baixo	Prática na atuação primária, secundária e terciária de atenção à saúde. Atenção básica no Serviço Público em Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Prática Profissionais em Saúde Coletiva II	2º		Prática na atuação primária, secundária e terciária de atenção à saúde. atenção básica no Serviço Público em Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
			Estágio em Saúde Pública nas redes de atenção básica no Sistema Único de Saúde – SUS. Desenvolvimento das atividades de análises clínicas. Acompanhamento de pacientes com	

Epidemiologia e Bioestatística (EAD)	3º		hipertensão auxiliando no controle da pressão arterial, realização de seminários e desenvolvimento de palestras. Visitas técnicas em instituições de pesquisa, hospitais, unidades públicas de saúde, entidades de classe e conselho.	Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas.
Estágio Supervisionado Obrigatório I	6º	Alto	<p>Estudo dos principais indicadores epidemiológicos e sua importância no planejamento de ações de saúde em todos os níveis de atenção.</p> <p>Análises Clínicas - Bioquímica (estudo dos processos químicos nos organismos vivos); Hematologia (estudo do sangue e seus componentes); Parasitologia (estudo das relações entre os parasitas e outros organismos); Imunologia (estudo dos sistemas imunológicos dos seres vivos); Microbiologia (estudo da vida dos micro-organismos); Urinálise (estudo da urina e seus componentes) Citologia (estudo das células e dos tecidos); Biossegurança (conjunto de ações para proteger a saúde do paciente e do profissional); Gestão de laboratório (como administrar um laboratório de análises clínicas).</p>	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Nutricionistas.
Estágio Supervisionado Obrigatório II	7º		<p>Visitas técnicas em hospitais com atenção secundária e unidades básicas de saúde.</p> <p>Análises Clínicas - Bioquímica (estudo dos processos químicos nos organismos vivos); Hematologia (estudo do sangue e seus componentes); Parasitologia (estudo das relações entre os parasitas e outros organismos); Imunologia (estudo dos sistemas imunológicos dos seres vivos); Microbiologia (estudo da vida dos micro-organismos); Urinálise (estudo da urina e seus componentes) Citologia (estudo das células e dos tecidos); Biossegurança (conjunto de ações para proteger a saúde do paciente e do profissional); Gestão de laboratório (como administrar um laboratório de análises clínicas).</p>	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Nutricionistas.

<p style="text-align: center;">Estágio Supervisionado Obrigatório III</p>	<p style="text-align: center;">8º</p>		<p>Estudo dos principais indicadores epidemiológicos e sua importância no planejamento de ações de saúde em todos os níveis de atenção.</p> <p>Análises Clínicas - Bioquímica (estudo dos processos químicos nos organismos vivos); Hematologia (estudo do sangue e seus componentes); Parasitologia (estudo das relações entre os parasitas e outros organismos); Imunologia (estudo dos sistemas imunológicos dos seres vivos); Microbiologia (estudo da vida dos micro-organismos); Urinálise (estudo da urina e seus componentes) Citologia (estudo das células e dos tecidos); Biossegurança (conjunto de ações para proteger a saúde do paciente e do profissional); Gestão de laboratório (como administrar um laboratório de análises clínicas).</p>	<p>Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Nutricionistas.</p>
---	---------------------------------------	--	--	--

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

O Curso de Graduação em Biomedicina bacharelado, deve ser estruturado em quatro eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada.

Dessa forma, as atividades práticas de ensino estão voltadas a ciências da saúde, ciências biológicas, dentro dos estágios supervisionados obrigatórios (inclusive envolvendo o SUS) sempre contando com a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os alunos participam de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitoradas em campo por professores e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades. Sendo, portanto, assim definidas:

- a. As Aulas Práticas: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso.
- b. As Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.
- c. Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

1.23.1 Atividades práticas de ensino da saúde em conformidade com as DCNs

Período	Atividades Práticas	Competências da DCN (vide Perfil do Egresso)	Contexto Regional de Saúde
1º	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de Biossegurança; - Microscopia óptica; - Leitura e interpretação de lâmina; - Microscopia de divisão celular; - Extração de DNA; - Microscopia dos tecidos patológicos e não patológicos - Fases do desenvolvimento embrionário; - Microscopia de tecidos não patológicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o; - atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética; 	<p>As disciplinas de base são essenciais para inserir o aluno no contexto da saúde e da Biomedicina.</p>
2º	<ul style="list-style-type: none"> - Microscopia dos tecidos patológicos; - Visualização de Parasitas intestinais e extraintestinais; - Visualização de Protozoários intestinais e extraintestinais; - Visualização de bactérias gram-positivas e gram-negativas (coloração de gram); 	<ul style="list-style-type: none"> - reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, 	<p>O docente tem o papel de contextualizar o conteúdo com aspectos regionais, levando em conta as doenças emergentes e doenças regionais sempre voltado ao âmbito da saúde pública.</p> <p>Além disso, as práticas são voltadas para realidades regionais, levando em conta as necessidades locais.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura e Morfologia microscópica de fungos; - Desnaturação de Proteínas; - Identificação de aminoácidos; - Identificação de Carboidratos. 	<p>individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;</p> <p>- contribuir para a manutenção da saúde, bem estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, considerando suas circunstâncias éticas, políticas, sociais, econômicas, ambientais e biológicas;</p>	
3º	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento de vidrarias; - Medidas de massa, volume e densidade; - Preparo de soluções; - Evidências da ocorrência de reações químicas; - Técnicas de pipetagem; - Extração de DNA; - Análises de alimentos; - Estendido sanguíneo, 		
4º	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas radiológicas, raio X; - Exame parasitológico; - Pesquisa de protozoários; - Análise e de água. - Análise de solo. 		

1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

Os Convênios e parcerias com as Secretarias de Saúde preveem medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos à atenção à saúde ao usuário do SUS. Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

O Sistema Municipal de Saúde está integrado ao SUS, preconiza a regionalização na prestação dos serviços de saúde e a hierarquização das atribuições, onde cada esfera governamental deve cumprir funções e competências específicas, porém articuladas entre si.

O PPC foi elaborado de forma que expresse integração com ensino-serviço, assim, a organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso.

O estudante terá a possibilidade de vivenciar ações de promoção à saúde, prevenção de doenças, diagnóstico e tratamento dos agravos mais prevalentes à saúde do indivíduo, família e comunidade. A inserção do estudante na atenção primária a saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

E esta atuação a partir da atenção primária em saúde procurará se produzir a articulação dos conhecimentos na saúde coletiva, na clínica ampliada e no conceito de saúde. O estudante vivenciará o processo de trabalho na atenção primária e sua equipe multiprofissional, atenção programática para crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos e agravos de grande frequência. Participará de visitas domiciliares para acamados, gestantes, situações de risco e faltosos. Participará em atividades de Educação em Saúde na unidade e na comunidade como escolas, creches e outros. Acompanhará ações em gestão do cuidado em saúde, monitoramento e acompanhamento de prioridades em saúde.

O curso de Farmácia da IES está pautado pela superação da dicotomia entre a teoria e a prática, e com o objetivo de inserir o estudante no Sistema Único de Saúde desde o início da formação e em cooperação com o município possibilitará aos estudantes vivenciar todos os âmbitos da atenção à saúde. Os estudantes serão inseridos nos territórios adscritos de cada Unidade de Saúde. A proposta do curso prevê a valorização do trabalho articulado com os serviços de saúde e atuação no SUS na esfera municipal, estadual e federal.

1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

Em consonância com as diretrizes curriculares, a qual preconiza que a formação deve levar em consideração os aspectos da região, alinhado ao perfil do egresso com o desenvolvimento de competências específicas, o qual é tratado com afinco nas atividades transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial. Ainda, na concepção do curso foi articulado disciplinas que possam abranger e dotar os discentes de tais competências, dentre os quais podemos citar as disciplinas de:

- Mecanismos de Agressão e Defesa;
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade;
- Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I e II;
- Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico – Raciais;
- Parasitologia Clínica e Urinálise.

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Não se aplica

1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

Não se aplica

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

- I. o NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;
- II. o NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;
- III. são atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- IV. a IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

o NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico;

- I. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;
- II. As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros;
- III. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação;
- IV. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

Anexo a este PPC

2.1.2 Atribuições do NDE de Acompanhamento, Consolidação e Atualização do PPC

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NEaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa.

O NEaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

2.2.1 Equipe Multidisciplinar responsável pela Concepção, Produção e Disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais a distância

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão;
- Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- Tutores (20 h) a distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos;
- 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NEaD;
- Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NEaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;

- Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

2.2.2 Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar e Processos de Trabalho Formalizados

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

- Produzir recursos para as videoaulas;
- Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;
- Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- Acompanhar gravações;
- Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas;
- Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SEaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Sua composição inclui:

- 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

2.3.1 Regime de Trabalho do Coordenador

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 34h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula

2.3.2 Atribuições do coordenador

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- I. reconhecer as necessidades da área em que atua;
- II. tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- III. atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- IV. gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- V. operar novas tecnologias;
- VI. avaliar o trabalho dos docentes;
- VII. estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;

- VIII. estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- IX. gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- X. colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Superior da Instituição, sendo ainda, Presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.3.3 Relação do coordenador com docentes, discentes e tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem. Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o corpo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades.

Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

2.3.4 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.3.5 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso, sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- i) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ii) Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- iii) Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- iv) Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade

pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

2.3.6 Indicadores de desempenho do coordenador e sua publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.

A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 - ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		

ESFERA 2 - AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:		
PARECER		LEGENDA
1		Discordo totalmente
2		Discordo parcialmente
3		Não concordo, nem discordo
4		Concordo parcialmente
5		Concordo totalmente
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 - AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

2.3.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da Faculdade Amazonas encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de

maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

- I- Doutores;
- II- Mestres;
- III-Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- I. Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- II. Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- III. Entrevista com o candidato;
- IV. Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

2.4.1 Relação do corpo docente com a respectiva titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo

seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

- banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- entrevista com o candidato;
- argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

O corpo docente encontra-se em anexo a este PPC.

2.4.2 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da Titulação dos Docentes com seu Desempenho de Análise de conteúdos curriculares, Fomento do raciocínio crítico, Estímulo ao acesso à pesquisas de ponta e a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação

Anexo a este PPC

2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

2.5.1 Relação do corpo docente com o respectivo regime de trabalho

Anexo a este PPC

2.5.2 Atribuição dos docentes e forma de registro das atribuições individuais considerando a carga horária por atividades

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

2.6.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais

Anexo a este PPC

2.6.2 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da Experiência do Corpo Docente previsto e seu Desempenho para Contextualização, Aplicação da teoria em relação à prática profissional, Promoção da interdisciplinaridade, Análise de competências do perfil do egresso e Atualização contínua

Anexo a este PPC

2.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

NSA

2.7.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente previsto e seu Desempenho na Exposição de Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos das Disciplinas, Elaboração de Atividades para Alunos com Dificuldades, Avaliação Diagnóstica, Somativa e Formativa, Liderança e Produção reconhecida

NSA

2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.8.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência Superior do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida

Anexo a este PPC

2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

NSA

2.9.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da **Docência** na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida

NSA

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Anexo a este PPC

2.10.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância do Corpo Tutorial e seu Desempenho no Fornecimento de Suporte às Atividades Docentes, Mediação Pedagógica junto aos Discentes, Relacionamento com Estudantes, Incremento de Processos de Ensino Aprendizagem, Orientação dos Alunos para Atividades e Leituras Complementares

Anexo a este PPC

2.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- coordenador, que o preside;
- corpo docente do curso;
- um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
- IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

2.11.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE,

desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

2.11.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.11.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES

2.12.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

Anexo a este PPC

2.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES

2.13.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras

Anexo a este PPC

2.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR

O docente é responsável pelo desenvolvimento do Plano de Aprendizagem da disciplina, pela elaboração das avaliações que serão aplicadas presencialmente aos estudantes quando do período institucional de avaliação e por ministrar aulas e planejar atividades que serão disponibilizadas no AVA. Nesse processo ele conta com o apoio de toda a estrutura operacional e logística do NeaD.

Coordenador do NeaD

O Coordenador do NeaD é responsável por garantir que a estrutura operacional funcione e atenda às demandas pedagógicas e tecnológicas necessárias ao andamento das atividades das disciplinas oferecidas na modalidade Ead. É o responsável por acompanhar e garantir o cumprimento dos prazos institucionais de lançamento de notas no sistema acadêmico.

Tutor a Distância

O tutor a distância atenderá aos alunos no AVA, podendo interagir com eles tanto por meio dos fóruns, *chats* (conforme datas estipuladas no calendário acadêmico para o plantão de dúvidas), como também por e-mail, para dar o devido suporte, especialmente quanto ao acompanhamento contínuo, respostas a dúvidas e proposição e correção das atividades desenvolvidas.

É responsável pela condução das dinâmicas de integração, pela organização, mediação e orientação dos alunos na produção de textos coletivos e de projetos integradores, complementares às disciplinas em desenvolvimento. Nos fóruns temáticos, participa na elaboração das atividades e dos debates sobre questões pertinentes aos conteúdos e temáticas de discussão, colaborando para que o aluno esclareça dúvidas, organize e sistematize informações e conhecimentos acerca do tema em estudo.

Para questões relativas aos conteúdos dos temas abordados em aulas, o tutor contará com o apoio dos professores das respectivas disciplinas, mediado pelo Supervisor dos Tutores.

Tutor presencial

O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades.

Supervisor de tutores

É papel e atribuição do Supervisor dos Tutores orientar e acompanhar a elaboração e desenvolvimento das atividades semanais dos tutores a distância, relativas aos conteúdos trabalhados nas vídeo-aulas. Cabe a ele também a supervisão e acompanhamento das atividades e/ou projetos interdisciplinares propostos nas oficinas presenciais.

2.14.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do *meet* e do *jitsi*. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no *Moodle* de uma sala chamada “Sala Multidisciplinar”. Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD. Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das

dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.14.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente. Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria

permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.15.1 Relação da Quantidade de Produções do Colegiado do Curso

Anexo a este PPC

DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

3.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos a disposição.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	Quant.	Local
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N1701	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca.

PERIÓDICOS DE LIVRE ACESSO – CURSO BIOMEDICINA

1. Anais da Academia Brasileira de Ciências

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0001-3765&nrm=iso&rep=&lng=pt

2. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia (Brazilian Archives of Endocrinology and Metabolism)

<http://www.abem-sbem.org.br/>

3. Brazilian Journal of Medical and Biological Research
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-879X&lng=en&nrm=iso
4. Brazilian Journal of Microbiology
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-8382&lng=en&nrm=iso
5. Cadernos das Escolas de Saúde
<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/saude>
6. Genetics and Molecular Biology – Publicação da Sociedade Brasileira de Genética
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-4757&lng=pt&nrm=iso
7. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1676-2444&lng=en&nrm=iso
8. Jornal Brasileiro de Pneumologia
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1806-3713&lng=es&nrm=iso
9. Physis: Revista de Saúde Coletiva
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312012000200015
10. Revista Acta Biomedica Brasiliensia
<http://www.actabiomedica.com.br/>
11. Revista Biomédica del Instituto Nacional de Salud
<http://www.revistabiomedica.org/index.php/biomedica>
12. Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (Brazilian Journal of Hematology and Hemotherapy)
<http://www.rbhh.org/>
13. Revista Cubana de Investigaciones Biomédicas
http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_serial&pid=0864-0300&nrm=iso&rep=&lng=pt
14. Revista Cubana de Medicina Tropical
http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_serial&pid=0375-0760&nrm=iso&rep=&lng=pt
15. Revista da Biologia da USP
<http://www.ib.usp.br/revista/>

16. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (Journal of the Brazilian Society of Tropical Medicine)

http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_serial&pid=0864-0300&nrm=iso&rep=&lng=pt

17. Revista de Ensino de Bioquímica da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)

<http://bioquimica.org.br/revista/ojs/index.php/REB>

18. Revista Eletrónica de Biomedicina

<http://biomed.uninet.edu/index.html>

19. Revista Ibero-Latinoamericana de Parasitología

<http://www.socepa.es/revista/>

20. Revista Medigraphic

<http://new.medigraphic.com/cgi-bin/contenido.cgi?IDREVISTA=278&IDPUBLICACION=3834>

21. Revista Nature Medicine

<http://www.nature.com/nm/index.html>

22. Revista Radiologia Brasileira (Órgão Científico do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-3984&lng=pt&nrm=iso

23. Revista Sciencedoman International

<http://www.sciencedomain.org/issue.php?iid=279&id=3>

24. SaBios-Revista de Saúde e Biologia

<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2>

25. The Brazilian Journal of Infectious Diseases

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8670&nrm=iso&rep=&lng=pt

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de

Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

3.8.1 **Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano**

Os laboratórios abaixo estão vinculados as seguintes disciplinas de formação básica:

LABORATÓRIO:
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR III

Laboratório de informática: Capacitado para utilização de recursos tecnológicos através do uso do computador e serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação, promovendo o desenvolvimento de inúmeras habilidades que irão favorecer os processos de ensino e de aprendizagem.

Laboratório Multidisciplinar I: referente as disciplinas de Aspectos Morfofuncionais (1º período), Diagnóstico por imagem (4º período).

Laboratório Multidisciplinar II: referente as disciplinas de Funções Biológicas, Biologia Tecidual e Desenvolvimento Humano (ambas no 1º período), Processos Patológicos e Mecanismo de Agressão e Defesa (ambas do 2º período); Mecanismos Imunológicos Avançados (3º período) e Parasitologia e Doenças Tropicais (4º período).

Laboratório Multidisciplinar III: referente as disciplinas de Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo (2º período), Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico (3º período), Farmacologia e Análises Toxicológicas (3º período) e Análises Ambientais (4º período)

3.8.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

- A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;
- No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;
- É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, **NÃO** sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;
- É obrigatória a utilização de **BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO** para que proporcione maior segurança;
- Usar **JALECOBRANCO DE MANGAS LONGAS** sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;
- Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;
- Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;
- Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;

- Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;
- Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;
- Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;
- Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;
- Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;
- Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;
- O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;
- Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;
- Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.
- É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.
- Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

- Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.
- Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.
- Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.
- Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.

- Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.
- Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.
- Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.
- Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.
- Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;
- Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;
- Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);
- Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;
- Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;
- Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;
- Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;
- Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descartpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;
- Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.
- Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).
- É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.

- Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.
- Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.
- Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

- Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.
- O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.
- Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

BIOSSEGURANÇA

- As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
- As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;
- Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
- Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;
- Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;
- Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;
- Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.

- São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

- Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.
- A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.
- Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.
- Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.
- Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um **TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR**. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma **CAUTELA**.

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um **calendário de agendamento de aulas práticas**, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma **lista de solicitação do material** da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o **Termo de**

Responsabilidade 2 onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano

Para o Curso de Biomedicina, estarão disponíveis os seguintes laboratórios específicos para utilização **somente a partir do 5º período do curso**:

São laboratórios de formação específicas para o curso de Biomedicina:

1. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS I:** laboratório equipado para as disciplinas de Bioquímica Clínica (7º período) e Banco de Sangue e Procedimentos Hemoterápicos (5º período), Hematologia clínica (6º período) e Imunologia Clínica (6º período).
2. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS II:** laboratório equipado para as disciplinas de Parasitologia Clínica e Urinálise (6º período) e Citologia Clínica (5º período).
3. **LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS III:** laboratório equipado para as disciplinas de Microbiologia Clínica (7º período).

Os laboratórios específicos do Curso de Biomedicina, Análises Clínicas I, Análises Clínicas II e Análises Clínicas III somente serão utilizados a partir do 5º período.

3.9.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

- A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;
- No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;
- É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, **NÃO** sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;
- É obrigatória a utilização de **BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO** para que proporcione maior segurança;
- Usar **JALECO BRANCO DE MANGAS LONGAS** sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;

- Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;
- Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;
- Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;
- Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;
- Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;
- Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;
- Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;
- Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;
- Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;
- O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;
- Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;
- Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.
- É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.
- Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

- Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.
- Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.
- Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.
- Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.
- Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.
- Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.
- Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.
- Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.
- Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;
- Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;
- Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);
- Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;
- Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;
- Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;

- Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;
- Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;
- Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.
- Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).
- É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.
- Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.
- Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.
- Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

- Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.
- O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.
- Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

BIOSSEGURANÇA

- As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
- As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;
- Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
- Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;
- Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;
- Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;
- Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.
- São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

- Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.
- A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.
- Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.
- Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.

- Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um **TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR**. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma **CAUTELA**.

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um **calendário de agendamento de aulas práticas**, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma **lista de solicitação do material** da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o **Termo de Responsabilidade 2** onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

O curso de Biomedicina possui os seguintes laboratórios na área de saúde:

Laboratório Multidisciplinar I: referente as disciplinas de Aspectos Morfofuncionais (1º período), Diagnóstico por imagem (4º período).

Laboratório Multidisciplinar II: referente as disciplinas de Funções Biológicas, Biologia Tecidual e Desenvolvimento Humano (ambas no 1º período), Processos Patológicos e Mecanismo de Agressão e Defesa (ambas do 2º período); Mecanismos Imunológicos Avançados (3º período) e Parasitologia e Doenças Tropicais (4º período).

Laboratório Multidisciplinar III: referente as disciplinas de Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo (2º período), Biologia Molecular e Técnicas de Diagnóstico (3º período), Farmacologia e Análises Toxicológicas (3º período) e Análises Ambientais (4º período).

Laboratório em Análises Clínicas I: laboratório equipado para as disciplinas de Bioquímica Clínica (7º período) e Banco de Sangue e Procedimentos Hemoterápicos (5º período), Hematologia clínica (6º período) e Imunologia Clínica (6º período).

Laboratório em Análises Clínicas II: laboratório equipado para as disciplinas de Parasitologia Clínica e Urinálise (6º período) e Citologia Clínica (5º período).

Laboratório em Análises Clínicas III: laboratório equipado para as disciplinas de Microbiologia Clínica (7º período).

Os laboratórios específicos do Curso de Biomedicina, Análises Clínicas I, Análises Clínicas II e Análises Clínicas III somente serão utilizados a partir do 5º período.

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

O curso de Biomedicina possui os seguintes laboratórios de habilidades:

É uma modalidade metodológica ativa para solidificar o ensino-aprendizagem, a qual por meio de simulações, habilita o acadêmico a lidar com situações reais que este irá realizar nos ambientes laboratoriais, hospitalares e comerciais.

Com o auxílio de atores, insumos para simular o local da atividade e supervisão do professor, um ou dois alunos participam ativamente da simulação enquanto a maioria assiste. Posteriormente, o professor realiza o *debriefing*, sendo a fase de maior importância, onde o professor fará a discussão com todos os alunos sobre a conduta tomada pelo profissional atuante na simulação.

Além da parte técnica, o comportamento do profissional, o estado emocional e o compromisso com a ética profissional são discutidos durante o *debriefing*, o que torna uma metodologia ativa completa, abordando diversos aspectos da profissão.

LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS I: laboratório equipado para as disciplinas de Bioquímica Clínica (7º período) e Banco de Sangue e Procedimentos Hemoterápicos (5º período), Hematologia clínica (6º período) e Imunologia Clínica (6º período).

LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS II: laboratório equipado para as disciplinas de Parasitologia Clínica e Urinálise (6º período) e Citologia Clínica (5º período).

LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS III: laboratório equipado para as disciplinas de Microbiologia Clínica (7º período).

Os laboratórios específicos do Curso de Biomedicina, Análises Clínicas I, Análises Clínicas II e Análises Clínicas III somente serão utilizados a partir do 5º período.

3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso

Os alunos do curso de graduação em Farmácia receberão apoio nas diversas fases de desenvolvimento de sua formação profissional futura. Podemos destacar, como suporte à formação e desenvolvimento de competências, o acesso a atividades curriculares complementares e atividades extracurriculares. Neste sentido, a capacitação do discentes deverá se dar em diferentes contextos educativos, com

diferentes metodologias e variados suportes tecnológicos a fim de que seu perfil profissional seja plenamente alcançado.

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADO

3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

As unidades hospitalares que serão utilizadas pelo Curso de Biomedicina estarão associadas ao convênio com as Secretarias Municipal e Estadual.

3.12.2 Sistema de Referência e Contra referência

O elevado número de pessoas atendidas, a imprevisibilidade dos atendimentos, as áreas físicas reduzidas, entre outros fatores, fazem com que os serviços de urgência e emergência se tornem locais com extrema dificuldade para a organização do trabalho.¹ Sabe-se que esses serviços são caracterizados pelo atendimento a pacientes que se encontram em risco de morte ou sofrimento intenso. E, de acordo com o artigo nº196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos, cabendo ao estado o dever de garantir as melhores respostas aos cidadãos em matéria de saúde. Nesse sentido, percebe-se que para que a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) se torne possível, é necessário que ocorra o referenciamento dos usuários nos seus diversos níveis de atenção à saúde.³

O Sistema de Referência e Contra referência caracteriza-se por uma tentativa de organizar os serviços de forma a possibilitar o acesso pelas pessoas que procuram os serviços de saúde. De acordo com tal sistema, o usuário atendido na unidade básica, quando necessário, é "referenciado" (encaminhado) para uma unidade de maior complexidade, a fim de receber o atendimento de que necessita. Quando finalizado o atendimento dessa necessidade especializada, o mesmo deve ser "contra referenciado", ou seja, o profissional deve encaminhar o usuário para a unidade de origem para que a continuidade do atendimento seja feita.⁴ A referência e contra referência devem ser feitas em formulário próprio da instituição, preenchido pelo profissional de nível superior responsável.

Esse sistema vem, então, para otimizar o funcionamento do sistema de saúde, proporcionando ao usuário adequado atendimento a partir do conhecimento pregresso do seu estado de saúde e tratamentos passados.⁵ Assim, um serviço de saúde informará ao outro a respeito dos procedimentos realizados e as possíveis condutas a serem seguidas.

Percebe-se que, apesar da existência de um sistema de referenciamento, os serviços de emergência estão cada vez mais funcionando como porta de entrada do sistema de saúde, recebendo todos os tipos de pacientes desde os realmente graves até os casos mais simples, que poderiam e deveriam ser resolvidos na atenção primária à saúde (APS).⁶

Partindo desse pressuposto, vê-se que o sistema de referência e contra referência deve funcionar de maneira hierarquizada, a fim de adequar o fluxo dos usuários aos níveis de complexidade de atendimento, tendo o setor primário como a porta de entrada no sistema e sucessivamente o secundário e terciário, quando necessário ao usuário.⁷ E, desta maneira, o paciente grave deve procurar como porta de entrada o setor terciário, adequado ao seu estado de saúde.

Os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) estão estruturados para atender as pessoas que necessitam de ações preventivas e programadas. Entretanto, tais serviços não têm conseguido resolver os problemas apresentados pelas pessoas que, muitas vezes, demandam cuidados de baixa complexidade. Os usuários acabam superlotando as unidades de Pronto-Socorro (PS), na tentativa de receberem atendimento mais resolutivo. Nestas, em geral, as pessoas recebem tratamento para resolver apenas os problemas ou sintomas de forma imediata. Isso gera grandes prejuízos a todo o sistema de saúde, pois reproduz o modelo assistencial centrado na doença e resulta, por vezes, em prejuízos no acompanhamento clínico de pessoas com doenças crônicas.⁸

Dessa maneira, a rede de referência e contra referência é um sistema que se desenvolve em quatro componentes que funcionam de maneira integrada, (1) sendo a APS que coordena a rede, que vincula a população; (2) atenção secundária, os ambulatorios especializados e os hospitais de média e alta complexidade; (3) os sistemas logísticos, regulação, transporte sanitário, registro eletrônico em saúde; (4) e os de apoio, assistência farmacêutica, apoio diagnóstico terapêutico.⁹

Na tentativa de organizar o serviço de urgência e emergência o governo do estado implantou o Sistema de Triagem de Manchester (STM) como instrumento norteador para a triagem de pacientes.

O Protocolo de Manchester é método que auxilia na identificação rápida das pessoas que procuram o serviço de urgência e tem por objetivo ser um dos instrumentos para melhor organizar o fluxo de pacientes que procuram atendimento de saúde, possibilitando atendimento prioritário aos casos de mais gravidade, excluindo o atendimento por ordem de chegada. Pelo STM existem cinco níveis de prioridade clínica. A cada nível é atribuído uma cor, nome e tempo máximo aceitável até o atendimento médio (vermelho - emergente-atendimento imediato; laranja - muito urgente-atendimento em até 10 minutos; amarelo - urgente-atendimento em até 60 minutos; verde - pouco urgente-atendimento em até 120 minutos, azul - não urgente-atendimento em até 240 minutos¹⁰; e branco - para classificar pacientes com eventos ou situações/queixas não compatíveis com o serviço de urgência, como, por exemplo, pacientes admitidos para procedimentos eletivos, retornos, atestados, entre outros).

Considera-se importante conhecer a demanda de atendimentos classificados por cor em diferentes níveis de prioridade clínica dos municípios brasileiros, para avaliar o quanto está estruturada a rede de referência e contra referência dos mesmos, o quanto precisa ser estruturada para diminuir a superlotação nos Prontos Socorros e facilitar a articulação dos três níveis de atenção à saúde.

3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Inter profissionais na Atenção à Saúde

São inegáveis os avanços conquistados pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo das últimas décadas. No entanto, há evidências de que o setor de saúde brasileiro se encontra em um cenário de crise no que se refere à sua forma de cuidar, devido a práticas ainda baseadas predominantemente na abordagem biologicista (Malta e Merhy, 2010).

Tal panorama representa uma importante fragilidade para consolidar a mudança do modelo assistencial almejada pelos ideários da Reforma Sanitária Brasileira.

No Brasil, atenção primária à saúde (APS), considerada o principal mecanismo de reorganização do sistema de saúde, é preferencialmente

representada pela Estratégia Saúde da Família (ESF), à qual se atribui o desafio de romper com a lógica tradicional de assistência à saúde para que o cuidado seja baseado na família e no contexto social, por meio de uma atenção com base interdisciplinar (Costa et al., 2009) e atuação interprofissional.

No contexto atual do setor saúde há um debate crescente acerca do trabalho interprofissional e da necessidade de se fazer uma distinção entre interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Sendo que tal debate sugere que o termo interdisciplinaridade refere-se à integração de saberes, e interprofissionalidade à integração de práticas mediante a articulação intencional e colaborativa entre distintas profissões (Costa et al., 2015).

3.13 BIOTÉRIOS

NSA

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

3.14.1 Formalização do Processo

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais:

- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE MÍDIAS;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE ARMAZENAGEM DE CONTEÚDO;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS.

3.14.2 Atendimento à Demanda

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento: i) Planejamento, ii) Produção, iii) Validação e iv) Conclusão. Em um total de 20 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

FASE	ETAPA	PROCESSO
	1	Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina
	2	A DIREÇÃO ACADÊMICA EÇÃO ACADÊMICA recebe a

PLANEJAMENTO		demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto.
	3	A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo.
	4	A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo.
	5	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto.
	6	O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD.
	7	O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção.
	8	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD.
	9	O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE.
	PRODUÇÃO	10
11		O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
12		Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual.
13		Validação do material pelo REVISOR.
14		Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação.
15		Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalha-lo e inseri-lo no AVA.
16		A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final)
VALIDAÇÃO	17	Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo.
	18	Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD.
	19	Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA.
CONCLUSÃO	20	Agendamento e liberação da sala de aula no AVA.
	21	Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS.

3.14.3 Plano de Contingência para a Garantia de Continuidade de Funcionamento

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A distribuição do material didático se dará em duas modalidades: impressa e digital.

Na modalidade impressa o aluno deverá solicitar junto ao NEAD, via sistema de suporte, a produção do “kit” didático da disciplina em curso. Neste material o aluno receberá o livro-texto, caderno de exercícios, apresentações (slides) e as anotações da disciplina de forma impressa. Além das impressões haverá um pen-drive personalizado com todo o material em mídia digital, 5 DVD’s com as videoaulas gravadas e 1 CD com as audioaulas gravadas. Esta modalidade tem por finalidade garantir o acesso ao material didático ao aluno mesmo que este esteja impossibilitado de ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem por motivos técnicos ou por não cobertura momentânea de redes de acesso.

A modalidade digital consiste na disponibilização do material didático em nuvem para acesso restrito aos discentes. A nuvem utilizada é a disponibilizada pelo GSUITE da GOOGLE. Todo o material é disposto em pastas organizadas com a possibilidade de leitura online ou para download. Devido à forte integração entre as soluções disponibilizadas e os equipamentos móveis, o discente poderá dispor de forma rápida e segura todo o seu curso em qualquer dispositivo eletrônico com capacidade de acesso digital a estas redes sem a necessidade de instalação de aplicativos ou recursos além dos já disponíveis em seus equipamentos. Desta forma garante-se a disponibilidade sem custos adicionais ou preocupações com versões ou atualizações.

Sob o mesmo conceito de distribuição na modalidade digital as videoaulas são disponibilizadas utilizando as ferramentas em nuvem do pacote GSUITE, garantindo acessibilidade e segurança, assim como adaptabilidade e acessibilidade ao aluno. Disponibilizando o conteúdo em ferramentas comuns e de fácil acesso evita-se a necessidade de capacitação para uso ou equipamentos específicos, melhorando a experiência e usabilidade.

Os alunos terão total acesso ao conteúdo para uso acadêmico com permissões de download e compartilhamento. O objetivo desta garantia é que o conteúdo se torne de fácil acesso e uso sem barreiras digitais que possam dificultar sua compreensão ou manipulação.

3.14.4 Sistema Informatizado de Gerenciamento do Processo e Uso de Indicadores

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

3.15.1 Regulamento

NSA

3.15.2 Práticas Jurídicas Simuladas, Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação

NSA

3.15.3 Atividades Jurídicas Reais

NSA

3.15.4 Visitas Orientadas

NSA

3.15.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

NSA

3.15.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

NSA

3.16 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

3.16.1 Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Esta plataforma EAD é possível criar cursos ou disciplinas online, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer

uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.

Na IES contamos com a plataforma do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) um software que proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo. Além disso, é em um plataforma EAD que o discente será apresentado a toda a estrutura de cursos, bem como os conteúdos, aulas, módulos e avaliações.

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdo virtuais.

Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na IES iremos utilizar o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

- a) Avaliações de estudantes;
- b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão.

Neste formato existirão as aulas online em cursos presenciais cujo discentes poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.16.2 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementares aulas presenciais com conteúdo virtuais. Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

- a) Avaliações de estudantes;
- b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

3.16.3 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES utilizaremos o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão. Neste formato existirão as aulas on-line em cursos presenciais cujo

discente poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.16.4 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

A plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – INFRAESTRUTURA

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 Instalações administrativas

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos específico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

5.2 Salas de aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

5.3 Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição o mini auditórios com capacidade para 200 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

5.4 Sala de professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as

demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

5.5 Espaços para atendimento dos alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contém recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

5.6 Espaço de convivência e de alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

5.8 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. A sala da CPA contém estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivos, armários e telefone.

5.9 Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

5.10 Biblioteca: Plano de atualização do acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

5.11 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

5.12 Instalações sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

5.13. Estrutura dos polos EAD

Não se aplica para a vigência desde PDI

5.14 Infraestrutura tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

5.15. Infraestrutura de execução e suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

5.16. Plano de expansão e atualização de equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos

previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

5.17 Recursos de tecnologias de informação e comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

5.18 Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a FA adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.FA.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

APENDICE II – INFRAESTRUTURA



SEDE - UNIDADE 1/2

INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS, COORDENAÇÕES, SALAS DE AULA E ESPAÇOS DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Descrição	2019			2020			2021		
	Quant.	M²	Cap.	Quant.	M²	Cap.	Quant.	M²	Cap.
Recepção	1	20,10m²	15	1	20,10m²	15			
Reitoria	1	18,00m²	3	1	25,50m²	6			
Pro Reitoria	1	17,40m²	5	1	20,40m²	5			
Presidência	1	40,00m²	10	1	45,50m²	10			
Vice Presidência	1	30,05m²	3	1	30,05m²	3			
Sala dos Professores	1	65,32m²	40	1	65,32m²	40			
Gabinete de Trabalho Docente	1	70,30m²	22	1	70,30m²	22			
Coordenação do Curso Engenharia Elétrica	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação do Curso Engenharia Civil	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação do Curso Engenharia Produção	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação do Curso Engenharia Ambiental	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Sistema da Informação	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Design Gráfico	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Arquitetura e Urbanismo	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Direito	1	49,30m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Pedagogia	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Serviço Social	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Turismo	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Coordenação de Curso Jornalismo	1	15,00m²	5	1	15,00m²	5			
Salas de Aula com Pranchetas	10	65,30m²	40	10	65,30m²	40			
Salas de Aula	50	49,70m²	45	66	49,70m²	45			
Salas de Aula	16	55,50m²	50	16	55,50m²	50			
Salas de Aula	16	64,30m²	60	16	64,30m²	60			
Salas de Aula	14	73,10m²	80	14	73,10m²	80			
Mini Auditório	1	139,10m²	133	1	139,10m²	133			
Auditório	1	480,73m²	500	1	480,73m²	500			
Setor RH	1	45,05m²	10	1	45,05m²	10			
NOPE - Núcleo de Pesquisa e Extensão	1	15,45m²	4	1	15,00m²	4			
Compras	1	10,05m²	4	1	10,05m²	4			
Diretoria Administrativa	1	15,00m²	2	1	15,00m²	2			

Diretoria de Expansão	1	10,00m ²	2	1	10,00m ²	2			
Diretoria Financeira	1	15,00m ²	2	1	20,00m ²	2			
Arquivo	1	40,00m ²	2	1	40,00m ²	2			
Tesouraria	1	60,10m ²	15	1	60,10m ²	15			
Financeiro	1	50,21m ²	10	1	50,21m ²	10			
Contabilidade	1	40,30m ²	12	1	40,30m ²	12			
Controladoria	1	40,00m ²	8	1	40,00m ²	8			
Cobrafix	1	10,00m ²	2	1	10,00m ²	2			
Departamento de Tecnologia da Informação - DTI	1	60,50m ²	22	1	60,50m ²	22			
TI - Sala do Data Center	1	20,20m ²	5	1	20,20m ²	5			
Assessoria de Projetos e Obra	1	30,00m ²	12	1	30,00m ²	12			
Segurança Patrimonial	1	16,20m ²	4	1	16,20m ²	4			
Recurso Pedagógico	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5			
Ambulatório	1	8,00m ²	3	1	8,00m ²	3			
Coordenação Administrativa	1	30,00m ²	5	1	30,00m ²	5			
Jurídico	1	17,00m ²	7	1	17,00m ²	7			
NEAD - Núcleo de Educação a Distância	1	102,00m ²	10	1	102,00m ²	10			
Laboratório de Informática 1	1	38,00m ²	25	1	38,00m ²	25			
Laboratorio de Informatica 2	1	55,05m ²	45	1	55,05m ²	45			
Laboratorio de Informatica 3	1	62,00m ²	50	1	62,00m ²	50			
Laboratorio de Jornalismo	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10			
Laboratorio de Fotografia	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10			
Laboratorio de TV	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratorio de Redação e Publicação	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10			
Laboratório de Multidisciplinar de Eletrônica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratório de Multidisciplinar de Instalações Elétrica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratorio Multidisciplinar de Fisica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratorio Multidisciplinar de Hidraulica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratorio multidisciplinar Energia Renovaveis	1	60,00m ²	40	1	60,00m ²	40			
Laboratorio de Maquetaria	1	30,00m ²	20	1	30,00m ²	30			
Laboratorio de Desenho Tecnico	1	30,00m ²	20	1	30,00m ²	20			
Laboratorio Canteiro de Construção Civil	1	104,80m ²	30	1	104,80m ²	30			
Laboratorio Multidisciplinar de Resistencia de Materiais	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratorio Multidisciplinar Topografia	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30			
Laboratorio de Ateliê Design Grafico	1	70,80m ²	30	1	70,80m ²	30			
Brinquedoteca	1	35,00m ²	20	1	35,00m ²	20			
NPJ - Nucleo de Prática Juridica	1	192,12m ²	45	1	192,12m ²	45			
Biblioteca Central	1	1092,26m ²	222	1	1092,26	222			
Secretaria Acadêmica	1	1203,75m ²	220	1	1203,75m ²	220			
Almoxarifado	1	25,00m ²	4	1	25,00m ²	4			
Manutenção	1	15,00m ²	8	1	15,00m ²	8			
Banheiros Masculinos	10	15,00m ²	7	10	15,00m ²	7			
Banheiros Femininos	10	15,00m ²	5	10	15,00m ²	5			

Banheiros PNE c/ Fraudário	5	4,50m ²	1	5	4,50m ²	1			
Loja de Papelaria e Conveniencia	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10			
Praça de Alimentação	2	115,00m ²	100	2	115,00m ²	100			
Area de Convivência com anfiteatro	1	167,00m ²	300	1	167,00m ²	300			
Area de circulação	15	25,00m ²	20	15	25,00m ²	20			
Repografia	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5			
Loja de Serviço Grafico	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5			
Refeitório Colaborador	1	35,00m ²	30	1	35,00m ²	30			
Elevadores	4	4,00m ²	5	4	4,00m ²	5			

